

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR

ALEXSANDRO MENDONÇA VIEGAS

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA-
MARANHÃO, BRASIL: 1988 - 2018**

São Luís

2019

ALEXSANDRO MENDONÇA VIEGAS

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA-
MARANHÃO, BRASIL: 1988 - 2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação/Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Cordeiro Feitosa

São Luís

2019

**Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo (a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA**

Viegas, Alexsandro Mendonça
Impactos socioambientais no município de
Alcântara-Maranhão, Brasil: 1988-2018 / Alexsandro
Mendonça Viegas. - 2019.
139 f.: il.

Orientador: Antonio Cordeiro Feitosa
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Maranhão, programa de pós-graduação em Cultura e
Sociedade, 2019.

1. Alcântara 2. Impactos socioambientais 3.
Quilombolas. I. Feitosa, Antonio Cordeiro. II. Título

ALEXSANDRO MENDONÇA VIEGAS

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA-
MARANHÃO, BRASIL: 1988 - 2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação/Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Aprovada em: 29/01/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Cordeiro Feitosa (Orientador)
Doutor em Geografia
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas (Examinador interno)
Doutor em Filosofia
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dra. Tereza Cristina Silva (Examinadora externa)
Doutora em Saúde Coletiva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial, minha esposa Vera Lucia, companheira de todas as circunstâncias e minha filha Julia, melhor presente que Deus poderia ter me dado nesta vida.

À minha mãe, irmãs e irmãos sempre ao meu lado, em especial a minha irmã Elizabeth, com quem sempre pude contar, principalmente no auxílio com a aplicação da norma culta da língua portuguesa.

Aos meus amigos, tios e tias, sobrinhos e sobrinhas que muito contribuíram na elaboração do meu trabalho, em especial nos trabalhos de campo, na busca de informações vitais para construção da minha pesquisa.

Ao meu orientador, uma honra ter o professor Antonio Cordeiro Feitosa como parceiro na construção de um trabalho que me é muito caro, sempre disponível e com ensinamentos preciosos de cultura, sociedade e de vida.

Agradeço ao Marcos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara, que me recebeu de forma gentil e me auxiliou sobremaneira para desenvolvermos os dados de percepção das pessoas do município.

Aos meus amigos de pesquisa, Prof. Dr. André Luís Silva dos Santos pela parceria de sempre, Profa. Dra. Tereza Cristina Silva, um ser humano magnífico, sempre disposto a ajudar, e o amigo Diego Estrela pela contribuição com as imagens de drone.

Quero aqui externar meu profundo agradecimento a todos os professores que de forma imensamente profissional se dedicaram ao processo de crescimento e desenvolvimento do meu conhecimento, mostrando a importância da educação em nossa vida e na sociedade.

Agradecimento especial ao professor Flavio Castro, um grande parceiro de conversas que enriqueceram minha maneira de ver o mundo e, por consequência, permitiram uma visão mais rica da minha pesquisa.

“Não existe um caminho para a felicidade, a
felicidade é o caminho”

Gandhi

RESUMO

As pesquisas acerca de temas socioambientais são importantes por produzirem recortes de realidade de grupos sociais dotados de características peculiares. No presente trabalho analisam-se os impactos socioambientais ocorridos no município de Alcântara-Maranhão, no período de 1988 a 2018, relacionados ao deslocamento de comunidades para as agrovilas implantadas pelo Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). A metodologia utilizada foi fenomenológica com abordagem qualitativa e quantitativa, avaliando aspectos socioambientais do município, bem como aqueles causados pelo deslocamento da população do litoral para as agrovilas. A pesquisa justifica-se pela relevância desse fato social, relacionado à implantação do CLA e à adoção de políticas públicas por diferentes esferas administrativas ao longo das três últimas décadas e os diversos impactos frutos desse processo, de natureza social, cultural, ambiental e econômico. Tem como inovação buscar analisar as condições de vida das pessoas que habitavam nas agrovilas ao longo dessas três décadas, entender de que maneira o projeto interferiu na relação das pessoas com o ambiente na qualidade da vida das pessoas que, por razões diversas, foram condicionadas a viverem em outros locais.

Palavras-chave: Impactos socioambientais. Agrovilas. Alcântara-Maranhão.

ABSTRACT

Research on socioenvironmental themes is important because it produces reality clippings of social groups with peculiar characteristics. The present work analyzes the socioenvironmental impacts that occurred in the municipality of Alcântara - Maranhão, from 1988 to 2018, related to the displacement of communities to the agricultural villages implemented by the Alcântara Launch Center (CLA). The methodology used was phenomenological with qualitative and quantitative approach, evaluating socioenvironmental aspects of the municipality, as well as those caused by the displacement of the population from the coast to the agricultural villages. The research is justified by the relevance of this social fact, related to the implementation of CLA and the adoption of public policies by different administrative spheres over the last three decades and the various impacts resulting from this process, of social, cultural, environmental and economic nature. Its innovation seeks to analyze the living conditions of people who lived in agricultural villages over these three decades, to understand how the project interfered in the relationship of people with the environment in the quality of life of people who, for various reasons, were conditioned to live in other places.

Keywords: Socio-environmental impacts. Rural community. Alcântara-Maranhão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa IDHM da região metropolitana de São Luís MA	33
Figura 2 - Comunidade Mangueiral, ocupação de área no entorno da cidade de Alcântara	47
Figura 3 - Imagem de satélite da entrada do lixão a céu aberto às margens da MA106 na cidade de Alcântara MA, 2018	49
Figura 4 - Imagem de drone do lixão a céu aberto às margens da MA 106 no povoado Pavão, município de Alcântara MA, 2018	49
Figura 5 - Imagem de satélite do município de Alcântara MA	51
Figura 6 - Esgotamento sanitário: Nacional, Estadual, da grande São Luís	52
Figura 7 - Área prevista para ocupação do CLA no município de Alcântara MA	53
Figura 8 - Área atualmente ocupada pelo CLA e provável área de expansão da segunda etapa no município de Alcântara MA, 2018	54
Figura 9 - Área ocupada pelo CLA, expansão na região litorânea e área em vermelho, considerada território quilombola, de acordo com RTDI (Incra)	55
Figura 10 - Construções desordenadas, às margens da MA 106, entrada da cidade de Alcântara MA	58
Figura 11 - Construções desordenadas, às margens da MA 106, entrada da cidade de Alcântara MA	58
Figura 12 - Imagem de satélite do município de Alcântara MA, evidenciando o avanço da ocupação humana em direção aos recursos naturais, 2018	60
Figura 13 - Abastecimento de água adequado, Brasil, Maranhão e região Metropolitana de São Luís	61
Figura 14 - Imagem de satélite do Rio Pepital e parte da pista de pouso no município de Alcântara MA	61
Figura 15 - Demonstrativo de domicílios com coleta de lixo na região metropolitana de São Luís	65
Figura 16 - Domicílios com esgotamento adequado em 2000 e 2010, Brasil, Maranhão e RMGLS	67
Figura 17 - Seringas e medicamentos encontrados no lixão em Alcântara, MA, 2019	68
Figura 18 -Fases de transferências das comunidades que ocupavam as áreas de implantação do CLA, no município de Alcântara - MA, para as agrovilas	73

Figura 19 - Posicionamento das sete agrovilas formadas pelo remanejamento das comunidades que ocupavam a área de ocupação do CLA, em Alcântara MA	74
Figura 20 - Posicionamento das sete agrovilas formadas pelo remanejamento das comunidades que ocupavam a área de ocupação do CLA, em relação a MA 106	75
Quadro 1 - Formação das Agrovilas	77
Quadro 2 - Agrovilas: famílias, habitantes e povoados formadores	77
Figura 21 - Agrovila Espera	78
Figura 22 - Agrovila Cajueiro	79
Figura 23 - Agrovila Ponta Seca	80
Figura 24 - Agrovila Só Assim	81
Figura 25 - Agrovila Pepital	83
Figura 26 - Agrovila Marudá	84
Figura 27 - Agrovila Peru	84
Quadro 3 - Principais problemas apontados pelos moradores das agrovilas, Alcântara MA	85
Figura 28 - Etapas de expansão do CLA e possíveis corredores de acesso ao litoral	89
Figura 29 - Praça do Pelourinho e Igreja São Matias, em Alcântara, MA	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Aspectos socioeconômicos do Município de Alcântara MA	32
Tabela 2 - Série histórica de IDH Nacional, Estadual e de Alcântara, 1991, 2000, 2010	34
Tabela 3 - Taxa de mortalidade infantil (número de óbitos/cada mil nascidos vivos) 1991, 2000, 2010	38
Tabela 4 - Percentuais relativos a vulnerabilidades socioeconômicas do município de Alcântara	39
Tabela 5 - Índices relativos ao grau de instrução dos habitantes de Alcântara com 25 anos ou mais	41
Tabela 6 - Indicadores de domicílios com água encanada, energia elétrica e coleta de lixo ALCANTARA MA	59
Tabela 7 - Quilombos que podem ser deslocados pelas etapas III e IV do CLA	90
Tabela 7 - Valores de investimento e custeio referente a Base Aérea de Alcântara apresentada pelo Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial em apresentação no SEBRAE, 2017	93
Tabela 8 - Percepção dos entrevistados quanto a presença do CLA em Alcântara MA	94
Tabela 9 - Percentual dos entrevistados quanto ao critério satisfação após a chegada do CLA em Alcântara MA, 2018	95
Tabela 10 - Percepção dos moradores quanto a importância em relação às transformações que a comunidade sofreu desde a chegada do CLA em Alcântara?	96
Tabela 11 - Percepção acerca de modificações nas manifestações culturais (festas religiosas, música, comidas etc...) da cidade de Alcântara após a chegada do CLA, 2018	97
Tabela 12 - Percepção das pessoas que vivem nas Agrovilas acerca da ocorrência de impactos em suas vidas em relação ao antigo local em que viviam?	98
Tabela 13 - Percepção dos moradores do município de Alcântara - MA, acerca de interferências nos hábitos de vida (dia-a-dia) das pessoas após a chegada da base aérea.	99
Tabela 14 - Percepção dos moradores do município de Alcântara - MA, quanto a percepção dos aspectos mais relevantes (positivos e negativos) em relação às transformações ocorridas na comunidade desde a chegada da base aérea	101
Tabela 15 - Percepção dos moradores do município de Alcântara - MA sobre a ocorrência de modificação na vida pessoal com a chegada do CLA, 2018	102

LISTA DE SIGLAS

ABS	Atenção Básica a Saúde
ACS	Alcântara Cyclone Space
ACT	Acordo de Cooperação Técnica
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AEB	Agência Espacial Brasileira
AGEM	Agência Executiva Metropolitana da Grande São Luís
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
ALUMAR	Alumínio do Maranhão SA
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AST	Acordo de Salvaguarda Tecnológica
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAEMA	Companhia de Águas e Esgoto do Maranhão
CEA	Centro Espacial de Alcântara
CELMAR	Indústria de Celulose e Papel do Maranhão
CENDSA	Comitê Gestor Local e o Comitê Executivo Nacional para o Desenvolvimento Sustentável de Alcântara
CEP	Comitê de Ética da Pesquisa
CF88	Constituição Federal de 1988
CGCGPM	Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara
CLBI	Centro de Lançamentos de Barreira do Inferno
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EUA	Estados Unidos da América
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional

FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GEI	Grupo Executivo Interministerial
GICLA	Grupo de Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara
GPS	<i>Global Position System</i>
GTA	Grupo Tático Aéreo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de geografia e estatística
IDG	Índice de Desenvolvimento Corrigido por Gênero
IDH	Índice de Desenvolvimento humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFMA	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado do Maranhão
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográfico
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPH	Índice de Pobreza Humana
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MABE	Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara
MAER	Ministério da Aeronáutica
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MIRAD	Ministério da Reforma e do desenvolvimento Agrário
MONTRA	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alcântara
MPF	Ministério Público Federal
MPU	Ministério Público da União
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDDI	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PDP	Plano Diretor Participativo
PGC	Projeto Grande Carajás
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
RDC	Resolução de Diretoria Colegiada
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RTDI	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECID-MA	Secretaria das Cidades e Desenvolvimento Urbano do Maranhão
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Maranhão
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais do município de Alcântara
UFAM	Universidade federal do Amazonas
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
VAA	Valor Aluno Ano
VLT	Veículo Leve Sobre Trilhos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 METODOLOGIA	23
2.1 Verificação das áreas ocupadas	23
2.2 Análise de impactos ambientais	24
2.3 Análise dos impactos socioeconômicos	25
2.4 Identificação de possíveis danos à cultura local	26
3 PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA	28
3.1 Índice de Desenvolvimento Humano	30
3.2 Saúde	36
3.3 Educação	40
4 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA: 1988-2018	44
4.1 Alterações do modo de produção	47
4.2 A formação das Agrovilas	71
4.3 Percepção dos moradores acerca das transformações culturais	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE PESQUISA: QUESTIONÁRIO	128
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	132
ANEXO A – PARECER CIRCUNSTANCIADO DO CEP	136

1 INTRODUÇÃO

A história do processo de urbanização das cidades brasileiras que apresentavam a base da sua economia pautada na agricultura com mão de obra escrava, guardam entre si semelhanças relativas ao abandono dos antigos escravos a uma vida sem apoio de nenhum ente, nem Estado, Igreja ou instituição de qualquer natureza após a abolição da escravatura no final do século XIX, culminando com a formação dos quilombos ou grandes bolsões de miséria nas periferias de grandes cidades (FERNANDES, 2008).

Alcântara resplandecia na claridade crepuscular. Por toda parte, a algazarra dos pássaros. Por ali tinham passado as cadeirinhas de pau-santo, forradas de seda, com brasões bordados nas sanefas de veludo, levadas pelos ombros dos negros. Depois, as carruagens de luxo, com arreios de prata nas parelhas. Agora era aquele deserto e aquele silêncio, aguardando o tanger dos sinos pelas ave-marias. (MONTELLO, 1978, p. 307).

Na obra “*Noite Sobre Alcântara*”, Montello (1978) faz referência à decadência da cidade, remetendo ao seu apogeu de riqueza e chegando ao século XX com o seu abandono da cidade pelos grandes senhores, ficando as propriedades vazias ou habitadas pelos negros que outrora serviam aos senhores mesmo após o fim da escravidão. A região seria, por quase um século, povoada pelos escravos e seus descendentes, passando a constituir assim as terras quilombolas. Conforme Saule Júnior (2003, p. 8):

O quilombola é sempre o escravo fugitivo e longe dos domínios das grandes propriedades. No entanto, é importante lembrar que houve escravo que não fugiu, que permaneceu autônomo dentro da grande propriedade e com atribuições diversas e houve aquele que fugiu e foi capturado. Assim, a interpretação do conceito de quilombo, contido na Constituição Federal de 1988, deve abranger todos os casos acima apresentados, garantindo-se o direito a terra e os direitos daí decorrentes não só apenas ao quilombo formado por escravos fugitivos.

Os eventos ocorridos a partir da década de 1980 no município de Alcântara trariam um caráter relacionado ao fenômeno dos impactos de natureza social, econômico, ambiental e cultural a essa população quilombola, como ocorreu em diversas regiões da Amazônia a partir dos investimentos econômicos, em especial pela antiga estatal Vale do Rio Doce, com a mineração na serra de Carajás no Pará e seu escoamento para o porto do Itaqui em São Luís - MA (ALVES; MENDONÇA; SANT’ANA JÚNIOR, 2007; SANTOS, 2011; SANT’ANA JÚNIOR; TEISSERENC; BRUSTOLIN, 2018).

Quando tratamos do aspecto socioeconômico, estamos fazendo referência a toda prática que relaciona situações, circunstâncias e aspectos que atingem a ordem social e econômica que não pode se dissociar de critérios ambientais e culturais, enriquecendo o escopo a ser analisado pela aglutinação de componentes que se complementam.

Em relação à economia, nas últimas três décadas, o Maranhão tem sido alvo de grandes empreendimentos que trazem consigo impactos importantes em diversas áreas, afetando todos os setores das comunidades diretamente atingidas, desde o âmbito individual até toda a sua coletividade, podendo-se destacar renda, educação, saúde, segurança, transporte e infraestrutura.

Com o advento do Programa Grande Carajás, instalaram-se no Maranhão o Complexo de Alumínio (ALUMAR), a Estrada de Ferro Carajás, a siderurgia de ferro gusa, além das monoculturas de soja na região de Balsas e de eucalipto voltado à produção de celulose, na região tocantina. (SAULE JÚNIOR, 2003, p. 12).

Pode-se inferir que os impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais dizem respeito a fatos de natureza humana que interfira no equilíbrio desses sistemas. Análises das ações humanas que ao longo do tempo trouxeram desequilíbrios ao município de Alcântara em relação aos quilombolas já foi realizado em pesquisas anteriores (ALMEIDA, 2006b; BRAGA, 2011; PEREIRA JÚNIOR, 2012; LOPES, 2016), mas a dinâmica dos acontecimentos demonstra que há a necessidade de acompanhamento constante dessa análise.

As primeiras informações históricas sobre Alcântara datam do ano de 1612 a respeito de onde se encontrava um aglomerado de aldeias denominadas Tapuitapera (D'ABBEBILLE, 1975; IPHAN, 2014). A vinda dos franceses em expedição liderada por Daniel de La Touche, senhor de La Ravardiere, trouxe uma relação amistosa com os índios. Nesse período foi batizado o primeiro alcantareense, Martinho Francisco, em cuja casa foi celebrada a primeira missa (IBGE, 2017a).

Após séculos de história de desenvolvimento e declínio, a cidade de Alcântara com o seu conjunto arquitetônico e urbanístico foi tombada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1948, que passou a considerar esse patrimônio como de valor cultural, histórico, artístico, paisagístico, urbano e arqueológico. Na área tombada, contabiliza-se cerca de quatrocentos imóveis (IPHAN, 2014).

De acordo com o IBGE (2017a), o município de Alcântara possui uma população estimada em 21.659 pessoas em uma unidade territorial de 1.457,9 km², sendo um município pouco populoso e pouco povoado, apresentando aproximadamente 18,9 hab./km². Faz limite com o golfeão maranhense, onde está a maior floresta de mangues contínua do mundo.

O município de Alcântara tem história e cultura muito ricas e importantes que se refletem no Brasil e no Mundo. Desde seu apogeu, no século dezenove, até o declínio econômico em face de diversos fatores, como a abolição da escravatura e o avanço do processo de industrialização, a cidade passou a ser um museu a céu aberto, com forte potencial turístico, um acervo cultural riquíssimo de sua arquitetura e história.

Tribuzi (1981) destaca que a explosão econômica do Período Colonial no Maranhão e em seus municípios possuía em sua gênese as características de sua decadência.

O crescimento da economia se fazia comandado ‘de fora’ e ‘para fora’ (era dirigido pelo monopólio da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e visava criar excedentes exportáveis para o Reino de Portugal, onde a [Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão] (CGCGPM) multiplicava seus lucros na reexportação); o sistema escravista impediu o surgimento de um mercado interno significativo (a composição da população em 1822 era de 85.000 pessoas livres e 90.000 escravos); a exclusão de 2/3 da população dos direitos de gente livre e a alta concentração de renda da população livre permitia criar maciços excedentes exportáveis dos produtos de demanda externa forte e condicionava o modelo monocultor. (TRIBUZI, 1981, p. 15-16).

Alcântara então passou por um processo de decadência em função de fatores como descritos por Tribuzi (1981), tornando-se, grande parte, território quilombola após a falência do modelo colonial e escravocrata desenvolvido ao longo do período imperial no Brasil. A partir da proclamação da república, em 1889 até o início da década de 1980 não haveria transformações significativas aos moradores da região de Alcântara.

Em 12 de setembro de 1980, instituído pelo decreto estadual de número 7.820 do governo do Estado do Maranhão, foi declarado de utilidade pública uma área de 520 km² para a criação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Essa área é quase trinta vezes maior que o Centro de Lançamentos de Barreira do Inferno (CLBI) que tem 18 km², em Natal-RN (BRAZILIAN SPACE, 2009), e também maior que Cabo Canaveral (em torno de oitenta e cinco vezes), na ilha Merrit, no Estado da Flórida, Estados Unidos da América (EUA), um dos mais modernos centros de lançamento do mundo, que possui 5,9 km² de área ocupada (NASA, 2019).

Segundo Monteiro Neto e Brandão (2017), a instalação da base aérea poderia trazer modernidade e apoio financeiro a projetos de educação e conservação do acervo urbanístico e cultural da cidade como ocorreu em outros megaprojetos no Brasil e no mundo, pois não se pode considerar razoável que uma espécie de determinismo geográfico conduza o debate sobre a divisão das rendas, se sobrepondo as necessidades e objetivos do conjunto da população brasileira.

No caso de Alcântara, os mais atingidos foram pessoas advindas das Agrovilas que foram deslocadas das suas moradias pelo projeto aeroespacial brasileiro, muitas delas tendo ido tentar a vida em São Luís e acabaram evoluindo-se com a criminalidade e retornaram ao município onde passaram a cometer delitos como furtos, assaltos e crimes contra a pessoa, como latrocínio (IPEA; FBSP, 2019).

O processo de deslocamento das pessoas das agrovilas pode ser observado pela ocupação do entorno do centro urbano, bem como pelo depoimento das famílias que relatam o

fato dos seus filhos terem ido morar na sede do município, em São Luís, ou ainda em outros Estados, como Rio de Janeiro e Brasília de acordo com os relatos dos entrevistados.

A análise dos impactos socioeconômicos e ambientais é fundamental para o acompanhamento do desenrolar dos fatos históricos relativos na região resultantes dos deslocamentos de comunidades. Vem se debatendo fortemente a possibilidade da instalação de militares dos EUA em Alcântara, podendo aumentar o número de pessoas remanejadas, já que as etapas do projeto preveem o deslocamento de pelo menos quarenta e nove comunidades, além das mais de trinta já deslocadas e até mesmo a retirada de agrovilas criadas na primeira etapa.

Estudos sobre impactos causados por grandes corporações, como barragens na construção de hidrelétricas e de ferrovias como Carajás, demonstram que a vida das pessoas é afetada profundamente nesse processo e nem sempre as promessas de desenvolvimento e auxílios resultam em benefícios (DICTORO; HANAI, 2017).

Assim, acompanhar as decisões políticas do Governo Federal que se iniciaram há mais de uma década tem importância não apenas acadêmica, mas possibilita acompanharmos tudo aquilo que está sendo prometido como um possível desenvolvimento tecnológico e econômico da região que nunca se traduziu em realidade.

Em contraste a esse cenário histórico, os indicadores de problemas sociais, como a ausência de serviços públicos de qualidade, alto índice de analfabetismo e de violência urbana podem ser identificados em dados do IBGE (IBGE) e os impactos ambientais, como destruição de florestas nativas, assoreamento de rios e pesca predatória foram verificados em imagens tratadas nos capítulos específicos da pesquisa.

Diante deste cenário, a análise e a avaliação da natureza dos processos socioeconômicos consistiram em ações importantes para identificar e caracterizar os diferentes pontos de vista da poluição em relação as transformações sofridas na região ao longo do tempo.

O mapeamento da zona urbana da cidade de Alcântara e das áreas de proteção ambiental, a exemplo dos manguezais e das margens dos cursos d'água, demonstra as potencialidades do ecoturismo na região, bem como a necessidade de preservação como modelo de sobrevivência da cultura local.

A pesquisa contribui para a produção de conhecimento que se apresenta como parâmetro futuro, uma vez que ao longo da produção da pesquisa está ocorrendo um processo político de viabilização do arrendamento da base aérea para os EUA.

Analisar os efeitos socioambientais causados pelo êxodo das pessoas compulsoriamente deslocadas do seu território de origem para as agrovilas e de lá para o centro urbano da cidade de Alcântara é um dos fatores que legitima a elaboração e execução desta pesquisa, pois em todo o mundo existem ações que buscam mitigar os impactos socioambientais e que objetivam aumentar a proteção as populações mais vulneráveis.

Nesse contexto, em meados do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, foram criadas diversas instituições de auxílio e fomento ao desenvolvimento econômico como a Organização das Nações Unidas (ONU), a *Food and Agriculture Organization* (FAO), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Associação Internacional de Desenvolvimento (AID). No Brasil, esse período é marcado pela política desenvolvimentista de Juscelino, com o plano de metas (50 anos em 5) e, em seguida, o golpe de 1964 que institui uma política empresarial militar (SANT'ANA JÚNIOR; TEISSERENC; BRUSTOLIN, 2018).

Na década de 1980, se instaura o Projeto Grande Carajás (PGC), no qual se prevê iniciativas desenvolvimentistas, em especial na Amazônia oriental para favorecer a exploração e o escoamento da produção agrícola, mineral, extrativista e pecuária dos estados do Pará, do Maranhão e do norte do estado de Goiás, atual Tocantins.

Implantou-se, assim, um sistema produtivo definido pela exportação dos produtos primários, o que não permite que riqueza produzida seja apropriada localmente, a não ser em pequenas proporções e por diminutos setores da elite local, que se colocam como intermediários para a garantia de processos de acumulação do capital. (SANT'ANA JÚNIOR; ALVES, 2018 apud SANT'ANA JUNIOR; TEISSERENC; BRUSTOLIN, 2018, p. 9).

No início da década de 1980, ainda durante o governo militar, a base aérea de Alcântara teria suas fundações, escolhida pela localização geográfica, não sendo avaliados os impactos ambientais, sociais e econômicos em relação à população local, nem a necessária integração das comunidades tradicionais com o desenvolvimento tecnológico.

Diversos aspectos acerca da dialética entre conhecimento tradicional (Durham, 2004, p.160) e desenvolvimento tecnológico iriam entrar em conflito em Alcântara, pois o município se destaca por ser sede do CLA da Aeronáutica do Brasil, mas também território quilombola.

Em 2016 o município recebeu uma sede do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado do Maranhão (IFMA), orçada em mais de oito milhões de reais e, além disso, sua população já podia contar com uma escola pública de ensino médio e de educação infantil há mais de três décadas.

Está cada vez mais evidente que a exploração desenfreada da natureza e os avanços científicos e tecnológicos obtidos não beneficiaram a todos. Enquanto poucos ampliaram potencialmente seus domínios, camuflados no discurso sobre a neutralidade da C&T e sobre a necessidade do progresso para beneficiar as maiorias, muitos acabaram com os seus domínios reduzidos e outros continuam marginalizados, na miséria material e cognitiva. (ANGOTTI; AUTH, 2001, p. 16).

Contrastando com todos esses investimentos e políticas públicas, o município de Alcântara tem um dos piores IDH do País e elevado índice de analfabetismo, problemas com tráfico de drogas e, ainda, graves problemas de territorialidade, principalmente relacionados às comunidades quilombolas. De acordo com Lopes (2016, p. 14),

[...] essa política de desenvolvimento aeroespacial do Estado brasileiro, a partir de Alcântara, ocorre em meio a um conflito social, porque se confronta com os interesses e direitos de propriedade das comunidades quilombolas, nos termos do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição Federal de 1988.

Além da questão do território quilombola, assoma-se o processo de urbanização desordenado do município de Alcântara nas últimas três décadas, que vem acarretando sérios impactos socioeconômicos e ambientais. Segundo Pereira Junior (2009, p. 52),

Com a abertura de estradas, picadas, clareiras e demais atos predatórios perpetrados nas áreas de Mamuna, Baracatatiua e Brito já se torna possível estimar os impactos causados às famílias quilombolas e a proporção dos danos ambientais e culturais. Estes atos constituem uma ameaça à reprodução física e social das comunidades, limitando o acesso aos recursos naturais imprescindíveis para seu modo de viver.

Todos os impactos do município são ainda acrescidos de outras problemáticas pelo fato de Alcântara ser parte da zona metropolitana de São Luís, por cuja proximidade termina sofrendo consequências em relação ao fato da capital maranhense ser considerada uma das capitais mais violentas do Brasil (IPEA; FBSP, 2019).

O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2007) declara que, mais de trinta anos após a instalação do CLA, nunca foi elaborado um estudo de impacto ambiental da área ocupada pelo projeto, a situação das pessoas remanejadas e das que vivem sob a ameaça de remanejamento é pouco discutida senão por aqueles que conhecem de perto a problemática e têm como suporte a pesquisa científica fomentada e apoiada pelas universidades.

Os laudos e pesquisas antropológicas encomendadas pelo MPF seriam fundamentais no processo de defesa das comunidades quilombolas e seus saberes tradicionais na região, divididos em dois volumes, tratam do processo de transferência das pessoas das agrovilas e contém análises acerca de impactos de diversas naturezas sobre os atingidos pela implantação do CLA. O laudo elaborado por uma equipe de antropólogos buscou verificar os impactos ocorridos na região de diversas naturezas, bem como seus efeitos.

A mobilização social dessas comunidades tem na perícia antropológica um de seus principais trunfos, símbolo da conquista do direito à justiça, ao território tradicional, à visibilidade pública de sua realidade e de suas visões de mundo. A saga das comunidades negras rurais de Alcântara traduz, num outro espectro, a luta de várias minorias e movimentos sociais para transpor as fronteiras das injustiças e desigualdades que assolavam e, em alguns casos, ainda assolam o país, impondo aos seus protagonistas um isolamento da realidade nacional. (SANTOS JÚNIOR, 2016, não paginado).

A ausência de um projeto municipal de uso e ocupação da terra faz com que grande parte da população da cidade de Alcântara advinda das agrovilas passe a constituir as invasões do espaço no entorno da cidade, criando um modelo paisagístico que já começa a comprometer sua riqueza original e seu acervo histórico, pela pobreza e carência do suprimento de suas necessidades básicas.

Quando se permite o desaparecimento de um determinado grupo étnico (quando lhes priva, por exemplo, o acesso à totalidade do território), não se viola apenas o direito daquele grupo localizado, mas perde também toda a sociedade brasileira, ‘atuais e futuras gerações’, porque lhes será negado o direito de conhecer a cultura de um grupo que compunha o patrimônio cultural do país. Em outras palavras, a hermenêutica realizada em torno do art. 68 ADCT deve nutrir íntima harmonia com o artigo 215 e 216 da Carta Maior de 1988. (LOPES, 2016, p. 78).

A população negra que se instalou nas antigas fazendas manteve relações de parentesco, compadrio e vizinhança sob uma série de normas construídas ao longo das décadas, sem interferência oficial. Contudo, nos anos 1980, 312 famílias, de 31 povoados foram obrigadas a sair das terras, ocupadas desde o século XVIII, para a implantação do CLA, uma vez que a localidade é considerada excelente para lançamentos espaciais (ALMEIDA, 2006a; MORIN, 2019, n.p.).

As famílias foram assentadas em sete agrovilas, administradas pela Aeronáutica, em um território onde não podem realizar novas construções sem autorização, o que implica ir morar na periferia de São Luís e da própria Alcântara quando a família se amplia. Além disso, enfrentam problemas para plantar, pois os terrenos são pequenos em comparação à realidade anterior, e o solo é ruim para a agricultura. Por estarem longe do mar, encontram dificuldades para a prática da pesca. Um projeto de expansão do CLA pode atingir outros cerca de 1.500 quilombolas que terão que ser deslocados.

Relatos de irregularidades em processos de implantação de megaprojetos em todo o Brasil são comuns. De acordo com Romeiro e Frota (2015), existem denúncias de que as equipes técnicas se valiam de momentos em que crianças ou idosos se encontravam sozinhos em casa para solicitar informações sobre a família e até obter documentos dos moradores, quando da construção do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) em Fortaleza - CE. De maneira semelhante, no município de Alcântara há muitos relatos de moradores dos povoados que se sentiram enganados pelos agentes do Grupo de Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (GICLA) quanto as promessas de melhorias de qualidade de vida que não se concretizaram (LOPES, 2016).

A análise da cultura de uma sociedade e a defesa das suas características permite a preservação e multiplicação, uma vez que seus integrantes e os que passam a fazer parte dela têm a possibilidade de comungar características que se transformam em maneira de ser, sendo defendidas em prol da proteção, da existência e conservação da cultura tradicional de um povo.

Neste contexto, a presente pesquisa teve como Objetivo principal analisar os impactos socioambientais causados pelo deslocamento das comunidades do município de Alcântara, MA para as agrovilas implantadas pelo CLA no município e como Objetivos Específicos, Identificar as áreas de expansão na zona urbana na sede do município de Alcântara MA através de sensoriamento remoto, Avaliar os impactos socioambientais causados no município de Alcântara MA a partir da análise dos índices socioeconômicos e ambientais referenciados por órgãos governamentais e visitas de campo, além de Identificar os principais impactos culturais causadas às comunidades quilombolas a partir da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara - MA.

Para tanto, buscou-se identificar as áreas de expansão na zona urbana na sede do município de Alcântara, MA através de sensoriamento remoto e visitas de campo, avaliando os impactos socioambientais causados no município a partir da análise dos índices socioeconômicos e ambientais referenciados por órgãos governamentais, além de descrever os principais impactos culturais causados às comunidades quilombolas a partir da implantação do CLA, utilizando para tanto uma entrevista semiestruturada que foi aplicada tanto na sede do município, quanto nas agrovilas com pessoas que vivenciaram diversos momentos desse processo que tem pouco mais de três décadas.

A análise dos impactos gerados por megaprojetos é fundamental para embasar ações futuras de desenvolvimento. Grandes obras como hidrelétricas, ferrovias e uma estação espacial, sempre trarão impacto ao seu local de instalação. Existe a necessidade de minimizá-los e buscar alternativas de compensações aos moradores das localidades atingidas.

Os processos de instalação de grandes projetos e o desenvolvimento econômico apresentam características semelhantes guardadas às peculiaridades de cada lugar. Ao longo do tempo e com a chegada do crescimento econômico, faz-se necessária a administração correta de recursos. O simples pagamento de *royalties* não significa crescimento de uma comunidade, como pode ser verificado com os *royalties* do petróleo no Estado do Rio de Janeiro, os maiores do Brasil, frente ao caos econômico enfrentado nos dias de hoje na região (MONTEIRO NETO; BRANDÃO, 2017).

Segundo Fernandes (2006, p. 238) “As impossibilidades históricas formam uma cadeia, uma espécie de círculo vicioso, que tende a repetir-se em quadros estruturais subsequentes”, impossibilitando a ruptura definitiva com o passado, o qual sempre se reapresenta na cena histórica cobrando seu preço, apesar dos diversos artifícios da “conciliação” para negar ou neutralizar a reforma.

A identificação dos aspectos estratégicos relacionados às políticas públicas das várias esferas do poder responde questionamentos relativos a questões de ordem social, ambiental, econômica e cultural, de forma a permitir aos grupos sociais compreender sua realidade a partir da reflexão do contexto social em que estão inseridos.

Buscando atender ao objetivo proposto, a pesquisa está estruturada em capítulos que constam de – Capítulo 1 – Introdução. O capítulo 2 trata da Metodologia, onde buscamos descrever os procedimentos metodológicos utilizados nos levantamentos de dados e de imagens, bem como a maneira pelo qual esses dados foram tratados. Foram detalhadas também as ferramentas de coleta de informações dos indicadores sociais e o modelo de entrevistas para identificar a percepção dos moradores da região em relação às transformações ocorridas nas últimas três décadas.

Os Perfis Socioeconômicos do Município nas últimas três décadas vêm no Capítulo 3 para demonstrar a evolução do IDH, fazendo um relato de indicadores como renda per capita, educação e saúde. Buscamos ainda identificar as problemáticas sociais a partir da percepção das pessoas acerca das transformações ocorridas ao longo do tempo a partir da década de 1980, de forma a construirmos um panorama da maneira pelo qual os moradores percebem a presença do projeto do CLA em sua região e de que forma impactou suas vidas.

No capítulo 4 tratamos dos Impactos Ambientais, onde buscamos identificar fatores ligados ao saneamento básico, relativos a coleta e destinação dos resíduos sólidos, destinação do esgoto domésticos e captação e distribuição de água nos domicílios.

O Capítulo 5 trata das considerações finais, onde buscamos fazer um resumo dos principais resultados, apesar de alguns deles já estarem descritos nos próprios capítulos, uma vez que todos eles já apresentam resultados tanto quantitativos como qualitativos.

Nas considerações finais relatamos algumas percepções pessoais do autor sobre a pesquisa, sendo que a percepção das pessoas em relação as suas vivências é considerada como resultado fidedigno da pesquisa, independentemente das relações econômicas, sociais ou políticas, buscamos respeitar a opinião de cada morador entrevistado, sem influenciar em nenhuma medida sua maneira de compreender a interferência do poder público e suas políticas em suas vidas.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no município de Alcântara, Estado do Maranhão, sendo observados aspectos quantitativos, como índices socioeconômicos e amostras populacionais dos povoados e agrovilas, além de aspectos qualitativos, como qualidade de vida e saberes tradicionais.

Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar de caráter exploratório, o que, de acordo com Sampieri, Collado e Lúcio (2013), são recursos utilizados quando o objetivo é examinar um tema ou um problema de pesquisa com informações a serem levantadas, sobre o qual temos muitas dúvidas ou que não foram abordados antes.

Nas incursões de campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o objetivo de coletar dados relativos à percepção dos moradores da região. Foram coletadas imagens de satélite para fazer o geoprocessamento de informações e imagens de drone com mapeamento dos ambientes. De acordo com Minayo (2001, p. 22):

A diferença entre qualitativo e quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatísticas apreendem dos fenômenos apenas a região 'visível, ecológica, morfológica e concreta', a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. O conjunto de dados quantitativos não se opõe. Ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

A população amostrada foi de 60 pessoas, compreendidas na faixa etária de 18 a 88 anos, os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente em domicílios na sede do município e das sete agrovilas construídas pelo CLA.

A coleta de dados foi realizada a partir de registros constantes em órgãos governamentais, além das entrevistas aplicadas nas comunidades. O tratamento dos dados foi realizado pela verificação das respostas em categorias pré-estabelecidas, visão positiva ou negativa e expectativas boas e ruins acerca das transformações ocorridas ao longo do tempo na região.

2.1 Verificação das áreas ocupadas

A verificação das áreas ocupadas a partir da década de 1980 quando da chegada do GICLA até o ano de 2018, foi feita através de sensoriamento remoto, com imagens de satélite em série histórica que são disponibilizadas por sites como EARTH EXPLORER, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), dentre outros.

A partir da análise das imagens foi possível identificar o processo de ocupação do território, a dimensão do território ocupado pelo CLA e os possíveis danos ambientais, como ocupação de áreas de mangue ou de áreas de matas ciliares, que podem tanto comprometer ecossistemas que são fontes de alimentos para as comunidades, que são culturalmente ligadas à pesca e à coleta de crustáceos, bem como comprometer leitos de rios que abastecem a cidade.

Essa análise foi feita tanto por sensoriamento remoto quanto por visitas *in loco*. Levando em consideração aspectos qualitativos e quantitativos da pesquisa, foram levados em consideração essa associação em parâmetros para construção de tabelas comparativas de percentuais. As incursões de campo foram registradas com *Global Position System* (GPS) portátil e geodésico, com registro fotográfico das áreas de expansão urbana ocupadas no entorno da cidade. Essa localização permitirá futuras visualizações por imagens de satélite a partir dos dados de georeferenciamento coletados. Além de imagens de satélite, foram feitas também imagens com drone para identificar a configuração atual dos assentamentos, além de mapear as agrovilas, permitindo identificar suas dimensões e localização em relação a aspectos como distância do litoral e de cursos d'água.

2.2 Análise de impactos ambientais

A análise dos impactos ambientais foi feita a partir do levantamento de dados relativos à coleta e dispensação de resíduos sólidos, captação e distribuição de água e destinação do esgoto doméstico, além de identificação de áreas de desmatamentos e processos de assoreamento de rios.

Os levantamentos foram feitos com visitas à área onde o lixo da cidade é dispensado após ser recolhido buscando verificar se o processo está de acordo com a legislação ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Lei 9.605/2018, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 306/04, além de leis ambientais relativas à secretaria de meio ambiente do Estado do Maranhão (SEMA), Lei 9.340/11.

Foram realizadas também visitas à companhia de saneamento ambiental do Maranhão (CAEMA) para identificarmos os processos de captação, tratamento e distribuição de água na cidade, além da forma de destinação do esgoto do município, verificando se há uma legislação no município correspondente à construção de fossas assépticas e estudos de impactos ambientais relativos à contaminação de lençóis freáticos.

2.3 Análise dos impactos socioeconômicos

A análise dos impactos socioeconômicos foi realizada a partir de pesquisa documental tendo como base os índices publicados por órgãos governamentais, tais como IBGE, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização Mundial de Saúde (OMS), ONU, FAO em relação a indicadores socioeconômicos.

A partir da comparação dos dados referentes aos censos IBGE de 1990, 2000 e 2010, foi possível analisar a elevação ou o decréscimo de aspectos como a renda, analfabetismo e a expectativa de vida, que juntos servirão para analisarmos a evolução do IDH do município nas últimas três décadas.

Os dados sobre o abastecimento de água da cidade demonstram que é feito de forma satisfatória, ou seja, se os domicílios recebem água diariamente e o abastecimento não sofre interrupções constantes, bem como verificamos a profundidade do leito dos rios de onde a água é captada e comparamos em estudos anteriores para avaliar as variações de profundidade e vazão.

Os impactos ambientais e socioeconômicos foram avaliados quanto a suas origens e reflexos nas comunidades locais. O aumento da população urbana no município que tem relação também com êxodo resultante do desalojamento das comunidades, foi analisado em visitas de campo, quando foram contabilizadas construções de casas no entorno da cidade por pessoas que são advindas do interior e da própria sede.

Todas as casas construídas no entorno da cidade, fora do perímetro urbano, foram visitadas indagando-se sobre qual a origem de seus moradores, se provenientes da própria sede, se de outras localidades ou se das agrovilas. Desta forma foi possível avaliar o quantitativo de famílias oriundas das agrovilas que passaram a morar no entorno do centro histórico do município.

Critérios como pobreza e pobreza extrema foram analisados de acordo com as referências adotadas pelo IBGE (2019) e as correlações dos dados da série histórica de renda per capita, comparados com dados da ONU em relação a análise de pobreza extrema em todo o mundo.

Aspectos sanitários como esgoto e destinação de resíduos sólidos, além de vulnerabilidades sociais como acesso a educação e condições de moradias, foram utilizados na construção do cenário das últimas três décadas da evolução das condições sócio econômicas do município.

2.4 Identificação de possíveis danos à cultura local

Quanto aos aspectos culturais, foram discutidos com a comunidade e as organizações de classe os impactos causados pela implantação do CLA. Quais traços da cultura quilombola foram impactados a partir do deslocamento dos mais de trinta povoados que passaram a viver em sete agrovilas construídas pelo Governo Federal, além do êxodo causado por essa ação para a sede do município e outras cidades.

Os encontros foram estabelecidos em datas específicas para favorecer a participação das pessoas. Os líderes comunitários foram convidados a participar sempre com ênfase em que suas informações poderão amplificar o debate sobre as problemáticas, podendo dessa maneira, buscar-se compreender a profundidade dos efeitos das políticas de desenvolvimento aeroespacial nas comunidades quilombolas do município de Alcântara.

As associações de classe ouvidas foram os representantes do Sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Alcântara (STTR), o Movimento dos atingidos pela base espacial de Alcântara (MABE) e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras de Alcântara (MONTRA) e os entrevistados indicaram os aspectos da cultura da comunidade ficou comprometido ou desapareceu com as transformações sofridas no município após a instalação do centro de lançamento de Alcântara.

A pesquisa foi executada na forma de entrevista semiestruturada (APÊNDICE A), liberada pelo Comitê de Ética (CEP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (Parecer 3.212.708) (ANEXO A), de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e aplicada após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B). As entrevistas foram realizadas com pessoas adultas e esclarecidas, residentes na região e que vivenciaram as transformações recentes do espaço estudado.

A entrevista foi estruturada de maneira a avaliar a percepção das pessoas acerca da presença do Centro de Lançamento de Alcântara em relação à comunidade como um todo, às famílias e finalmente aos indivíduos. Desta forma foi possível avaliar qual o ponto de vista dos moradores em relação aos seus direitos comunitários e individuais, além de sua opinião em relação a políticas de Estado que possam trazer benefícios para a comunidade.

A delimitação da idade dos entrevistados, bem como das localidades em que foram entrevistados os moradores, objetivou compreender o ponto de vista de pessoas de diferentes gerações e os distintos momentos por elas vividos, considerando que a história do CLA começa na década de 1980, há trinta anos, assim os adultos da época atualmente estão com mais de cinquenta anos e as crianças são adultos.

As perguntas do questionário foram elaboradas com o propósito de verificar a percepção das pessoas acerca de diversos aspectos e pontos de vistas relativos às transformações recentes do espaço de Alcântara, começando pelas impressões acerca da implantação do CLA na região, e de sua interação com as comunidades, no enfrentamento dos problemas do dia a dia até chegar a percepção individual, a maneira pela qual as mudanças atingiram o indivíduo.

O procedimento metodológico adotado buscou compreender também a visão dos entrevistados em relação aos efeitos dos impactos nos outros indivíduos da comunidade. Os entrevistados foram pessoas que vivem na sede e nas agrovilas, mas também alguns entrevistados foram pessoas que emigraram para trabalhar fora da região, principalmente na cidade de São Luís, capital do estado.

Entrevistando pessoas que habitam a Agrovila e têm sua fonte de renda principalmente na agricultura nas glebas cedidas pelo CLA, que vivem na sede e têm negócios ligados as empresas que prestaram serviço ao CLA, bem como pessoas que vivem no município e não tem nenhuma relação com esta entidade, foi possível identificar diversos pontos de vista com a maior fidedignidade possível, não apenas consultando aqueles que se beneficiaram ou apenas aqueles que sofreram danos com o empreendimento na região, o que poderia produzir um viés em uma ou outra direção, o que não seria aceitável a uma pesquisa que buscou entender a percepção das pessoas de forma fidedigna.

Considerando os pontos de vista expressados por pessoas de diferentes faixas etárias e que puderam experimentar as mais variadas experiências de vida ao longo do processo de implantação do Centro de Lançamento de Alcântara, os dados e as informações analisados permitiram uma análise mais rica em relação aos depoimentos de quem pode ter tido seus direitos desrespeitados ou de pessoas que podem se sentir beneficiadas com o do projeto aeroespacial brasileiro.

Para realizar a análise das respostas foi necessário classificá-las em positivas ou negativas e fazerem-se inferências acerca do contexto em que se inserem, de acordo com as pessoas e as experiências por elas vividas no processo analisado. Todos os entrevistados foram informados de que sua identificação não seria revelada, mesmo àqueles que se manifestaram solicitando que seus nomes fossem citados na pesquisa e todos receberam uma cópia do TCLE após os esclarecimentos da entrevista e assinatura da cópia que ficou de posse do pesquisador.

3 PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA: 1988 - 2018

A má distribuição de renda em nosso País sempre criou profundas distinções entre regiões, estados e municípios. Existem razões diversas e históricas do fosso econômico que separa, por exemplo, a região norte e nordeste da região sul e sudeste. Uma história de escravidão e atraso que tem relatos funestos. O Estado do Maranhão, por exemplo, chegou a ter mais escravos que cidadãos maranhenses.

O Maranhão importava em média 2.000 escravos por ano, o que lhe permitiu impulsionar o desenvolvimento econômico. O Estado passou a ocupar o quarto lugar na exportação de produtos agrícolas do Brasil, tornando Alcântara um 'local de produção e proeminência de ricos fazendeiros'. (BRAGA, 2011, p. 30-33).

O processo de industrialização e modernização dos meios de produção demorou a se realizar no Maranhão, onde a tradição agrícola de matriz escravocrata manteve a cultura do racismo e da legitimação dos senhores de engenho por muitas décadas, inclusive após a abolição da escravatura. Mesmo na atualidade, os dois estados brasileiros com maior índice de denúncias de trabalhadores em condição análoga à escravidão são Maranhão e Pará (FERNANDES, 2006).

Quando o Governo Federal implantou a política pública de erradicação da pobreza para auxiliar pessoas que estão abaixo da linha da pobreza, sendo que isso representa 6% da população do Estado de Santa Catarina, no Maranhão, representa 49% da população, ou seja, quase a metade da população maranhense sobrevive à custa de um valor mensal abaixo de cem reais (BRASIL, 2015).

No início dos anos 2000, a Ministra do Meio Ambiente, criou o Grupo Executivo Interministerial (GEI) como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), através do qual um conglomerado de trinta ministérios buscava trazer soluções para as problemáticas da relação entre os moradores de Alcântara e o governo federal.

O resultado foi tão desastroso quanto as dimensões do grupo. Não houve efetividade em solicitar de diferentes ministérios medidas de auxílio aos moradores da região e aumentou ainda mais a certeza dos moradores de que problemas aparentemente simples, como a falta de título de posse das casas e das glebas, ainda seriam problemas distantes de uma solução pacífica (BRAGA, 2011).

O GEI encerrou suas atividades em menos de um mês após a sua criação ficando, de positivo, apenas a criação do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) que culminou com o compromisso dos Ministérios envolvidos em realizar sessenta e seis ações para o município, o que resultaria na aplicação de aproximadamente vinte e seis milhões de reais entre 2005 e 2006 (BRAGA, 2011).

O Grupo Interministerial criado em 2004 seria encerrado em 2005, deixando como legado o Comitê Gestor Local e o Comitê Executivo Nacional para o Desenvolvimento Sustentável de Alcântara (CENDSA), o qual foi uma espécie de continuidade do GEI, tendo realizado ciclos de palestras e seminários coordenados pela casa civil do Governo Federal, buscando implementar as ações pactuadas pelo Acordo de Cooperação Técnica (BRAGA, 2011). O Comitê teve durabilidade de apenas um ano, entre 2006 e 2007 e, assim como o GEI, não trouxe nenhum resultado efetivo, gerando apenas mais ansiedade e desconfiança da população local em relação às promessas nunca cumpridas pelas comissões.

As comunidades tradicionais, há tempos violentadas e vilipendiadas pelos detentores do poder econômico, apresentam uma característica de vulnerabilidade e de inocência quando lidam com culturas dominantes, como a cultura ocidental hegemônica que oprime as culturas indígenas e quilombolas desde a invasão da América Espanhola.

Antes que os nativos pudessem se juntar, queimei seis pequenos povoados e prendi e levei para o acampamento quatrocentas pessoas, entre homens e mulheres, sem que me fizessem qualquer dano. ‘[...] simplesmente fazia de conta que confiava em quem vinha me falar e usava a discórdia para subjugar-los mais’. (CORTÉS, 2000, p. 95).

Os relatos do conquistador espanhol remetem a uma brutalidade comum durante as conquistas dos povos Maias, Incas e Astecas, que recorrente nos processos de conquista do território brasileiro e que pode ser correlacionada aos acontecimentos recentes com as comunidades deslocadas, em Alcântara, cujas práticas culturais evidenciam culturas indígenas da região.

Ainda no ano de 2006 foi realizado o primeiro Plano Diretor Participativo (PDP) do Município de Alcântara, com o auxílio do IPHAN, que teve a participação ativa de membros da comunidade e de lideranças dos povoados localizados na zona rural. A população da região alegava ter pouca confiança nos políticos locais, afirmando inclusive que a representante do executivo municipal morava em outra cidade, na capital, São Luís (IPHAN, 2006).

No âmbito do PDP de Alcântara foi destacada a Macrozona Étnica de Uso Rural, que seria representada por toda a região que não compreendesse o perímetro ocupado pela área militar. As áreas anteriormente consideradas como de proteção, pelo IPHAN, constituíam apenas a sede do município, sendo a região da zona rural regida apenas pelo poder municipal. A zona rural compreende mais de 70% da população do município, (BRAGA, 2011; PNUD, 2013).

3.1 Índice de Desenvolvimento Humano

Em conformidade com as práticas atuais, as condições socioeconômicas de uma população são avaliadas pelo IDH, criado em 1990 pelo economista de origem paquistanesa Mahibub Ul Hag e pelo economista indiano Amartya Sem. O IDH leva em consideração três indicadores, a renda, o índice de analfabetismo e a expectativa de vida (PNUD, 2013).

Então, deixou-se de analisar apenas os aspectos econômicos como fator de desenvolvimento de uma população como era feito até a década de setenta, quando o índice de desenvolvimento humano era sinônimo de desenvolvimento econômico (AMARAL, 2009).

O IDH leva, também, em consideração diversos aspectos combinados, tais como o Índice de Pobreza Humana (IPH) e o Índice de Desenvolvimento Corrigido por Gênero (IDG), que vão dar destaque a aspectos peculiares da população em estudo, como condições socioeconômicas por gênero e pobreza relativa à remuneração mínima. O IDH não é um índice de qualidade de vida e sim uma maneira de se avaliar as condições básicas de vida das pessoas em um determinado lugar (PNUD, 2013).

O IDH tem como referência um cálculo que varia de 1 (melhor) a 0 (ausência) de condições de vida para uma população. Levando em consideração esse lapso de valores que se encontra dividido entre a possibilidade de nenhum desenvolvimento humano (0) e total desenvolvimento (1), com faixas de IDH podendo ser classificadas como muito baixas (0,000 a 0,4999), baixas (0,500 a 0,599), médias (0,600 a 0,699), altas (0,700 a 0,799) e muito altas (0,800 a 1000) (PNUD, 2013).

Na última pesquisa internacional de IDH, realizada pela ONU, o país com maior índice foi à Noruega com 0,953 e o pior foi o Níger com 0,354. Nesse universo de 189 países pesquisados, na revisão feita em 2017 e publicada em 2018, o Brasil ocupa a septuagésima nona posição com IDH igual a 0,753 (PNUD, 2015).

O Estado do Maranhão, que historicamente sempre figurou entre os mais pobres do Brasil, de acordo com dados do IBGE, em conjunto com o Piauí, Alagoas e Ceará sempre tiveram os piores índices sociais do Brasil. Das quinze cidades mais pobres do Brasil, dez se encontravam no Maranhão, sendo as duas últimas colocadas do País (PNUD, 2013).

Nos três critérios utilizados pelo IDH (renda, educação e expectativa de vida), o Maranhão tem o pior desempenho em dois deles, tem a pior renda per capita do Brasil e a menor expectativa de vida. Apenas na educação não é o último colocado. Na faixa “muito alto” de IDH não aparece nenhum dos 217 municípios do Estado.

O Brasil tem, de acordo com o IBGE (2017b), 5.570 municípios enquanto o Estado do Maranhão é constituído por apenas 217. Para a abordagem das questões socioeconômicas do Município de Alcântara, objeto desta pesquisa, utilizamos os parâmetros de organismos oficiais como IBGE e ONU, tendo como referência o universo nacional e estadual.

É importante destacar para a análise dos parâmetros do Município de Alcântara relacionados às últimas três décadas, foram utilizados como referência os dados dos censos do IBGE relativamente aos anos de 1990, 2000 e 2010, além das atualizações que são feitas anualmente.

No que concerne à questão de saúde e da expectativa de vida, de acordo com dados do PNUD referentes ao IDH, tem-se um quadro evolutivo semelhante ao que aconteceu com o Brasil e com o Estado do Maranhão nas últimas três décadas.

Em relação à renda per capita, de acordo com o IBGE, Alcântara está situada na posição 5.517, ou seja, uma das últimas posições do país, o que demonstra o processo de pauperização que ocorreu nos últimos anos, a despeito das políticas públicas implementadas na região e dos investimentos na construção do CLA e de instituições de ensino como o IFMA (PNUD, 2013).

Para se medir o grau de concentração de renda, os institutos de pesquisa como IBGE e PNUD utilizam o índice de Gini, que consiste num intervalo entre 0 (zero) e 1, com o 0 (Zero) representando ausência total de desigualdade e 1 (um) representa completa desigualdade, ou seja, se apenas uma pessoa acumula toda a renda do lugar.

Levando em consideração a renda per capita e o índice de Gini, podemos verificar aspectos muito relevantes nas últimas três décadas em Alcântara. Lembrando que o projeto de construção da Base Aérea no Município iniciou-se na década de 1980, em 1990 já havia dez anos da presença do projeto na região, havendo oscilações claras entre as décadas, tanto para a piora dos índices quanto para a melhora de alguns indicadores (Tabela 1).

[...] seria totalmente ilusório pensar que a ajuda internacional, da maneira como é hoje concebida e dispensada, resolva duradouramente qualquer problema que seja! A instauração a longo prazo de imensas zonas de miséria, fome e morte parece daqui em diante fazer parte integrante do monstruoso sistema de 'estimulação' do Capitalismo Mundial Integrado. (GUATTARI, 1990, p. 11-12).

No Censo demográfico de 1990, a renda per capita do município de Alcântara era de 116,00, em 2000 aumentou para 118,37 e em 2010 era de 209,27, valores em reais (Tabela 1). De acordo com o IBGE, o índice de habitantes extremamente pobres no município era de 46,82% em 1990, elevando-se para 50,59% em 2000 e reduzindo para 37,99% em 2010. Importante destacar que, entre as décadas de 1990 e 2000, a situação de pauperização da

população agravou-se profundamente, exatamente a época em que as agrovilas foram construídas e a população deslocada (PNUD, 2013).

Em relação ao índice de Gini, em 1990 era 0,48, piorando em 2000, indo para 0,62 e melhorando em 2010, indo para 0,59 (Tabela 1). Lembrando que no índice de Gini quanto mais próximo de 1 é pior e quanto mais próximo de zero significa menor desigualdade, então podemos perceber que em 2000 as desigualdades eram maiores que em 1991, o que demonstra concentração de renda na mão de poucos e aumento da pobreza em geral.

Tabela 1 - Aspectos socioeconômicos do Município de Alcântara MA

INDICADORES	CENSO / ANO		
	1991	2000	2010
Renda per capita	116,00	118,00	209,00
% de extremamente pobres	46,82	50,59	37,99
% pobres	74,00	75,79	54,48
Índice de Gini	0,48	0,62	0,59

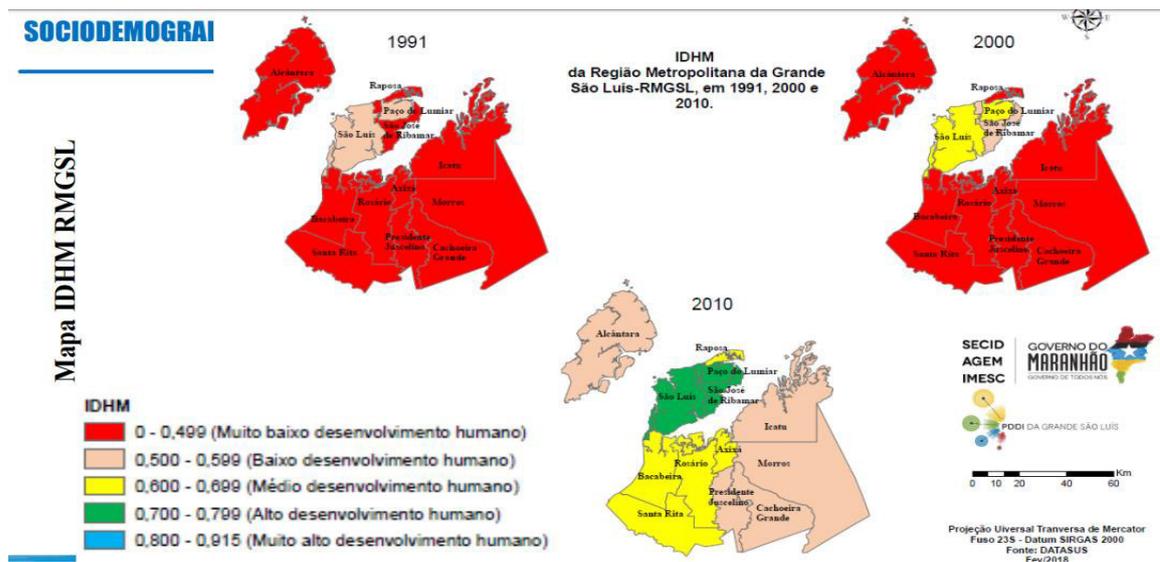
Fonte: PNUD (2013)

Em relação à evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) podemos verificar uma melhora do quadro relativo ao índice entre 1991 e 2000, que passou de 0,271 em 1991 para 0,405 em 2000 – uma taxa de crescimento de 49,45%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 81,62% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi educação (com crescimento de 0,166), seguida por longevidade e renda.

Entre 2000 e 2010, o IDHM passou de 0,405 em 2000 para 0,573 em 2010 - uma taxa de crescimento de 41,48%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 71,76% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi educação (com crescimento de 0,231), seguida por longevidade e por renda.

Em 2017, a Secretaria das Cidades e Desenvolvimento (SECID-MA) realizou um levantamento relativo ao IDHM nas cidades que compõem a zona metropolitana de São Luís, mostrando a evolução dos indicadores socioeconômicos entre 1991 e 2010. No mapa é possível observar que Alcântara encontrava-se no índice muito baixo de desenvolvimento em 1991 e em 2000 e no ano de 2010 em baixo desenvolvimento humano (Figura 1).

Figura 1 - Mapa IDHM da região metropolitana de São Luís MA



Fonte: Maranhão (2018)

Podemos perceber por indicadores PNUD, 2010, entre 1991 e o ano 2000, o município de Alcântara se encontrava entre os extremamente pobres, a despeito das promessas de investimento em educação e crescimento econômico quando chegaram os projetos do Governo Federal.

De acordo com a última atualização do IBGE (2017a), a renda per capita dos alcantarenses é de até meio salário mínimo para 56% da população, ou seja, mais da metade dos moradores da região ganham meio salário mínimo ou menos e apenas 8% da população economicamente ativa está ocupada.

De acordo com os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013), entre 1991 e 2000 houve um incremento de pobreza sob diversos aspectos no município de Alcântara. Podemos perceber que houve uma elevação dos percentuais de mães chefes de família sem escolaridade de nível fundamental entre 1991 e 2010 (Tabela 2), podendo ser considerado um fator relacionado com o deslocamento de pessoas para as agrovilas.

Da mesma maneira, podemos verificar a elevação do número de pessoas dependentes de idosos no estudo (tabela 2), sendo um indício de que essas pessoas agora dependem de um ente familiar que sobrevive em função de um benefício do governo e toda a família agora depende da renda de um salário mínimo por ele recebida a título de aposentadoria. Em diversos domicílios visitados, foi possível verificar idosos que sustentam a família com benefícios pagos pelo governo federal.

Tabela 2 - Série histórica de IDH Nacional, Estadual e de Alcântara, 1991, 2000, 2010

ESFERA	CENSO / ANO		
	1991	2000	2010
Brasil	0,611	0,684	0,727
Maranhão	0,357	0,476	0,639
Alcântara	0,271	0,405	0,573

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013)

As condições de moradia são um indicativo de pobreza extrema da região, menos de 5% dos domicílios possuíam banheiro e água encanada quase uma década após a chegada do empreendimento aeroespacial brasileiro na região e, uma década depois, apenas 16%, já no ano 2000. Em 2010, quase 70% da população continuava na mesma situação, quadro esse que denota melhorias a passos lentos, a despeito dos milhões em investimentos na região (KRETER; DEL-VECCHIO; STADUTO, 2015).

Importante ressaltar que o Brasil utiliza critérios diferenciados para identificar características como pobres e extremamente pobres. De acordo com o IBGE (2011b), utilizam-se faixas diferenciadas de renda para se identificarem aspectos diferenciados de condição econômica.

A ONU, através do PNUD, usa o critério de renda a US\$1,90 por dia para considerar o indivíduo como extremamente pobre. No Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) contínua (IBGE, 2019), utiliza o critério de renda mensal de R\$ 85,00. Por esse critério, o IBGE considera que mais de 52 milhões de brasileiros vivem nessa condição, a maior parte nas regiões norte e nordeste. De acordo com as Nações Unidas Brasil (2016, s. p.): “em termos regionais, pouco mudou, com as regiões Norte e Nordeste apresentando as maiores taxas de prevalência da pobreza, bem como as áreas rurais em todas as regiões”.

De acordo com o IBGE (2011b), 12,9% dos extremamente pobres e 43,5% dos pobres está no Nordeste, enquanto em outras regiões do Brasil o percentual é de 25% para os pobres. Esse índice de extremamente pobres representa mais de sete milhões de pessoas na região.

Segundo Silva Júnior (2006, p. 278), “os indicadores socioeconômicos nordestinos evidenciam a situação de extrema pobreza em relação às demais regiões brasileiras, e quando se trata de pobreza da população rural dessa região, possivelmente, as suas consequências são ainda mais perigosas”.

Os valores regionais mostram que Alcântara não é uma exceção na região e em especial no Estado do Maranhão. O IBGE (2019) deixa claro que os critérios utilizados para a classificação de pobreza levam em consideração, além da renda, aspectos relacionados ao saneamento básico, como fornecimento de água encanada, rede de esgoto, coleta de lixo, tipo de material com o qual a casa foi construída e a presença de um número de moradores superior ao adequado ao domicílio. Levando em consideração esses critérios, relacionados à renda, podemos ver que Alcântara possui um elevado índice de pobres e extremamente pobres. O Banco Mundial criou em 2018 um recorte de renda para países emergentes de US\$ 5,5 dólares por dia para identificar a faixa de pobreza (NUB, 2018).

Consideração esse critério, no câmbio atual (2019) de aproximadamente R\$ 3,70 o valor de um dólar, então os pobres estariam na faixa de renda de R\$ 20,35 reais por dia, ou R\$ 610,5 reais por mês, o que incluiria quase a totalidade da população do município relativa à média de renda per capita. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018a), a renda per capita brasileira é de R\$ 1.268,00 reais e no Maranhão, de R\$ 597,00 reais mensais. Desta maneira, é possível verificar congruência nos resultados utilizando diferentes critérios de classificação de pobreza e extrema pobreza.

O deslocamento dos moradores das comunidades para as agrovilas ocorreu em meados da década de 1980. Então, decorrido cerca de uma década, ou seja, por volta de meados da década de noventa, a renda per capita do município foi elevada em dois reais e mais de uma década depois, em 2010, a renda per capita era de 209 reais, o que pelos critérios internacionais coloca a população da região em sua maioria abaixo da linha da pobreza. A evolução do incremento de ganho financeiro em décadas permaneceu quase estagnada, demonstrando pouco impacto das políticas públicas em relação à circulação de capital na região; esse ganho de capital relacionado principalmente a comércio e serviços (Tabela 2) (LOPES, 2012).

Em relação ao Estado do Maranhão, o município de Alcântara, tombado pelo IPHAN e que já fez parte de projetos como o grupo interministerial de investimentos, no qual todos os Ministérios foram conclamados pela então ministra Marina Silva a melhorar a qualidade de vida do povo da região, podemos observar que a posição é 188 em um universo de 217, ou seja, fica entre os mais pobres do Estado que é um dos mais pobres do Brasil.

É imperioso destacar que o cancelamento de projetos na região, como o fim do acordo com a Ucrânia, projeto Cyclone Space IV, oficialmente encerrado em 2015, bem como a drástica redução de investimentos orçamentários na base aérea, aumentou sensivelmente o índice de desemprego e a pobreza na região.

De acordo com dados em arquivo do próprio comando da base aérea, no ano de 2017, o investimento foi de 4.428.000,00, sendo que o custeio mínimo necessário para manutenção seria de 7.390.094,00. Pela diferença entre o necessário para administrar a base aérea e o repasse anual do orçamento, podemos inferir que investimentos em aspectos locais da comunidade são inexequíveis.

Desta maneira, o grande número de desempregados, a falta de perspectiva, em especial dos indivíduos mais jovens, a falta de expectativa de trabalho, dentre outros aspectos, reduz também o interesse por uma formação profissional, fazendo com que o IFMA local tenha uma procura muito abaixo do esperado, tendo hoje apenas um curso superior, Tecnologia de Gestão de Turismo, com poucos alunos.

Os problemas econômicos refletem-se também em problemáticas sociais, como o incremento de violência, tráfico de drogas e prostituição infantil. Os índices de violência na cidade já preocupam os moradores mais antigos. Invasão de domicílio, tráfico de entorpecentes, estupro de vulnerável, assalto a mão armada, são ilícitos que já fazem parte da realidade de uma cidade de pouco mais de vinte mil habitantes.

Analisando as condições socioeconômicas do município de Alcântara, é possível inferir que o IDH (2010) é inferior aos dos municípios vizinhos, como Guimarães (0,625), Cururupu (0,612) e Bequimão (0,601), ademais, dentre os 5.570 municípios brasileiros, a cidade de Alcântara ocupa a posição 4.786 (PNUD, 2010), um dos piores do Brasil, fato que destoa dos investimentos públicos aplicados à região nas últimas três décadas (Tabela 2).

O município apresenta índices de violência elevados, com registros de roubo a mão armada, furtos, arrombamentos de domicílios, estupros, prostituição infantil e tráfico de drogas. De acordo com o site Deepask (2015), Alcântara ocupa a posição 57^a dentre os 217 municípios do Maranhão em número de assassinatos.

Os indicadores de violência da cidade têm dimensões preocupantes, e lá se destaca o bairro denominado “Buraco Fundo”, apelidado assim pela característica do relevo em que se encontra e pela metáfora de ser um bairro violento, onde as pessoas temem passar. De acordo com o *Atlas da Violência*, de 2019, as taxas de homicídio no nordeste do Brasil encontram-se em maior concentração nos municípios litorâneos, principalmente nos arredores das regiões metropolitanas (IPEA; FBSP, 2019), situação em que se enquadra o município de Alcântara.

3.2 Saúde

Os indicadores de saúde no Brasil sofreram modificações significativas ao longo das últimas três décadas. Apesar de ter havido um aumento do número de profissionais de saúde

vinculados ao SUS, assim como um importante incremento da Atenção Básica a Saúde (ABS), ocorreu o fechamento de mais de oito mil leitos nos últimos anos, penalizando em especial as pessoas mais pobres (VIACAVA et al., 2018).

Durante décadas, o Estado do Maranhão figurou como o mais miserável do Brasil, com índices de mortalidade infantil semelhantes aos dos países mais pobres do mundo. Esses indicadores são o conjunto de resultados de seus 217 municípios. O PNUD realiza também a estatística de mortalidade até os cinco anos de idade como forma de estabelecer relação de índice de mortalidade e pobreza.

Em relação a Alcântara, nenhuma das sete agrovilas criadas tinha posto de saúde funcionando. O hospital mais próximo (Unidade Mista Dr. Neto Guterres) fica na sede do município, então as parturientes dependem da ambulância do município e o traslado para a capital, São Luís, geralmente é feito de barco.

Mesmo na sede do município, a infraestrutura de saúde é precária. Em 2015, a esposa de um soldado da base aérea buscou o hospital da cidade em trabalho de parto, apesar de haver um médico no plantão este alegou não haver condições de realizar um parto cesariano. A paciente veio a óbito e houve muita comoção na cidade, tentativa de invasão da prefeitura e do fórum, uma vez que a revolta da população tinha como alvos principais o prefeito e o juiz da cidade, necessitando por fim a intervenção do Grupo Tático Aéreo (GTA) de São Luís (MORADORES, 2018).

Histórias dessa natureza trazem alguma luz aos altos índices de mortalidade infantil, a falta de infraestrutura de saúde, o baixo investimento no setor deixa a população sem amparo na saúde pública. Se forem levados e em consideração os moradores das agrovilas, que dependem quase exclusivamente de parteiras leigas, compreende-se ainda mais a profundidade da problemática.

No censo de 1991, município de Alcântara apresentava uma mortalidade infantil de 67,9 por cada mil nascidos vivos (Tabela 3) e uma mortalidade de crianças com até cinco anos de idade, de 83,3 por mil (PNUD, 2013). Ou seja, para cada mil nascidos vivos haveria a morte de sessenta crianças até um ano de idade ou oitenta e três até os cinco anos. Quando se fala em mortalidade infantil não se contabiliza natimorto (criança que morre no parto) e nem mortalidade neonatal, quando morre até com 27 dias de nascido.

No censo de 2000, Alcântara apresentava mortalidade infantil 50,9‰ (Tabela 3) e até cinco anos de 64,5‰ (PNUD, 2013). No censo de 2010, a mortalidade infantil reduziu para 28,8‰ (Tabela 3) e a mortalidade até cinco anos reduziu para 31,4‰ (PNUD, 2013). É possível verificar uma redução importante da mortalidade infantil na década de 50‰ para

28‰ e de mortalidade até cinco anos de 64‰ para 31‰. Esses valores são compatíveis com a realidade do Estado do Maranhão que em 1991 apresentava índice de mortalidade infantil de 82‰; em 2000, era de 46,2‰ e em 2010 era de 28‰. No Brasil a taxa era de 44,7‰ em 1991, em 2000, era de 30,6‰ e em 2010 era de 16,7‰ (PNUD, 2013).

Tabela 3 - Taxa de mortalidade infantil (óbitos/mil nascidos vivos) 1991-20180

CENSO/ANO				
NÍVEL	1991	2000	2010	2018
Brasil	44,7	30,6	16,7	12,4
Maranhão	82	46,2	28	16,3
Alcântara	67,9	50,9	28,8	Sem registro

Fonte: PNUD (2013)

Na plataforma do IBGE (2017), é possível verificar dados de mortalidade infantil a partir de 2006, com valores de 36,3 para 2010 e 4,4 para o ano de 2017. O PNUD não disponibiliza dados após o ano 2010 para o critério mortalidade infantil. Os avanços experimentados pelo Brasil na redução de pobreza, distribuição de renda na forma de políticas públicas para pessoas com renda inferior a 80 reais ou famílias que possuam menor de 17 anos com renda mensal menor que 170 reais, critérios, por exemplo, para o Bolsa Família, além do benefício de prestação continuada (BPC) e Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) para pessoas com deficiência física, reduziram significativamente o índice de mortalidade infantil no país, no Estado e nos municípios.

Outro critério utilizado pela ONU para determinação do IDH é a expectativa de vida. Esse critério em Alcântara também aumentou nas últimas três décadas, seguindo um padrão também nacional e estadual. Em 1991 a expectativa de vida no município era de 60,4 anos, em 2000, era de 62,5 e em 2010 era de 70,2, ou seja, a expectativa de vida aumentou em dez anos em três décadas (PNUD, 2013).

Em relação ao cenário mundial, os indicadores do Brasil são muito ruins, mesmo tendo reduzido drasticamente os índices de mortalidade infantil, como podemos ver na série histórica de 44 em 1991 para 12 em 2018, esses valores ainda estão extremamente acima das taxas de países com Produto Interno Bruto (PIB) semelhante ou inferior ao brasileiro. Importante ressaltar que o Brasil figura entre as sete nações mais ricas do mundo.

Mesmo na América do Sul, países como Uruguai (6,6), Chile (6,7) e Argentina (10,1), que têm PIB menor que o Estado de São Paulo, apresentam índices de mortalidade

infantil inferiores aos nossos. Nos países mais ricos, a distância é ainda maior, países como o Japão (2), Itália (2,7), França (3,3), Alemanha (3,4) e Inglaterra (4,3), dentre outros, tem índices bem menores que o brasileiro (PNUD, 2015).

A vulnerabilidade engloba diversos aspectos sociais que devem ser analisados quanto a sua origem e tipos de consequências podem causar em uma comunidade. No Brasil os benefícios sociais criados para idosos têm um efeito positivo na redução da extrema pobreza nessa faixa etária (PNUD, 2013).

Quando as comunidades litorâneas de Alcântara foram deslocadas para o centro do município e passaram a depender da agricultura em uma região de solo infértil e realizada por pessoas sem o conhecimento devido daquela atividade, os resultados se mostraram desastrosos.

Grande parte dessas pessoas que se deslocaram não tinha nenhuma escolaridade e muito menos qualificação para o trabalho, em sua maioria eram pessoas que passaram a vida como moradores de áreas afastadas praticando seus saberes tradicionais.

Desta maneira, a maioria das famílias passou a viver da renda de um idoso (renda por aposentadoria rural ou por BPC), a maioria mulheres, como pode mostrar as estatísticas que tratam dos domicílios mantidos por mulheres, além do que, esses novos domicílios construídos à margem da MA 106 na periferia do centro urbano são totalmente desprovidos de saneamento básico (tabela 4).

Crerios como abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos não contemplam nem a metade dos domicílios do município. O índice de crianças extremamente pobres ainda fica acima de 40% (Tabela 4).

Tabela 4 - Percentuais relativos a vulnerabilidades socioeconômicas do município de Alcântara

Indicadores	CENSO / ANO		
	1991	2000	2010
% de mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família.	23,09	22,98	29,54
% de vulneráveis e dependentes de idosos	5,30	11,62	7,84
% de crianças extremamente pobres	53,23	61,79	44,18
Condição de moradia: % da população em domicílios com banheiro e água encanada	4,19	16,99	33,61

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013)

3.3 Educação

O item educação é o que historicamente o Estado do Maranhão não ocupa a última posição no Brasil. Os investimentos em educação realizados pelo governo municipal, estadual e federal surtiram um efeito positivo na cidade, apesar de haver necessidade de melhoras, pois muitas comunidades distantes carecem de transporte escolar e ainda não possuem escolas de educação próxima.

A exemplo da saúde que não possui postos em todas as agrovilas, apenas duas das sete têm posto, somente três das sete agrovilas têm escola com oferta de educação infantil, nenhuma tem escola de nível médio, apenas a sede e um povoado chamado Oitua têm acesso à escola de nível médio. Levando-se em consideração que a população de Alcântara tem em torno de vinte e dois mil habitantes e três quartos deles vivem em zona rural, seria lícito dizer que mais da metade da população não tem acesso à educação básica.

Importante ressaltar que a educação no município recebeu ao longo das últimas três décadas investimentos do poder público estadual. Com a construção da Escola de Ensino Médio, hoje denominada Professor Aquiles Batista Vieira, o poder público municipal aumentou o número de vagas nas escolas de educação infantil e fundamental e o poder público federal criou um polo no município que hoje tem sede própria e oferece um curso superior e seis cursos técnicos, entre integrados e subsequentes.

O CLA também montou uma escola de educação infantil e fundamental que servia aos filhos dos militares e era aberta à comunidade com oferta inclusive de um ônibus de transporte escolar. Hoje a escola continua oferecendo esse serviço, mas não disponibiliza mais o ônibus sob a alegação de limitações orçamentárias, o que se tornou um fator limitante para a população, já que a escola fica na vila militar a mais de sete quilômetros do centro urbano.

Apesar de todos esses investimentos, os indicadores de educação não apresentam resultados diretamente proporcionais a eles, o índice de analfabetismo e a baixa incidência de alunos no ensino superior podem ser percebidos nos indicadores publicados pelos órgãos governamentais oficiais nas últimas três décadas.

De acordo com o PNUD (2013), a proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do Estado e compõe o IDHM Educação. Ao longo da pesquisa foi possível perceber algumas diferenças de dados em relação ao órgão fonte da publicação, como por exemplo entre dados internacionais e nacionais.

No município de Alcântara, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 89,7%, em 2010, de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino

fundamental é de 77,5%; de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 24,8%; e de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 20,9%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 77,8 pontos percentuais, 68,2 pontos percentuais, 19,8 pontos percentuais e 17 % (Tabela 5) (PNUD, 2013).

Em 2010, 71,5% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000, eram 53,6% e, em 1991, 63,8%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 2,5% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000, eram 0,32% e, em 1991, 0% (Tabela 5).

Tabela 5 - Grau de instrução dos habitantes de Alcântara com 25 anos ou mais

ESCOLARIDADE	CENSO / ANO		
	1991(%)	2000(%)	2010(%)
Fundamental incompleto ou analfabeto	58,8	41,5	29,4
Fundamental incompleto e alfabetizado	33,5	44,1	39,7
Fundamental completo e médio incompleto	2,7	6,4	12,3
Médio completo e superior incompleto	4,7	7,8	15,7
Superior completo	0,0	0,2	3

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013)

Educação é o princípio fundamental do desenvolvimento de uma sociedade, com fartos exemplos no mundo são fartos, a relação entre qualidade da educação e desenvolvimento socioeconômico em geral caminham juntos, se estamos nos referimos a sociedades de caráter ocidental como a nossa, nas comunidades de saberes tradicionais, usa-se de critérios distintos.

Quando verificamos os aspectos educacionais de Alcântara a partir do final da década de 1980, percebem-se melhorias efetivas, a redução do analfabetismo e a chegada de instituições que pudessem incrementar a educação básica e oferecer curso de nível superior foram de grande ajuda para a qualificação da população. Mas é perceptível que falta ainda oferta de vagas de trabalho e educação para as populações. Apenas um povoado e, nenhuma agrovila, tem acesso a ensino de nível médio e nenhum deles ao ensino de nível superior.

A educação permite ao indivíduo ter noção da realidade que o cerca, reconhecer sua origem e sua importância e aprender um ofício que o permita desenvolver uma atividade remunerada que garanta sua sobrevivência e a de seus familiares. O analfabetismo traz consigo uma série de dificuldades além do dano à dignidade humana. Não saber ler e escrever

relega as pessoas aos postos de trabalho braçal, com remuneração reduzida e pouca expectativa de crescimento (RANIERI; ALVES, 2018).

Sem acesso às condições objetivas de vida, longe dos recursos naturais e sem apoio governamental, por vezes sobram apenas os meios ilícitos de vida. O aumento nos índices de criminalidade, tráfico de drogas e prostituição infantil na região são um reflexo direto das transformações sofridas sem a devida previsibilidade de apoio a essas pessoas. Os pescadores foram transformados em agricultores sem nenhum treinamento e ou apoio de qualquer natureza, ação possível da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com o fornecimento de sementes, implantação de hortas, irrigação e suporte de agrônomos ou técnicos agrícolas (LOPES, 2012; PEREIRA JÚNIOR, 2009).

As pessoas apenas receberam uma casa, em lugar da sua, e um lote de terra, ambos sem garantia de posse, apenas um papel com o nome da pessoa e o número do imóvel a ocupar, os filhos sem acesso à educação, além da proibição de fazer modificações nas casas ou de construir novas casas. De acordo com os depoimentos, posteriormente a aeronáutica passou a permitir construções de novas casas após um complexo processo burocrático.

Fadados ao analfabetismo, restou o êxodo, sem acesso à educação, restaram os subempregos ou atividades ilícitas. A melhoria do quadro da educação no município infelizmente não traz consigo a promessa de melhorias na qualidade de vida. A educação por si só não resolve problemas, como tudo na vida ela precisa fazer sentido, necessita estar ligada a outros elos da cadeia, como trabalho, renda, cidadania.

As pessoas mais antigas, as que ainda vivem nas agrovilas e eram adultas à época do deslocamento de suas comunidades fazem um relato de se sentirem traídas, muitas promessas que não foram cumpridas e a baixa qualidade de vida hoje, em especial de seus descendentes, trazem medo e insegurança em relação ao futuro. Muitos relatos dos moradores coincidem com as pesquisas realizadas pelo poder público estadual.

Em levantamento feito pela Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID) em 2018, foram elencadas as principais problemáticas dos 13 municípios que compõem a região metropolitana: São Luís, Alcântara, Raposa, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Bacabeira, Santa Rita, Rosário, Presidente Juscelino, Axixá, Morros, Icatu e Cachoeira Grande. Em relação ao município de Alcântara, os principais pontos identificados através da parceria entre a equipe da SECID-MA, de Agência Estadual Metropolitana (AGEM) e o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográfico (IMESC) no levantamento realizado no ano de 2018 para o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) foram:

- a) Ausência de política pública municipal de cultura e turismo;
- b) Baixa oferta de serviços de apoio à atividade turística (hospedagem, alimentação, guia de turismo, agências);
- c) Ausência de postos de informações turísticas;
- d) Baixa oferta de cursos e informações nas áreas de hospitalidade e lazer, o que diminui a quantidade de mão de obra qualificada;
- e) Poucos espaços públicos de lazer;
- f) Ausência de política de monitoramento e controle de áreas de riscos de deslizamento ou inundação;
- g) Crescimento urbano não é acompanhado pelo aumento e distribuição equitativa dos investimentos em infraestrutura;
- h) A determinação de zona urbana e rural não leva em consideração características territoriais, sociais e culturais do município;
- i) Carência no abastecimento de água;
- j) Descarte inadequado de resíduos sólidos e baixa cobertura de esgotamento sanitário;
- k) Déficit habitacional e de Regularização fundiária;
- l) Carência de espaços públicos e áreas verdes para recreação e eventos;
- m) Desmatamento e queimada colaboram para erosão dos solos e assoreamento dos rios;
- n) Baixa preservação do patrimônio histórico

Os principais pontos revelados pela SECID no processo de desenvolvimento do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) coincidem com os aspectos relatados pelas pessoas tanto na sede quanto nas comunidades do interior do município de Alcântara, o que corrobora a percepção de que ao longo das últimas três décadas a presença da base aérea e de outros investimentos relativos a políticas públicas Estaduais e Municipais não têm surtido os efeitos adequados na melhoria da qualidade de vida do povo da região.

Mesmo políticas públicas de grande espectro como o grupo interministerial criado pela então ministra Marina Silva não demonstraram capacidade de transformações profundas na realidade socioeconômica do município de Alcântara. Pela análise dos indicadores sociais é possível verificar que as mudanças que ocorreram na região são correlativas ao que aconteceu no Estado do Maranhão e no Brasil como um todo, ou seja, em nível local não houve nenhum tipo de política de impacto a curto prazo na realidade local.

4 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA: 1988 - 2018

A noção de impacto ambiental é estabelecida a partir de órgãos ambientais como o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) em resoluções que buscam determinar as características e naturezas de fenômenos que possam assim ser denominados. Na resolução 001/86 do CONAMA, em seu artigo primeiro, ficou estabelecido:

Artigo 1º - Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais. (CONAMA, 1986, p. 2548).

O artigo segundo da resolução supracitada estabelece a obrigatoriedade da produção de um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para realização de obras de diversas naturezas, sendo submetido à aprovação de órgão estadual competente para sua execução. O capítulo terceiro destaca, ainda, que, se a obra for de competência do governo federal, ela deverá ter aprovação do IBAMA (CONAMA, 1986).

Então, é possível vincular-se o sentido de desenvolvimento humano ao critério de desenvolvimento econômico. Essa percepção perdurou até a década de setenta, quando até então o princípio de desenvolvimento econômico estava atrelado exclusivamente ao PIB (AMARAL, 2009).

A partir de então, foram realizadas tentativas de organizar sistemas de acompanhamento de transformações sociais e avaliação do impacto de políticas públicas em países desenvolvidos e subdesenvolvidos de maneira a correlacionar os aspectos do desenvolvimento econômico, humano e seus impactos (GASTEYER; FLORA 1999; GUIMARÃES; JANNUZZI 2004).

A partir dos anos oitenta, passou a ser mais relevante a referência de PIB per capita na percepção do grau de desenvolvimento das nações. Nessa mesma época, a ONU demonstrava uma maior preocupação com a relação desenvolvimento e impactos sobre o meio ambiente e instituiu a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento que deveria elaborar um documento buscando pactuar as idéias de crescimento e desenvolvimento sustentáveis (AMARAL, 2009).

Nessa perspectiva, em 1987, a comissão publica o Relatório Brundtland intitulado “Nosso Futuro Comum”, trazendo um conceito para desenvolvimento sustentável que atrelava a idéia de desenvolvimento à valoração dos recursos e da qualidade de vida humana. Desta

maneira, a concepção de desenvolvimento sustentável é assim descrita pelo relatório: “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (NUB, 2017, s. p.).

A grande questão é o quanto de uma suposta consciência ecológica faz parte do cotidiano da vida das pessoas em sociedade, dos programas de governo e do planejamento administrativo em longo prazo das grandes corporações empresariais em todo o mundo.

A concepção da sustentabilidade *lato sensu* já figura em muitas normas e resoluções e a compreensão da sustentabilidade *lato sensu* já consta das preocupações de muitos gestores de empresas privadas e públicas, mas a prática da sustentabilidade *stricto sensu* somente representa a essência da vida de um insignificante número de indivíduos que, anônimos na prática de pequenas ações, se fortalecem por meio de pequenos exemplos seguidos à distância, na expectativa de que, num futuro ainda possível, seja replicado por todos os indivíduos, pois em cada um deles está a responsabilidade da compreensão, da ação, da fiscalização e da coerção. (FEITOSA, 2017, p. 36).

A relação entre pobreza e degradação ambiental também teve destaque no relatório “Nosso Futuro Comum”, sendo importante aqui destacar que países como o Brasil figuram entre as dez nações mais ricas do mundo, mas os indicadores sociais refletem uma realidade de concentração de renda e privilégios nas mãos de uma minoria e um *status* de pobreza semelhante ao dos países mais miseráveis no Mundo.

Um mundo onde a pobreza e a desigualdade são endêmicas estará sempre propenso as crises ecológicas, entre outras... O desenvolvimento sustentável requer que as sociedades atendam as necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo como pela garantia de oportunidades iguais para todos. (NUB, 2017, não paginado).

A história do Brasil, desde a chegada dos portugueses, invasões francesas e holandesas, é sempre permeada pela ideia de exploração de recursos naturais. A retirada do pau-brasil, a quase destruição total da mata atlântica, a exploração de recursos minerais, são todos processos que, historicamente, trazem um rastro de exploração irracional como se a matéria-prima fosse um bem infindável (BUENO, 2012).

A partir do momento em que se passa a refletir de uma maneira crítica e com a clareza de que os recursos naturais são finitos e sua finitude poderá ser determinante para a própria existência humana, a ideia de desenvolvimento sustentável deixa de ser focada na proteção da natureza e passa a ser percebida como uma necessidade de preservação de recurso determinante no amparo das gerações futuras (LIRA; CÂNDIDO, 2013).

Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas. (NUB, 2017, n. p.).

No período coincidente com a elaboração do relatório Brundtland, sob os auspícios da ONU, na cidade de Alcântara estava sendo instalado o Grupo de Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara - GICLA. O discurso era exatamente o de progresso, melhorias e elevação da qualidade de vida das pessoas da região.

Mais de três décadas depois, muito pouco desse desenvolvimento pode ser constatado. É perceptível que o Brasil como um todo reduziu algumas desigualdades, políticas públicas na área de educação e políticas de transferência de renda trouxeram algumas melhorias, em especial para os bolsões de miséria como as cidades do interior do Norte e Nordeste do Brasil.

Basta observarmos índices como o Valor Aluno/Ano (VAA) divulgado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), que demonstra que em mais de mil cidades do Brasil, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) corresponde como mais de 80% do dinheiro destinado à educação. Entre as vinte cidades onde a participação do Fundeb no VAA é maior no Brasil, quinze são do Maranhão (BRASIL, 2018a).

Desta maneira, é possível depreender que a maioria absoluta dos municípios brasileiros só consegue se manter com o auxílio do governo federal. Então fica clara a noção de que é este ente federado que deverá ser o fio condutor das políticas de desenvolvimento e, por consequência, da proteção do meio ambiente, caso contrário, a pobreza e a destruição dos recursos naturais caminharão juntas e avassaladoras no seio da sociedade. Nas palavras de Antunes (2010, p. 26):

[...] os principais problemas ambientais de que se tem notícia encontram-se nas regiões mais pobres. Isso é uma realidade no Brasil e também nos demais países do mundo. É lícito que todas as nações devem buscar o desenvolvimento, mas é inegável que tal busca implica a proteção do meio ambiente.

Os grandes investimentos econômicos trazem consigo toda uma gama de modificações regionais no âmbito do seu alcance, grandes indústrias, ferrovias, hidrelétricas, seja lá qual for o segmento, haverá modificações drásticas, profundas e marcantes no cotidiano dos envolvidos nas mudanças (SANT'ANA JÚNIOR; TEISSERENC; BRUSTOLIN, 2018).

De acordo com Lopes (2006), ele relata sobre grandes empreendimentos em países desenvolvidos e subdesenvolvidos fazendo crescer novos riscos e perigos: riscos sobre a natureza, o “meio ambiente”, a paisagem “natural” ou historicamente construída pelo homem, onde como regra os mais afetados são os moradores locais, que não tem como se proteger das transformações ocasionadas pelo processo de desenvolvimento econômico.

4.1. Alteração do modo de produção

Na história recente do Maranhão, podemos exemplificar a promessa da refinaria de Bacabeira, até as costureiras de Rosário. Em relação à cidade Alcântara MA, não foi diferente, a chegada das obras da base aérea de Alcântara trazia o vislumbre de grandes construtoras, empregos diretos e possibilidades de ganhos indiretos.

Muitas pessoas compraram terrenos, construíram casas ou apenas quartos de alugueis, muita gente investiu em restaurante e veio de fora ou dos povoados para o entorno da sede do município em busca de trabalho e melhorias na qualidade de vida (figura 2).

Figura 2 - Comunidade Mangueiral, ocupação de área no entorno da cidade de Alcântara



Fonte: Acervo da pesquisa realizada pelo autor

Mas, ao longo dos anos e das sucessivas crises financeiras, o que se viu foi a redução de investimentos, o próprio comando da base aérea declara que nos últimos anos a verba administrativa fica menor, o que praticamente permite a manutenção de militares apenas como “vigias do centro” e o acordo com a Ucrânia, no projeto Cyclone Space IV, terminaria após a intervenção dos EUA e colocaria uma pá de cal nas esperanças de quem se deslocou para a região e de quem fez investimentos esperando os lucros vindouros (PEREIRA JÚNIOR, 2009).

É possível observarmos um acréscimo da pauperização da população do município ao longo desse período, observando os índices publicados durante os censos de 1991, 2001 e 2010 pelo IBGE e organismos internacionais, sendo a pobreza associada à ocupação de áreas florestais e redução do leito dos rios (SANT’ANA JÚNIOR; TEISSERENC; BRUSTOLIN, 2018).

Os impactos ambientais são notórios, o desmatamento das regiões e o crescimento urbano onde os projetos foram idealizados, bem como o crescimento do volume de resíduos sólidos produzidos em função do aumento da densidade populacional e os riscos de contaminação dos lençóis freáticos por uma cidade que não tem rede de esgoto é uma consequência irremediável.

Na mesma proporção que a cidade cresce desordenadamente, em especial na direção de rios e florestas de mangue, os impactos ambientais vão se desvelando aos que há décadas conheciam um lugar de fartura de água, pescados e cultivares regionais, como a mandioca.

Com o crescimento urbano e populacional, o poder público municipal passou a realizar coleta de lixo na cidade. Como ocorre em muitas cidades brasileiras, a grande problemática seria onde alocar esses resíduos sólidos. Antes da década de oitenta, os resíduos sólidos eram em sua maioria biodegradáveis, utilizados inclusive como adubo, a exemplo de cascas de ovos, de frutos, sendo colocados no solo ou servidos como alimentos para animais.

Mas agora a modernidade havia chegado, o uso de materiais não biodegradáveis tornara-se uma realidade e tinha que ser recolhido e destinado a algum lugar. Como ocorre na maioria das vezes, inclusive em São Luís, que já teve um lixão no bairro do Jaracati, onde hoje é o shopping São Luís, Alcântara também destinou seus resíduos a um lixão, em um terreno próximo ao povoado chamado Pavão (Figuras 3 e 4).

A presença de urubus e de resíduos sólidos, somados ao mau cheiro denunciam o lixão da cidade à beira da MA 106 (Figuras 3 e 4). Apesar de Alcântara ser uma cidade histórica, tombada pelo patrimônio histórico e ser a sede do principal projeto aeroespacial do Brasil, ainda hoje se discute a destinação dos resíduos sólidos na região.

Como Alcântara é considerada zona metropolitana da capital São Luís, diversos projetos para a região são pensados em conjunto com a capital. Trazer os caminhões de lixo de lá até o aterro da Ribeira no município de Rosário seria estrategicamente inexecutável, então a solução tem que ser dada na própria região.

Neste sentido, o Governo do Estado acena com a possibilidade de investimentos na construção de um aterro sanitário, promessa essa sem previsão de se concretizar. O que se pode observar hoje é que os resíduos sólidos continuam a ser recolhidos em caçambas, não existem carros compactadores na cidade, os servidores públicos municipais que trabalham com a coleta não usam Equipamento de proteção individual (EPI) e todo esse resíduo é lançado no solo nu, no meio da floresta sem nenhum estudo de impacto ambiental que possa mensurar os danos causados por contaminações ao meio ambiente.

É possível perceber que, às margens do ramal que dá acesso à sede do município de Alcântara, a destinação dos resíduos sólidos é completamente inadequada, resto de materiais e a grande quantidade de urubus denunciam um grave problema de agressão ao meio ambiente e, conseqüentemente, às pessoas que vivem em comunidades próximas (Figuras 3 e 4).

Figura 3 - Imagem de satélite da entrada do lixão a céu aberto às margens da MA-106 na cidade de Alcântara MA, 2018



Fonte: Google Earth

É possível observar que o local de destinação dos resíduos sólidos foi escolhido aleatoriamente e ocupa uma área de mata fechada sem nenhum tipo de preparo do solo, como impermeabilização, permitindo assim a livre entrada do chorume com a possibilidade de contaminação do subsolo e conseqüentemente de lençóis freáticos (Figura 15).

Figura 4 - Imagem de drone do lixão a céu aberto às margens da MA 106 no povoado Pavão, município de Alcântara MA, 2018



Fonte: Acervo da pesquisa realizada pelo autor

A proximidade do lixão do município com o povoado Pavão demonstra também uma falta de cuidado preocupante com a saúde das pessoas, uma vez que todas as agrovilas foram dotadas de poços artesanais e o lençol freático pode estar contaminado pelo chorume.

Importante ressaltar que a problemática dos lixões a céu aberto no Brasil é comum, os exemplos dados pelo próprio governo federal não é dos melhores, de acordo com reportagem do jornal Correio Brasiliense publicada em 10/05/2018, “Lixão, um problema de todos nós”, em Brasília está o maior lixão da América latina, perdendo apenas para o de Jacarta na Indonésia, o “lixão da estrutural”, hoje desativado, possui estimados quarenta milhões de toneladas de resíduos e abriga até hoje quase duas mil pessoas que vivem de catar materiais para a indústria de reciclagem (FADUL et al., 2017).

O lixão de Brasília tem em torno de 55m de altura e praticamente nasceu com a cidade, fica apenas há 15 km da praça dos três poderes, centro mais importante das decisões políticas da nossa Nação. Uma realidade que assusta quando pensamos que o destino das transformações em pequenas comunidades está nas mãos de pessoas que construíram o segundo maior depósito de lixo a céu aberto do mundo.

Mas os resíduos sólidos não são os únicos fatores preocupantes aos habitantes do município de Alcântara. As obras da base aérea e a expansão das construções civis dos moradores do entorno da sede do município que cresce desordenadamente começam a sentir os efeitos dos impactos ambientais, em especial a falta de água para todos os moradores.

Em reportagem realizada pela TV Mirante no programa “Repórter Mirante” veiculado em 06/12/2014, mostra o assoreamento do rio da Mamuna e a drástica redução do leito do rio Pepital, hoje única fonte de abastecimento de água de todos os moradores da sede do município (REPÓRTER, 2014).

É possível perceber essa redução dramática da quantidade de água nos rios pela redução da profundidade e pelo desaparecimento de muitas partes desses rios. É possível caminhar em areia seca em locais onde antes havia o rio.

O rio Pepital tem ao seu lado o Centro de Lançamento de Alcântara e mais recentemente a proximidade das construções de casas que consigo trazem a destruição da mata ciliar.

Podemos perceber que as pressões externas ao rio Pepital crescem de todos os lados. A Companhia de Abastecimento da cidade, a CAEMA, informa que a água é bombeada diretamente do rio Pepital até as casas, sem passar por nenhum tipo de reservatório, o que aumenta a chance de desperdício. A água não recebe nenhum tipo de tratamento, nem filtração ou cloração e fluoração.

Na cidade não há hidrômetros e a conta é calculada de acordo com a natureza do imóvel, ou seja, residência para moradia ou para fins de comércio, sendo cobrada taxa única, em valor maior para os comerciantes. A ausência de hidrômetro permite o consumo ilimitado de água pelos consumidores, além de permitir o desperdício sem possibilidade de controle por órgãos de fiscalização.

No entorno do rio Pepital, é possível perceber o centro de lançamentos de Alcântara (Figura 5-3), a presença de novas residências sendo construídas (Figura 5-2) e a presença do serviço de bombeamento da CAEMA (Figura 5 -1), em um local onde o rio não possui meio metro de profundidade. Pode-se constatar a proximidade das instalações da base aérea em relação à cidade de Alcântara (Figura 5), o que implica consequências positivas como a proximidade da escola da base e negativas como as proibições de acesso aos caminhos que levam ao litoral.

Figura 5 - Imagem de satélite do município de Alcântara MA



Nota: 1. Local de captação de água pela CAEMA rio Pepital, 2. Construções à margem da MA 106, 3. Pista de pouso da Base Aérea, 4. Sede do Município

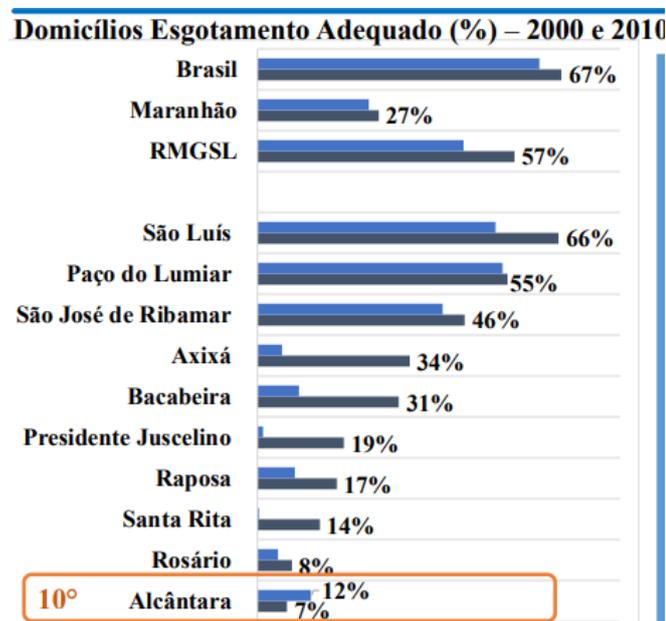
Fonte: Google Earth

A ausência do poder público frente ao crescimento populacional e a ocupação do espaço natural de maneira desordenada podem vir a ter efeitos desastrosos, como, por exemplo, a falta de previsibilidade de como será gerido o saneamento básico, enquanto a problemática ainda não alcançou dimensões incontroláveis, poderia ser o princípio de medidas mitigadoras fundamentais contra os danos ambientais.

O Estado brasileiro com melhores índices de saneamento básico de acordo com o IBGE é São Paulo. Para alcançar índices maiores que 70% do esgoto tratado da maior cidade e maior estado do país, foi necessário criarem-se leis que proibem, por exemplo, construtoras ou mesmo particulares de construir novos imóveis antes de ficar definido para qual estação de tratamento de esgoto será destinado o esgotamento daquele domicílio (IBGE, 2013).

Em relação a tratamento de esgoto, o estado do Maranhão aparece em último lugar do Brasil, na região metropolitana de São Luís, Alcântara aparece na décima posição entre os treze municípios da região metropolitana com 12% dos domicílios apresentando um sistema de esgotamento adequado (Figura 6) no censo de 2010 (IBGE, 2013).

Figura 6 - Esgotamento sanitário: Nacional, Estadual, da grande São Luís



Segundo dados do IBGE (2018b), um bilhão de pessoas não dispõe de água potável no mundo; 1,8 bilhão não tem acesso a sanitários e esgotos; 8 milhões de crianças morrem anualmente em decorrência de enfermidades relacionadas à falta de saneamento, o que significa 913 crianças por hora, 15 por minuto ou 1 a cada quatro segundos.

As medidas preventivas são mais eficientes que tentar salvar rios que estão morrendo ou reverter lixões a céu aberto em aterros sanitários ou construir estações de tratamento de esgoto após todos os rios de uma região estar contaminados.

As áreas de desmatamento na região de Alcântara também preocupam pela destruição da floresta nativa e comprometimento dos rios e a exposição do solo. A retirada de madeira para a construção civil e a produção de carvão é costumeira na região e vem tomando dimensões preocupantes.

Esse processo não é recente e já foi citado tanto nos dois volumes do laudo antropológico (ALMEIDA, 2006b), quanto no livro do pesquisador Davi Pereira Junior, que há mais de uma década denuncia o desmatamento à época da construção do projeto Cyclone Space IV (PEREIRA JÚNIOR, 2009).

Se levarmos em consideração que hoje a base aérea de Alcântara ocupa apenas pouco mais de 8 mil hectares e que o projeto previsto para o futuro é o de ocupar uma área de 52 mil hectares (figura 7), podemos compreender que a problemática poderá vir a ser muito maior do que a que já se desenvolveu nas últimas três décadas.

Figura 7 - Área prevista para ocupação do CLA no município de Alcântara MA



Fonte: Brasil (2017)

De acordo com declaração recente do comando da base aérea realizada no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), para todos os interessados na problemática do município, as etapas de ocupação III e IV serão realizadas em curto prazo, principalmente com os avanços das negociações entre Brasil e EUA que parecem estar equacionando um acordo antes indeferido por questões de soberania nacional (SIS, 2019).

É possível observar que a ocupação do centro de lançamento de Alcântara prevê a ocupação de todo o litoral do município (Figuras 8 e 9), causando impactos que poderão ser ainda bem maiores que os acontecidos nas últimas décadas.

Vale ressaltar que, quando a base aérea ocupou os primeiros oito mil hectares do território (Figuras 8 e 9), mais de trinta povoados foram deslocados para sete agrovilas construídas em região distante do mar. As condições em que foram deslocadas tiveram como

consequência, dentre outras, a migração de pessoas para outras localidades, inclusive a sede do município.

De acordo com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTDI) realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2008), 70% do território do município de Alcântara é área quilombola, o que contraria o processo de ampliação do CLA nas próximas etapas (Figuras 8 e 9).

O relatório do Incra deverá ser julgado pelo STF, sendo que o processo se encontra em tramitação no Supremo Tribunal há mais de uma década em que tenha sido tomada uma decisão final.

A área de oito mil hectares ocupada desde a década de 1980 aloja a vila dos moradores, o centro de lançamento, a pista de pouso de aviões e a sede administrativa, além de um escritório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Os outros doze mil hectares carecem de decisão judicial para que seja concretizada a implantação do CLA, o que possibilitaria o incremento nas atividades do centro com a possibilidade de acordos comerciais com empresas de vários países no mundo.

Figura 8 - Área atualmente ocupada pelo CLA e provável área de expansão da segunda etapa no município de Alcântara MA, 2018



Nota: Área ocupada: 8.713ha; Área de provável expansão: 12.645ha.
Fonte: Brasil (2018b)

Figura 9 - Área ocupada pelo CLA, expansão na região litorânea e área em vermelho, considerada território quilombola, de acordo com RTDI (Incr)



Fonte: Brasil (2017)

No laudo antropológico produzido a pedido do Ministério Público Federal (MPF), ainda na década de noventa, a equipe de trabalho já identificava essa ocupação desordenada da cidade e a existência de um processo de favelização da sede (ALMEIDA, 2006a).

O processo de ocupação de áreas do município culminou em impactos dos mais variados possíveis, foram feitos relatos de que o desmatamento para construção de estradas e alojamentos culminou com a destruição de roças e corte de árvores frutíferas, fonte de alimento da população.

O incremento da pobreza da população remanejada que fomentou o deslocamento de pessoas para outras localidades fora das agrovilas, pode ser verificado pela redução da renda per capita no período, pela redução da produção de farinha, verificada tanto pelo laudo antropológico (ALMEIDA, 2006b) quanto pelo trabalho da professora Maristela de Paula Andrade, “Fome de Farinha”, quanto pelos trabalhos de pesquisa de Davi Pereira Jr e de Danilo Serejo Lopes (ANDRADE; SOUZA FILHO, 2006; PEREIRA JÚNIOR, 2009, 2012; LOPES, 2016).

Assim, submetidos a uma situação de carência de alimentos, os moradores das agrovilas partem em busca de recursos alimentares longe de suas casas ou se submetem a

ingerir embutidos e enlatados vendidos por pequenos comerciantes (ANDRADE; SOUZA FILHO, 2006).

No caso da mandioca, o Censo de 1996 registra uma produção de apenas 4.907 toneladas, contra 8.139 toneladas, em 1985, o que corresponde a uma queda de 40% na produção (ALMEIDA, 2006b).

Essas pessoas já gravemente atingidas pelo projeto aeroespacial brasileiro vivem hoje ainda o medo e a ansiedade do seu avanço. O próprio comando da aeronáutica deixa claro que a área da base não vai aumentar, eles vão simplesmente ocupar aquilo que já foi anteriormente definido como território de utilidade pública na década de oitenta (ANDRADE et al., 2018).

Deve-se ressaltar que, neste cenário de insegurança, mesmo as pessoas que foram deslocadas inicialmente não têm garantias de suas propriedades, já que nunca receberam títulos de posse de suas glebas e residências, ou seja, a qualquer momento podem ser novamente remanejadas.

Desta maneira, os impactos ambientais passam a ser vistos pelo morador não como uma necessidade natural de um processo de desenvolvimento, mas sim como uma invasão de um estranho que não tem por eles nenhum respeito ou consideração pela sua história.

Além de devastar as áreas destinadas às roças e capoeiras, as máquinas estão destruindo caminhos antigos usados habitualmente pelos moradores para encurtar as distâncias entre os locais de residência e os lugares de plantios, de pesca e de extrativismos, quais sejam: as praias, os igarapés, os olhos d'água, bem como a ligação entre os dois povoados. As empresas têm perpetrado esta destruição da mesma maneira como destruíram os marcos historicamente usados para definir os limites instituídos pelas duas comunidades, menosprezando fatores étnicos e direitos tradicionais de uso dos recursos naturais. (PEREIRA JÚNIOR, 2009, p. 38).

A relação do homem do campo com a terra, em especial o povo quilombola, descendentes de escravos que herdaram legitimamente seu território, onde seus ancestrais trabalharam como cativos e que durante mais de um século vem garantindo seu sustento, é bem diferente das pessoas que vivem em centros urbanos (PEREIRA JÚNIOR, 2012).

As comunidades com seus saberes tradicionais veem o solo como sagrado, o respeito à floresta, ao rio e a todos os elementos da natureza são muito mais do que uma simples relação de dependência nutricional. Os depoimentos de moradores da região em trabalhos de pesquisa que trataram acerca da saída dos moradores e da destruição da floresta e dos rios pelas construtoras que atuam na região mostra bem esse entendimento de uma população simples e secular que habita a região (PEREIRA JÚNIOR, 2009).

O depoimento a seguir foi feito por um morador da região para o pesquisador Davi Pereira Junior quando da sua pesquisa acerca dos impactos causados na região pelas obras da

parceria Brasil x Ucrânia denominada Cyclone Space IV (PEREIRA JÚNIOR, 2009; LOPES, 2016).

O que eu acho de todo esse desmatamento provocado? Eu acho o seguinte: uma falta de respeito com a humanidade, entendeu? Uma coisa que a gente conserva. Sempre conservou. Desde da época dos meus avós, essa área toda, como todo mundo que pode vim ver, é uma área conservada. A gente passa de quinze a dez anos pra roçar a onde já roçou que fica a capoeira descansando e de repente chega alguém que desmata corta os Paus Amarelo, que é plantações dos mais velhos pra demarcar a terra, tá entendendo? Desmata palmeiral, acaba com tudo, todos nossos caminhos, nossas trilhas que a gente somos acostumados a andar e eles chegam e passam por cima de tudo. Isso é um desrespeito com a humanidade, com o ser humano, tá entendendo? Na minha opinião, eu acho que é um desrespeito achar que tudo pode, chegar e passar por cima de todo mundo, sem pedir permissão, sem perguntar se pode e se não pros donos da terra que somos nós que moramos aqui! (PEREIRA JÚNIOR, 2009, p. 43).

Desde o processo de implantação da base aérea no município, até os dias de hoje, nunca foi produzido um relatório de impactos ambientais pelo Ministério da Aeronáutica, ou seja, oficialmente todas as transformações ocorridas na região, desmatamentos, construção de sete agrovilas, construção da vila militar, do centro de lançamento, bem como a abertura de estradas estão na ilegalidade, uma vez que não possuem licenciamento ambiental.

No caso da implantação do Centro Espacial de Alcântara (CEA), percebe-se que a invasão do território das comunidades quilombolas de Alcântara foi perpetrada por uma empresa binacional com caráter estatal, visto que a Alcântara Cyclone Space (ACS) é uma empresa que resulta de um acordo de cooperação entre o estado brasileiro e o estado ucraniano. Não foram realizados estudos prévios e nem cumpridas as determinações legais, não há licenciamento ambiental e nem qualquer estudo mais detido de mapeamento da área. (PEREIRA JÚNIOR, 2009, p. 103).

Os efeitos dessas transformações ao longo do tempo vêm sendo sentidos na forma de falta de abastecimento de água para toda a área urbana da cidade, que de acordo com o último censo do IBGE agrega um quarto da população do município, em torno de cinco mil pessoas das pouco mais de vinte e uma mil que habitam a região, além de ser possível verificar grandes áreas desmatadas, em especial, às margens da MA 106 que dá acesso à sede do município.

Agora se percebe antes do portal de entrada da cidade (figuras 10 e 11, seta 1), onde há três décadas não havia construções, a presença de construções de casas por moradores provenientes principalmente dos povoados.

As pessoas constroem suas casas às margens da rodovia por questões de funcionalidade, sem nenhum controle do poder público. Não há nenhum tipo de análise acerca de impactos ambientais, como coleta de resíduos sólidos, proximidade de rios e lençóis freáticos em relação as fossas sépticas e abastecimento de água encanada.

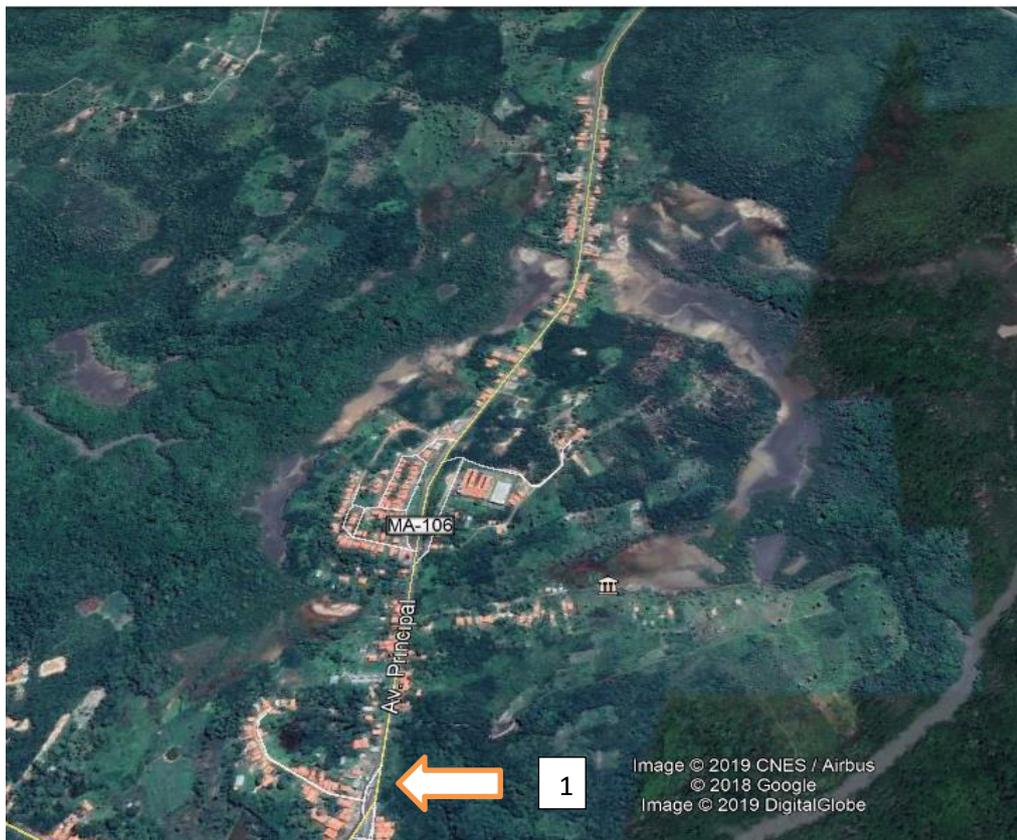
Figura 10 - Construções desordenadas, às margens da MA 106, na cidade de Alcântara



Fonte: Acervo da pesquisa realizada pelo autor

Ao longo dos primeiros quilômetros da estrada, existem muitas casas em construção, principalmente de pessoas oriundas das agrovilas. Em alguns locais, é possível verificar-se a proximidade da ocupação urbana, a presença do centro de lançamento e o local de captação de água do rio Pepital que abastece o município (figura 11).

Figura 11 - Construções desordenadas, às margens da MA 106, entrada da cidade de Alcântara MA



Fonte: Maranhão (2018)

De acordo com o IBGE (2017c), apenas 56,2% dos domicílios no Maranhão têm água encanada e apenas 12,1% dos domicílios do Maranhão estão conectados a uma rede de

esgoto, sendo que desses apenas 4% estão direcionados a uma estação de tratamento de esgotos, o pior cenário do Brasil.

No município de Alcântara, os indicadores de saneamento são sofríveis, a cidade capta água direto de um rio e bombeia diretamente para as casas, não há tratamento e nem análise da qualidade da água. Não há rede de esgoto, muito menos estação de tratamento, sendo que o poder público não tem nenhum controle acerca da escavação de poços artesianos ou de fossas assépticas.

Em relação ao fornecimento de energia elétrica, a cidade sofreu um incremento bastante significativo em função do programa “Luz para Todos” no governo do presidente Lula, sendo possível verificar um aumento de 21% de domicílios com energia elétrica em 1991 e mais de 98% com energia elétrica em 2010 (tabela 6).

Tabela 6 - Indicadores de domicílios com água encanada, energia elétrica e coleta de lixo
ALCANTARA MA

Percentual de habitação	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	9,02	23,92	73,63
% da população em domicílios com energia elétrica	21,10	57,24	98,34
% da população em domicílios com coleta de lixo	25,50	59,64	80,72

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013)

O local onde foram instaladas as bombas de captação de água da CAEMA (figura 12, seta 2) fica há alguns metros de uma estrada onde as pessoas vão para tomar banho no rio, ou seja, a água que é captada a jusante do local de banho das pessoas pode estar contaminada.

Além disso, a estrada de acesso ao rio, onde podem entrar motocicletas e carros, está sendo gradualmente desmatada, para facilitar a chegada de veículos maiores. Destaca-se que esse local do rio Pepital fica próximo a sua foz e em alguns locais ele já tem apenas dois metros de extensão de uma margem à outra e em torno de trinta centímetros de profundidade.

Dessa maneira, se perdurar o crescimento urbano, acrescer a área de ocupação do CLA e aumentar as áreas de desmatamento, sem nenhuma medida efetiva do poder público, muito em breve é muito provável que o município sofra com sérios problemas de abastecimento de água, que hoje já é precário.

A proximidade da ocupação humana aos recursos naturais do município é assustadora, a cidade cresce para a periferia, em direção à MA 106, pois a parte histórica está em contato com o litoral (Figura 12, seta 5), as construções da vila militar (Figura 12, seta 7), onde residem os militares que trabalham na base aérea, o aeroporto (Figura 12, seta 4) e o centro de lançamento (Figura 12, seta 1) cercam o rio Pepital e áreas de mangue, de onde as pessoas da região tiram parte do seu sustento.

Figura 12 - Imagem de satélite do município de Alcântara MA, evidenciando o avanço da ocupação humana em direção aos recursos naturais, 2018



Nota: (1) Centro de lançamento; (2) local de coleta de água, (3) construção civil, (4) pista de pouso, (5) centro urbano da sede do município, (6) foz do rio Pepital, (7) vila militar.

Fonte: Google Earth

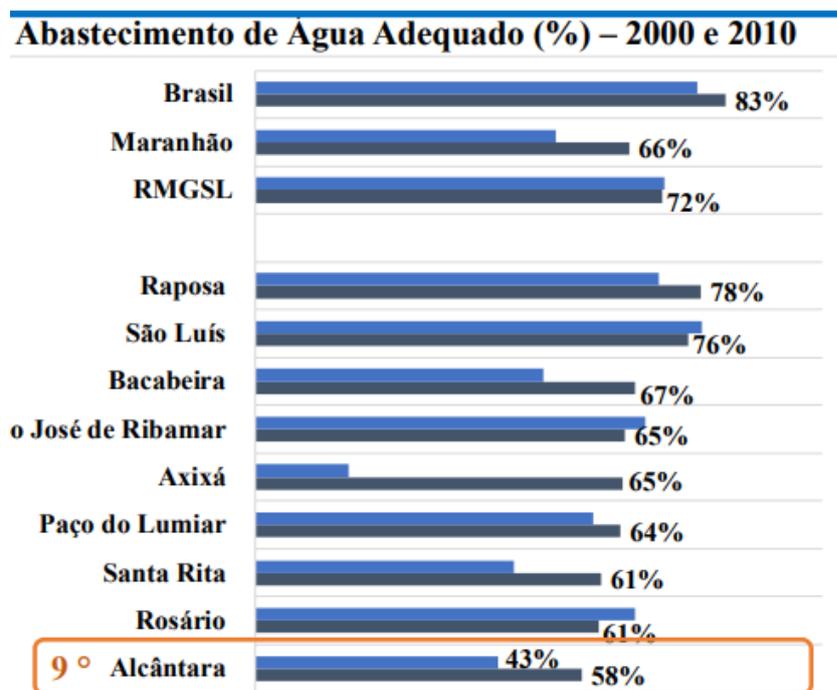
De acordo com o relatório da SICED MA 2018, o percentual de pessoas com abastecimento de água adequado no município era de 58%, ocupando a nona posição em relação aos treze municípios da região metropolitana de São Luís, MA (figura 13). Esse resultado apresenta uma discrepância importante em relação ao do PNUD que mostra 73,3%.

As imagens de satélite permitem perceber que a foz do rio Pepital (figura 12, seta 6 e figura 14) torna-se cada vez mais assoreada, o que demonstra uma drástica redução na quantidade da água que flui pelo seu leito e as ocupações urbanas cada vez mais se aproximam do local de captação de água para a cidade.

As imagens de satélite também mostram o quão próximo ficam construções importantes, como a pista de pouso de aviões da cidade, do leito do rio Pepital (figura 14), o que nos permite vislumbrar um futuro no qual a tendência é de desenvolvimento, construção

de um aeroporto onde só existe uma pista de pouso e conseqüentemente o risco de desaparecimento do rio. Como já foi referido anteriormente, não há estudo de impacto ambiental acerca da implantação do CLA, desde a década de oitenta (LOPES, 2016).

Figura 13 - Abastecimento de água adequado, Brasil, Maranhão e região Metropolitana de São Luís



Fonte: Maranhão (2018)

Figura 14 - Imagem de satélite do Rio Pepital e parte da pista de pouso no município de Alcântara MA



Fonte: Maranhão (2018)

Por todas essas questões que são fundamentais e estratégicas na construção de uma sociedade equilibrada e harmônica, faz-se necessária uma presença mais ativa do poder público na região em todas as suas esferas. Tanto a esfera federal, que tem interesse econômico pela região com o projeto aeroespacial, quanto a esfera estadual, que tem no IPHAN estadual sua personificação na preservação e valorização do acervo cultural da cidade representada pelos seus casarões e que são importante atração turística da cidade e a esfera municipal que deve preservar o bem estar da população que representa e que vivem nas mais variadas realidades no município, todos devem trabalhar em uníssono em políticas públicas do patrimônio material, imaterial e cultural do município.

Medidas de controle e proteção do meio ambiente não devem ser vistas apenas como coercitivas, um dos exemplos mais bem sucedidos de programa de controle ambiental no Brasil é o Projeto Tamar, de preservação das tartarugas marinhas, patrocinado pela Petrobrás e implantado tendo como principal ferramenta de apoio a educação infantil, desenvolvendo uma consciência de preservação na escola (PROJETO TAMAR, 2011).

O projeto focou especialmente na educação básica, fazendo hoje com que adultos que aprenderam no jardim de infância a importância das tartarugas e o manejo dos seus ovos sejam os mais interessados em preservá-las, uma solução focada na realidade local, levando em conta a cultura específica da comunidade.

A crise ambiental não parece ter solução global, mas um equacionamento setorizado dependente da cultura da sustentabilidade, fundamentado no cultivo da prática diária de atividades pautadas em valores e atitudes de respeito à natureza. A religação da essência do homem ao espírito da natureza sendo capaz de refletir, reduzir, recusar, reutilizar, reciclar e reverter os processos de degradação do ambiente. (FEITOSA, 2017, p. 25).

Nesse sentido, urge que projetos sociais em Alcântara tragam para o currículo escolar a importância da preservação do meio ambiente, compreender que o desenvolvimento sustentável é possível, que podemos e devemos explorar os recursos naturais sem exauri-los, focando em uma cultura existente na região desde o século XVII.

A população do município tem o direito de usufruir dos seus recursos naturais, água, frutos, pesca e agricultura. Tudo isso pode ser desenvolvido mesmo em larga escala. As experiências em outros lugares mostram que a consultoria de órgãos como Embrapa podem ser fundamentais para o manejo dos recursos na região.

A presença de políticas ambientais implementadas pelo Ibama, a exemplo do projeto Tamar das tartarugas marinhas, pode trazer o alerta do manejo das águas dulcícolas bem como as instruções da importância do uso de redes de pesca com o tamanho de malhas que não

venham a extinguir os peixes que servirão de alimentos para os atuais moradores e as gerações futuras.

A ideia de alugar a base aérea para os EUA e outros países, poderia estar atrelada a políticas educacionais para as pessoas da região, bem como atreladas a investimentos em estações de tratamento de água e esgotos e de aterros sanitários.

Dessa maneira poderíamos melhorar uma situação historicamente caótica que vivemos em relação à quase ausência de saneamento básico e todas as problemáticas de saúde e péssima qualidade de vida que isso acarreta.

É importante ressaltar que os moradores do município de Alcântara não são refratários à presença do Governo Federal e à política aeroespacial. Mas é importante dizer que aquela região é terra quilombola, as pessoas residente na área há mais de um século têm o direito legal, cultural e socioambiental de estar ali e de usufruir dos recursos naturais da terra que os acolheu quando seus ancestrais aqui chegaram cativos e conquistaram a duras penas sua liberdade humana e divina em conjunção com o seu território. O reconhecimento do território quilombola pelo RTDI é uma garantia legal de proteção em relação ao processo de expansão da área do CLA.

O direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado é garantido pela Constituição Federal de 1988 (CF88), que em seu Artigo 225 declara que é obrigação do poder público e da sociedade em geral defender e preservar a biodiversidade para usufruto das populações atuais e futuras (BRASIL, 2019).

Alguns instrumentos legais relativos à preservação do meio ambiente podem e devem ser utilizados como forma de garantir a sustentabilidade às gerações futuras. Mesmo antes da CF88, já existia previsibilidade legal de defesa do meio ambiente, como o código florestal de 1965 e a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) de 1981.

Após a CF88, seriam criados diversos instrumentos legais de controle ambiental, tais como o IBAMA de 1989, a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) de 1997, a Lei de Crimes Ambientais de 1998, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) de 2000 e a Política Nacional de Biodiversidade de 2002, dentre outros.

O inciso VI do Art. 225 da CF88 teve como consequência, dentre outras, a criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) e a formulação e promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental, lei esta que regulamenta o Art. 225 da CF/88 e que, dentre outros aspectos, constitui alguns critérios relativos à abordagem educacional em relação ao meio ambiente, tais como: Interdisciplinaridade: à educação ambiental deve estar presente em todos os níveis de ensino, como prática educativa integrada, não se constituindo

em disciplina específica, à exceção dos cursos de extensão e pós-graduação. Capacitação: as atividades devem ser desenvolvidas na educação familiar e não formação, por meio da produção de material educativo, pesquisa e capacitação de recursos humanos que incorporem a dimensão ambiental na formação dos educadores em todos os níveis e modalidades de ensino (Lei 9.795/99) (LIPAI; LAYRARGUES; PEDRO, 2007).

Quando comparamos a situação do município de Alcântara em relação aos municípios da região metropolitana de São Luís, que compreende 13 municípios, é possível verificar que Alcântara apresenta somente 22% dos domicílios com coleta de lixo regular (figura 15). Esses resíduos sólidos são lançados em um lixão a céu aberto (Figuras 3 e 4).

Próximo ao lixão do povoado Pavão existe uma comunidade que vem sendo formada há uma década, denominada “Segurado”, tornou-se uma vila de pessoas que vivem de catar lixo, sendo provenientes de povoados vizinhos e de agrovilas, alegando principalmente falta de renda e de possibilidades de sobrevivência pela agricultura e da pesca. Não há ação de controle do número de pessoas que habitam no povoado Segurado ou de quantas pessoas frequentam o lixão regularmente.

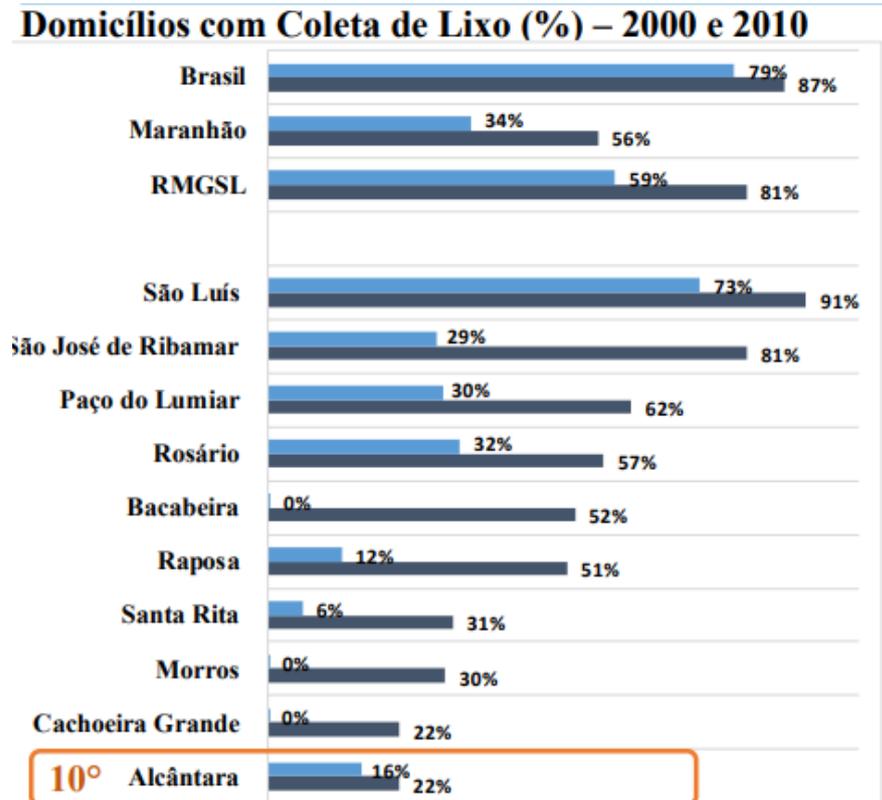
Não identificamos nenhuma ação de controle pela presença de crianças no lixão e muito menos alguma intervenção do poder público em relação a saúde daquelas pessoas. Durante as incursões que realizamos no lixão, em três oportunidades ao longo da pesquisa, sempre encontramos mulheres, crianças e adolescentes, sendo que nenhum deles utilizava qualquer tipo de equipamento de proteção, como luvas ou máscaras, apenas disputavam com os muitos urubus e o odor fétido alguns resíduos sólidos na tentativa de vender posteriormente e auferir algum dinheiro para comprar comida.

Pelo que constatamos a secretaria de saúde do município não tem informações acerca das pessoas que buscam atendimento médico no único hospital da cidade se alguma das patologias apresentadas pelos pacientes possa ter relação com a convivência no referido lixão.

Também não há informação de aspectos sociais como a verificação se as crianças que acompanham seus parentes até o lixão frequentam a escola ou se elas apresentam algum tipo de patologia infecto parasitária relativas ao contato com materiais infectados, tanto de resíduos comuns quanto hospitalares.

Não obtivemos nenhuma resposta dos gestores das secretarias do município quanto a destinação ilegal de seringas e frascos de medicamento no lixo comum, neste caso em um lixão a céu aberto, alguns frascos de medicamentos inclusive ainda lacrados e fora da validade parcialmente incinerados (Figura 17).

Figura 15 - Domicílios com coleta de lixo na região metropolitana de São Luís



Fonte: Maranhão (2018)

Não existem estudos conclusivos na região sobre os impactos causados pelo lixo, em relação a doenças infectocontagiosas, como verminoses ou outras patologias derivadas dos lixões, bem como não são feitos trabalhos de análise de água para verificação da contaminação dos lençóis freáticos pela percolação do chorume (EL-FADEL; FINDIKAKIS; LECKIE, 1997).

Não existem no município estações de tratamento de água, não há canalização de esgoto e os resíduos sólidos, inclusive hospitalares, são lançados a céu aberto. A água da sede do município é bombeada diretamente do rio Pepital até as casas sem passar por nenhum tratamento e nas agrovilas são poços artesianos construídos pelo projeto de transferência dos povoados. Moradores de áreas próximas a lixões costumam apresentar no sangue a presença de contaminantes em quantidade superior à população em geral (SANTOS FILHO et al., 2003).

Em relação ao quantitativo de domicílios que apresentam esgotamento adequado, é possível verificar que entre os levantamentos feitos entre 2000 e 2010, houve um decréscimo no percentual de domicílios que apresentam esse atendimento (Figura 16).

No ano 2000, eram 12% dos domicílios que apresentavam sistema de esgotamento sanitário adequado, reduzindo para 7% em 2010 (Figura 16). Não há uma explicação oficial

para a redução, mas a elevação do número de domicílios construídos sem controle dos órgãos públicos parece ter influência nos resultados, de acordo com a CAEMA.

Em 2018 o MPF determinou que a Prefeitura de Alcântara fizesse a adequação do local conhecido como ‘Lixão do Pavão’ às normas ambientais e ao Código de Postura do Município.

Em caso de impossibilidade da adequação foi determinado que a administração municipal interditasse o local, implantando área de destinação ambientalmente adequada, além de promover o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.

Para tanto, foi concedido prazo de 180 dias para a realização de estudos e processo licitatório e mais 180 dias para a efetivação da decisão. Segundo o Ministério Público, o Município de Alcântara nunca construiu aterro sanitário e nem programou mecanismos de destinação e disposição final ambientalmente adequada ao lixo, o que vem causando dano ambiental pela contaminação do solo, do ar e dos recursos hídricos subterrâneos, decorrente de depósito de lixo a céu aberto.

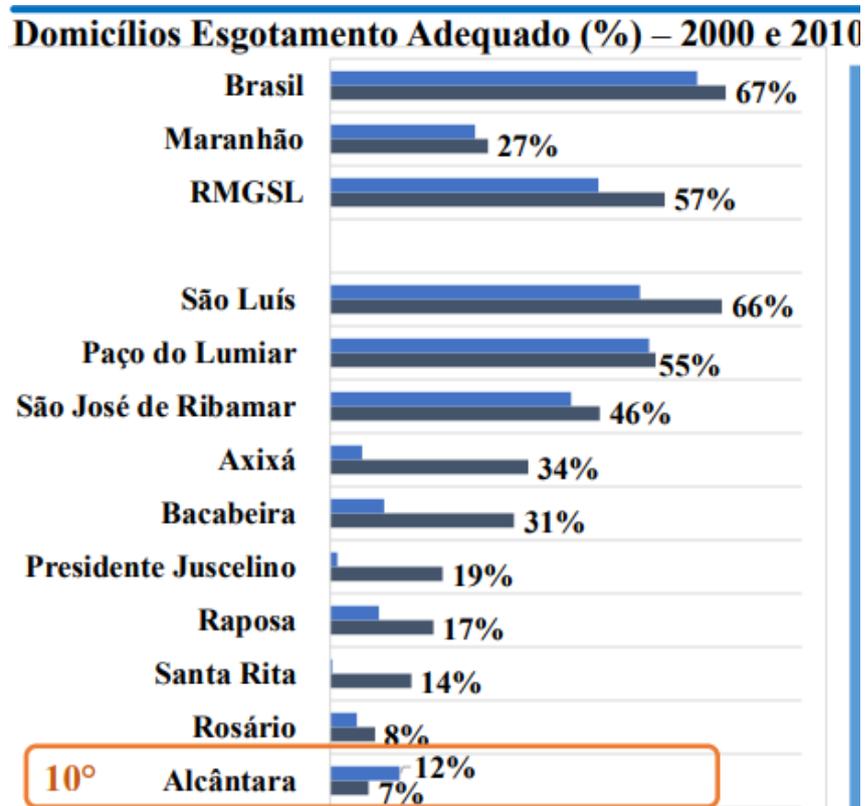
O MP-MA também relatou que os resíduos sólidos da cidade de Alcântara são depositados indiscriminadamente no lixão localizado no povoado Pavão. A área é administrada pelo Município e as pessoas têm livre acesso.

De acordo com o depoimento de alguns moradores da região próxima ao lixão, existe uma proposta de construção de um aterro sanitário, mas que vem esbarrando em algumas problemáticas, como a já conhecida falta de verba, mas também a resistência de pessoas dos povoados vizinhos em não permitir a construção do aterro em função do medo de sofrer com a presença de lixo próximo aos seus domicílios.

O Governo do Estado do Maranhão em audiência pública declarou ter um projeto de construção de aterro sanitário, sendo necessária a participação do município na elaboração do projeto em relação da escolha do local que se inicia com um estudo de impacto ambiental para a destinação dos resíduos.

Enquanto o projeto não se concretiza, os resíduos, inclusive hospitalares continuam sendo lançados em área de floresta, sem que se realize nenhum tipo de verificação quanto aos danos causados ao meio ambiente as pessoas que moram próximas ao lixão ou as que lá frequentam como catadores de lixo. Doenças infectoparasitárias causadas pelos mais diferentes tipos de agentes podem estar se proliferando entre as pessoas sem que seja feito um controle sanitário eficaz.

Figura 16 - Domicílios com esgotamento adequado em 2000 e 2010, Brasil, Maranhão e RMGLS



Fonte: Maranhão (2018)

Existem estudos que mostram diversos impactos à saúde das pessoas relacionados à presença de lixões em áreas próximas às moradias humanas, tais como alguns tipos de câncer (GOLDBERG et al., 1995; PUKKALA; PÖNKÄ, 2001), anomalias congênitas (PALMER et al., 2005; ELLIOT et al., 2009), baixo peso ao nascer (ELLIOT et al., 2001), abortos e mortes neonatais (DUMMER; DICKINSON; PARKER, 2003).

De acordo com o tipo de resíduo dispensado em lixões, pode ser verificada a presença de alguns compostos orgânicos e metais pesados (SISSINO; MOREIRA, 1996) que vão ter relação com patologias oriundas de efeitos como a bioacumulação nas cadeias alimentares, podendo chegar ao ser humano.

A presença de lixo hospitalar junto ao lixo comum, com a presença de seringas e frascos de medicações, algumas já utilizadas e outras ainda lacradas que foram parcialmente incineradas, demonstra a transgressão de leis ambientais relativas à RDC 222/29 de março de 2018 - ANVISA (figura 17).

Figura 17 - Seringas e medicamentos encontrados no lixão em Alcântara, MA, 2019



Fonte: Acervo da pesquisa realizada pelo autor.

O descumprimento de leis ambientais pode trazer em longo prazo consequências drásticas, não apenas para a saúde das pessoas, mas também em relação aos custos de tratamento de doenças causadas por patologias provenientes das contaminações oriundas de agentes tóxicos.

O papel do poder público em garantir o saneamento básico e coibir o descumprimento de leis ambientais, inclusive pelo próprio gestor, como no caso de Alcântara, trará consigo a redução da aplicação de recursos no tratamento de patologias que nunca deveriam ter chegado ao ambiente, partindo-se assim do princípio básico do manejo ambiental de que a prevenção sempre aloca menos recurso que o tratamento de doenças.

Por todo o exposto, relativo ao abastecimento de água, coleta e destinação de resíduos sólidos, contaminação de lençóis freáticos, desmatamento, destinação de esgoto, construção de fossas sépticas, perfuração de poços artesianos, retirada de mata ciliar, crescimento urbano, ausência de tratamento de água e esgoto, ausência de aterro sanitário, lixão e ausência de políticas públicas de controle de endemias, bem como total ausência de estudos de impactos ambientais, podemos inferir que a população do município de Alcântara apresenta um elevado grau de vulnerabilidade.

O processo de desenvolvimento socioeconômico é geralmente visto como essencial para as sociedades humanas, concernente a princípios como infraestrutura, moradias e possibilidade de possuir vida confortável junto aos bens de consumo (RADOMSKY, 2011).

‘Desenvolvimento’ consiste em um conjunto de práticas, às vezes aparecendo em conflito uma com a outra, que requer – para a reprodução da sociedade – a transformação geral e a destruição do ambiente natural e das relações sociais. Seu objetivo é aumentar a produção de mercadorias (bens e serviços) direcionadas pelo mecanismo de troca para demanda efetiva. (RADOMSKY, 2011, p. 154).

O respeito ao estilo de vida a partir da óptica de que o modelo ocidental urbano e capitalista não é o único e nem o mais eficiente das sociedades humanas, permite-nos inferir que o respeito ao modo de vida simples das comunidades tradicionais permite a manutenção de diferentes estilos de vida, sendo possível a coexistência sem a necessidade de sobreposição de nichos e o desaparecimento da cultura tradicional.

Se tentarmos pensar o fato de que somos seres simultaneamente físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade reside no fato de se tentar conceber a articulação, a identidade e a diferença entre todos estes aspectos, enquanto o pensamento simplificador ou separa estes diferentes aspectos ou os unifica através de uma redução mutiladora. (MORIN, 1994, p. 138).

Nesse sentido, é fundamental que o poder público busque cumprir seu papel de protetor dos mais vulneráveis em ações estratégicas de planejamento e manejo dos recursos naturais, realizando um desenvolvimento de fato sustentável, ou seja, que permita uma vida plena aos habitantes, garantindo que os recursos estejam disponíveis por incontáveis gerações aos moradores locais, independentemente dos tipos de transformações que possam ocorrer na região, tanto com o ambiente a partir de fenômenos naturais, quanto com as pessoas nele inserido e afetadas por políticas públicas de governo ou de estado que estão ocorrendo ou que ainda podem vir a ocorrer.

De acordo com Canepa (2007) o desenvolvimento sustentável depende diretamente do equilíbrio entre o comportamento social, nossa relação com o meio ambiente e o processo de mudanças na exploração dos recursos naturais, também está relacionado com o bom gerenciamento dos investimentos tecnológicos, promovido pelas instituições públicas e privadas, da mesma maneira que a má gestão de dinheiro público ou investimentos privados sem o devido planejamento, podem trazer danos ambientais e consequências trágicas aos seres humanos.

As comunidades tradicionais costumam ter uma relação harmônica com o meio ambiente, dentre outros fatores por sentirem-se parte dela, desenvolvido desta forma um sentimento de responsabilização pelos recursos, além de não se comportarem da maneira tradicionalmente capitalista de desejar acumular bens materiais.

Segundo Iacominni (2011, p. 38) “tudo o que acontece a terra, acontece aos filhos da terra. O homem não teceu a teia da vida, é meramente um fio dela. O que quer que faça a teia, ela faz a si mesmo”.

Esse sentimento de pertencimento é notado quando nas entrevistas podemos identificar a preocupação das pessoas com os rios, as plantas e os animais silvestres como entes que fazem parte do seu cotidiano, as pessoas ali não são invasoras ou estranhas ao lugar onde habitam, elas são parte integrante da natureza, só pescam, caçam ou retiram do solo o

necessário para sua alimentação diária, as crianças e idosos são cuidados pelos adultos que um dia serão idosos cuidados pelos filhos em um ciclo justo e harmônico.

Os povos indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm um papel vital no gerenciamento ambiental e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e de suas práticas tradicionais. Os Estados devem reconhecer e apoiar adequadamente sua identidade, cultura e interesses, e oferecer condições para sua efetiva participação no atingimento do desenvolvimento sustentável. (NUB, 2017, n p).

A relação do crescimento econômico com as comunidades tradicionais possivelmente será conflituosa sempre que houver necessidade do uso dos recursos naturais em locais habitados originalmente por essas comunidades. Os fatos históricos relativos a processos de desenvolvimento urbano são bem conhecidos, desde a destruição dos povos da América espanhola, como os Incas, os Maias e os Astecas, até a luta dos Guajajara no Maranhão, é possível perceber que nunca será uma disputa pacífica a luta pelo uso e ocupação de territórios, mas o campo do diálogo sempre será mais salutar que o das imposições ditatoriais.

Com a tecnologia de imagens e mapeamento de satélites, a possibilidade de ocupação de terras indígenas ou quilombolas se torna cada vez menos necessária, mas depende quase sempre de um bom planejamento e estudos prévios de impactos ambientais, como preconiza a própria legislação ambiental brasileira.

No caso de Alcântara, a proximidade com a linha do equador, o regime de chuvas em período fixo e a proximidade do mar como zona de impacto de projéteis, foram os principais atrativos do investimento econômico em terras quilombolas (BRAGA, 2011).

Concebido de forma unicamente técnico-econômica, o desenvolvimento está no fim insustentável, incluindo o desenvolvimento durável. Falta-nos uma noção mais rica e complexa do desenvolvimento que seja não apenas material, mas também intelectual, afetiva, moral. (MORIN, 2000, p. 70).

A exploração do meio ambiente deve ser pensada de forma racional, permitindo sua manutenção por incontáveis gerações. A extinção e degradação de ecossistemas pela sua sobre exploração trouxe algumas reflexões ao ser humano, que de forma individual deve pensar e repensar sua atitude diante da preservação ambiental (FEITOSA, 2017).

Podemos então inferir que a preservação do meio ambiente é um dever do poder público e da sociedade em geral, o que incluem os moradores da região, a administração direta em todas as suas esferas e as forças armadas, sendo, pois, um dever conjunto e inalienável de todos, devendo caminhar juntos e de forma responsável para garantir a sustentabilidade, ou seja, que as gerações futuras tenham a garantia de usufruir dos recursos naturais sem abrir mão do desenvolvimento tecnológico e econômico.

4.2. A formação das Agrovilas

No glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistemático do Brasil, o termo Agrovila é descrito como: “Núcleo populacional construído para abrigar pessoal alocado em projetos de construções rurais ou assentamentos relacionados a projetos agrícolas” (IBGE, 2015, p. 12).

Pela definição é possível perceber que o significado de agrovila nos remete ao sentido de pessoas alocadas em uma região onde se desenvolvem projetos em áreas rurais ou agrícolas, ou seja, pessoas que estão em um trabalho em que elas voluntariamente se prontificaram a participar.

O caso das agrovilas de Alcântara não tem característica semelhante. Os moradores dos quilombos de Alcântara viviam em seu território há séculos, tanto na sede quanto na zona rural. Não existem apenas casarões na sede do município de Alcântara, mas muitas propriedades e comunidades no interior que eram parte das fazendas dos senhores de escravos desde o século XVII (ALMEIDA, 2006a).

O processo de implantação do CLA no município de Alcântara se iniciou na década de 1980 quando a área requisitada pelo CLA era de 52 mil hectares, sendo posteriormente aumentada para 62 mil hectares com planejamento para ser executado em quatro fases (Figura 18).

O município de Alcântara tem um vasto litoral desde a baía de São Marcos até a de Cumã que o separa do município de Guimarães. A área escolhida para a implantação do Centro de Lançamentos foi exatamente a região costeira, onde os moradores têm uma relação intrínseca com a navegação e a pesca, mas tiveram que ser realocados em agrovilas.

Todos os moradores transferidos passaram a viver distantes do litoral e a partir de então tinham que se tornar compulsoriamente em agricultores. Os relatos da época falam em glebas pequenas e solo com baixa fertilidade natural, quando retirada a vegetação, em geral com predomínio de areia quartzosa (ALMEIDA, 2006b).

[...] Já que os solos não eram próprios para o cultivo, que os grupos eram constituídos também por pescadores e que as áreas das agrovilas se localizavam distantes do mar, que os povoados de origem estavam interligados e apresentavam como que uma especialização interna, uns produzindo farinha, outros produzindo pescados [...]. (ANDRADE; SOUZA FILHO, 2006, p. 17).

Os relatos de que a área de instalação das agrovilas era inapropriada para agricultura têm várias origens, como os de moradores e documentos produzidos por organizações de classe, como o sindicato de trabalhadores rurais da região. De acordo com Choairy (2000, p. 110).

Até mesmo as famílias instaladas abandonaram seus lotes e casas, sendo corrente no meio sindical a justificativa de que isto se dava em função das condições das terras oferecidas. Esse argumento pode se confirmar através de um documento encaminhado pelo [Sindicato de Trabalhadores Rurais] (STR) ao presidente da república, ao [Estado Maior das Forças Armadas] (EMFA), ao [Ministério da Aeronáutica] (MAER), ao [Ministério da Reforma e do desenvolvimento Agrário] (MIRAD), no qual solicita a paralisação da construção das agrovilas de Só Assim e Peptal, que são próximas uma da outra e, conforme o documento, estavam sendo construídas em áreas impróprias as atividades desenvolvidas pelos segmentos camponeses a serem instalados (agricultura, pesca, extrativismo). (ALCÂNTARA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Ofício 02/86, 16/01/1986).

As comunidades deslocadas seriam então alocadas em sete agrovilas, ou seja, indivíduos diferentes, culturas distintas, hábitos e religiões diferentes, a partir de então seriam vizinhos, desconsiderando seus direitos legais relativos à propriedade.

A desqualificação da posse como direito tem influência em todo o processo de negociação das indenizações e do atendimento para o reassentamento, afetando negativamente o padrão de atendimento habitacional oferecido, tanto no que diz respeito à tipologia, quanto às condições de aquisição de um novo imóvel. (ROMEIRO; FROTA, 2015, p. 18).

A despeito de serem comunidades de um mesmo município, para quem nunca visitou a região poderia acreditar que as pessoas fossem semelhantes em diversos aspectos. Fato não condizente com a verdade. Em Alcântara é possível conhecer povoados como Oitiua de pessoas muito brancas, olhos azuis que tem muitos problemas de pele com o sol inclemente da região nordeste.

Há alguns quilômetros de Oitiua está o povoado Cajueiro, onde a população tipicamente de escravos africanos possui habitantes negros, altos, muito musculosos, semelhantes aos escravos originariamente trazidos à região para trabalhar na lavoura de algodão e cana de açúcar.

As relações prevaletentes são quase institucionais e remetem para uma rede de povoados, implicando numa divisão do trabalho e serviços e num intercâmbio continuado entre os povoados. Por intermédio delas é que se consolida um sistema de trocas equilibradas entre, por exemplo, povoados mais próximos ao mar e a igarapés maiores – que se dedicam principalmente a pesca e que praticam a comercialização da produção através de seus inúmeros portos e tem na agricultura uma atividade complementar – e os povoados considerados ‘mais centrais’, distantes da beira e do porto, que se dedicam principalmente aos tratos agrícolas. (ALMEIDA 2006b, p. 154).

A ocupação da área para funcionamento do CLA foi prevista para ocorrer em quatro fases, sendo a primeira e a segunda relativa a oito mil hectares ocupados inicialmente, sendo que há previsão para realizar mais duas etapas com ocupação de mais de 50 mil hectares de terras quilombolas em acordo realizado pelo governo brasileiro com os EUA já aprovado pelo congresso brasileiro no ano de 2019 (Figura 18).

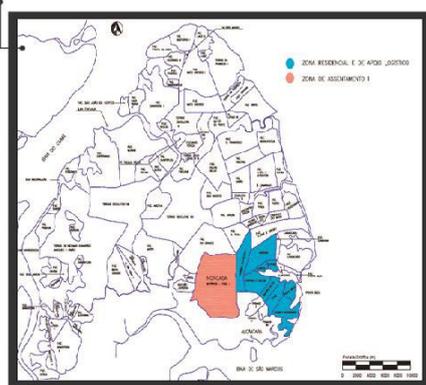
Como o projeto inicial já previa a ocupação de toda a região litorânea, a construção das agrovilas visou a ocupação de áreas centrais do município, não tendo sido realizada

pesquisa prévia com os moradores para verificar suas opiniões acerca do local onde passariam a morar. Da mesma maneira, não foi realizada análises de aspectos voltados ao novo estilo de vida e sobrevivência, uma vez que o modo de produção de sobrevivência daquelas pessoas passaria da pesca e extrativismo para agricultura, deveria ter sido levado em conta fatores como distância do porto, estradas e transporte para levar a produção, além de suporte técnico e de ferramentas para os trabalhadores.

Figura 18 - Fases de transferências das comunidades que ocupavam as áreas de implantação do CLA, no município de Alcântara - MA, para as agrovilas

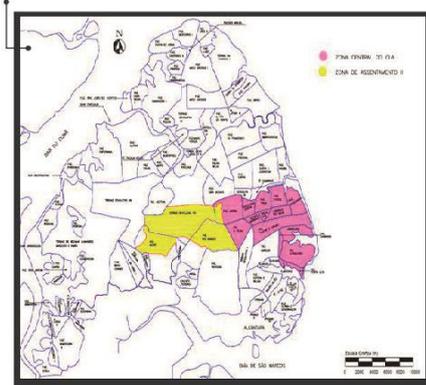
1986 - PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA

A FASE DE TRANSFERÊNCIA E ASSENTAMENTO I



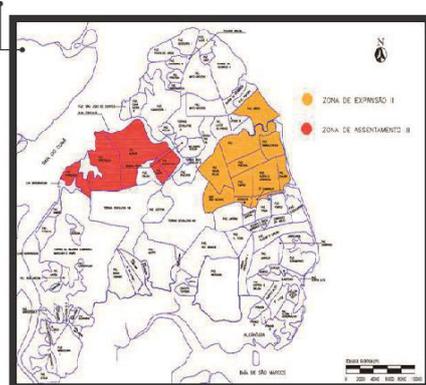
23 de agosto a 27 de setembro de 1986.
Foram transferidas 112 famílias,
totalizando 519 pessoas.

A FASE DE TRANSFERÊNCIA E ASSENTAMENTO II



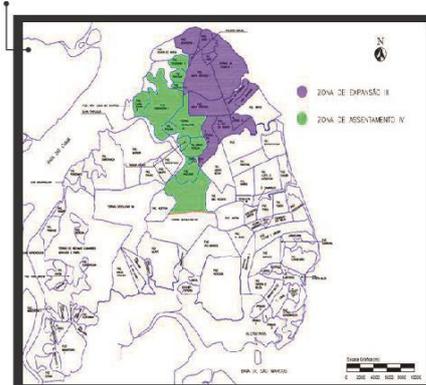
23 de novembro de 1987 a dezembro de 1988.
Foram transferidas 200 famílias,
totalizando 829 pessoas.

A FASE DE TRANSFERÊNCIA E ASSENTAMENTO III



104 famílias deverão ser transferidas
e assentadas ou reassentadas.

A FASE DE TRANSFERÊNCIA E ASSENTAMENTO IV



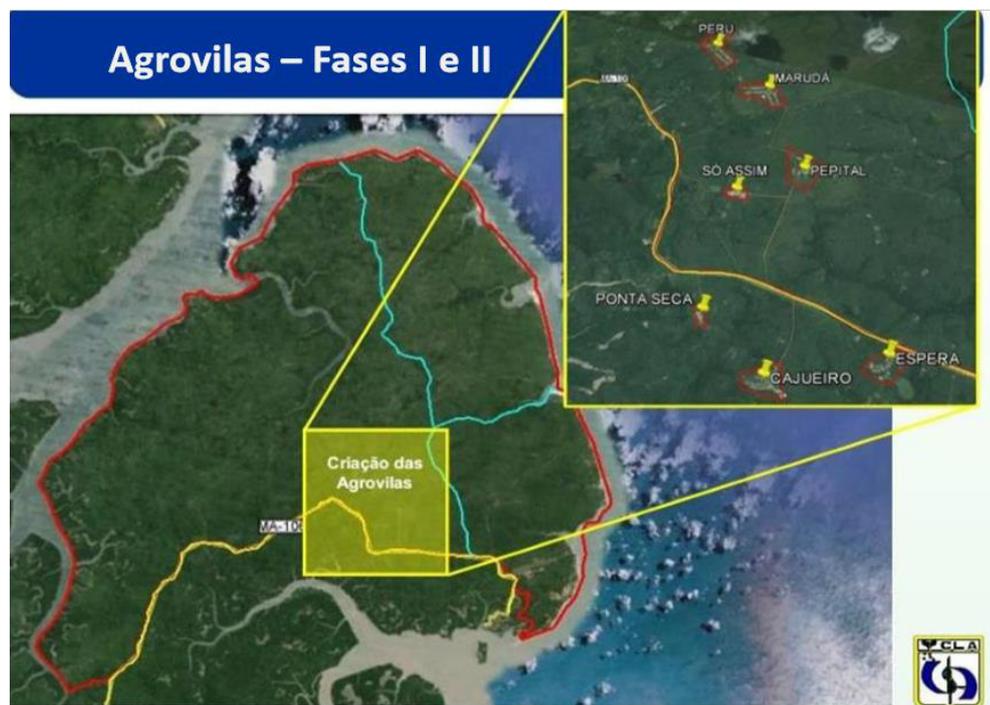
12 imóveis com 245 famílias a serem
objeto da Fase de Transferência.

Acreditar que essas pessoas são todas iguais em cor, raça e religião denota uma das muitas falhas de planejamento do projeto do governo federal na região, em completo desrespeito às culturas e aos saberes tradicionais daquelas pessoas (ALMEIDA, 2006b). Diante disto, muitas pessoas que tiveram seus direitos desrespeitados, saíram de Alcântara e foram morar na periferia de São Luís, geralmente em bairros de periferia sem perspectiva de trabalho e renda.

Antes mesmo de serem remanejadas, várias famílias do interior de Alcântara, desgostosas e assustadas com a presença da base, abandonaram suas terras, indo, principalmente para a periferia de São Luís. A maioria delas tem ido pra Camboa, onde moram muitos familiares, sendo também o lugar por onde é feito o comércio de barco com o interior do município. A Camboa, que tem recebido uma leva considerável de alcantarenses, já pode ser considerada hoje um gueto de Alcântara. (MEIRELLES, 1983, p. 43).

Assim, as sete agrovilas criadas juntaram várias comunidades e em geral herdaram o nome do povoado maior a que faziam parte. As sete agrovilas são, Espera, Cajueiro, Marudá, Peru, Ponta Seca, Pepital e Só Assim, todas localizadas em uma região mais central do município afastado do litoral, em áreas distantes das suas antigas plantações de mandioca e dos locais de pesca. O traçado em linha verde mostra a área ainda a ser ocupada nas outras duas fases de expansão do projeto espacial, o que causaria o deslocamento de mais de duas mil pessoas dos povoados atingidos (Figura 19).

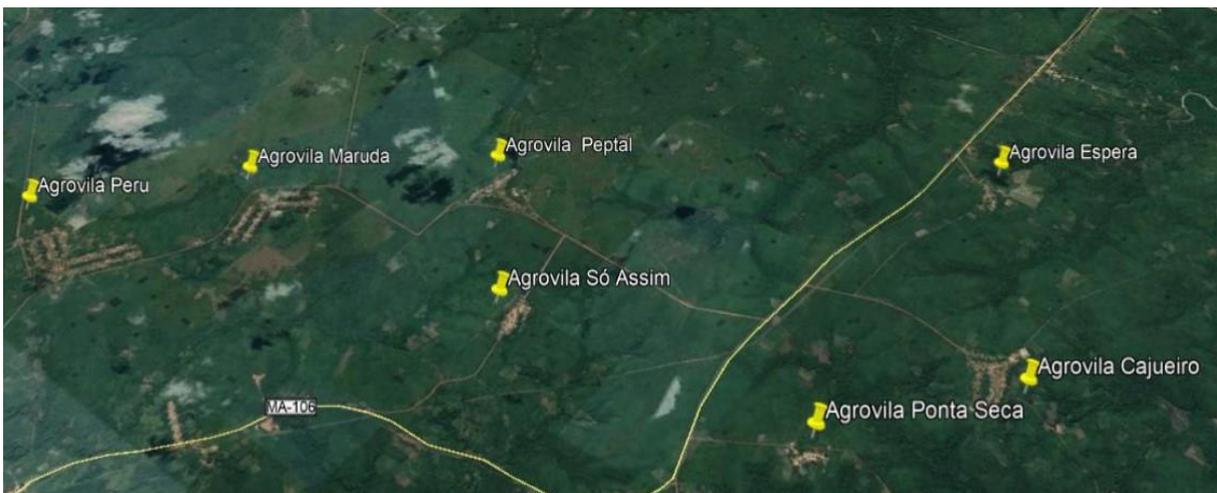
Figura 19 - Posicionamento das sete agrovilas formadas pelo remanejamento das comunidades que ocupavam a área de ocupação do CLA, em Alcântara MA



Fonte: Brasil (2017)

As agrovilas localizam-se ao longo da Rodovia MA 106, sendo três à margem direita e quatro à margem esquerda. Os ramais de piçarra conectam as agrovilas com a MA 106 e em alguns casos fazem a conexão entre elas. A MA 106 é asfaltada e dá acesso à sede do município. A mais próxima da sede, Espera, está a 4,8km, e a mais distante, Peru, está a 12,3km (Figura 20).

Figura 20 - Posicionamento das sete agrovilas formadas pelo remanejamento das comunidades que ocupavam a área de ocupação do CLA, em relação a MA 106



Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor

A construção das agrovilas seguiu um padrão arquitetônico semelhante, onde as casas, de alvenaria, foram construídas em círculo e todas as comunidades possuem um poço artesiano, uma lavanderia e uma casa do forno para a produção de farinha, todos de uso coletivo.

A infraestrutura de algumas das agrovilas incluía lavanderia (com poço tubular e cisterna para 30 mil litros), casa de farinha, casa de festa, campo de futebol, escola, posto assistencial, posto de saúde, igreja e cemitério, além das casas de alvenaria com 72 m² construídas em lotes de 1.000m². (BRAGA, 2011, p. 124).

As maiores foram construídas em um modelo de plano piloto. Ninguém recebeu título de posse das casas, apenas a notificação de qual casa iria ocupar. As casas de alvenaria não poderiam ser modificadas, aumentadas e nem outras residências poderiam ser construídas no local.

Desta maneira surgiram as sete agrovilas, aglomerados de antigos povoados, pessoas diferentes que agora se viam obrigadas a conviver como vizinhos, sem direito garantido de propriedade e com a possibilidade futura de novamente serem deslocados.

Um dos principais aspectos que levam à violação de direitos de moradores de comunidades de baixa renda impactados por megaprojetos diz respeito à desqualificação de sua posse como direito. Como, na maioria das vezes, esses moradores não possuem título de propriedade, são tratados pelo Poder Público como meros invasores, mesmo que tenham adquirido o direito à propriedade por meio da

usucapião ou o direito real da concessão de uso especial para fins de moradia. (ROMEIRO; FROTA, 2015, p. 18).

Tomando como base a sede do município, as agrovilas estão localizadas às margens da MA 106, três delas do lado esquerdo no sentido de quem está saindo do município, sendo as comunidades de Espera, Cajueiro e Ponta Seca e mais outras quatro delas, de denominação Só Assim, Pepital, Marudá e Peru, do lado direito no mesmo sentido.

As agrovilas receberam moradores de diversos povoados, em algumas circunstâncias pessoas de um mesmo povoado foram destinadas para agrovilas diferentes (Quadro 1), de acordo com o laudo antropológico de Almeida (2006a).

Existem algumas inconsistências em relação aos dados que são apresentados pelo CLA em relação a levantamentos realizados por outras fontes, como o laudo antropológico de Almeida, 2006 e de trabalhos de outros autores em relação ao quantitativo de famílias e pessoas deslocadas. Ocorrem também pequenas variações nas denominações de algumas comunidades, provavelmente pelo fato de terem origem em dialetos indígenas originárias da região ou de tribos africanas de onde os escravos foram trazidos (Quadros 1 e 2).

Dessa forma, o deslocamento dos povoados teve a participação de agentes do estado tanto do ministério da aeronáutica, quanto do governo do estado do Maranhão e também da prefeitura de Alcântara, sendo inclusive elaborado um termo de compromissos pelo poder público, em que se comprometia atender exigências das pessoas deslocadas, fato que não se concretizou em relação a maioria das exigências (BRAGA; FROTA, 2011).

O processo levou em consideração apenas aspectos quantitativos e a divisão das comunidades foi realizada aleatoriamente, de maneira que não houve respeito às relações de parentesco ou afinidades por hábitos de vida, religião ou por qualquer outro traço cultural.

O remanejamento gerou mudanças sociais, econômicas e políticas, vários povoados foram aglutinados em uma só agrovila e isso ocasionou mudanças significativas nas relações sociais que foram historicamente construídas pelos laços de convivência, parentesco, vizinhança e compadrio. Esse agrupamento nas agrovilas ocasionou um modo de convivência totalmente novo, ocasionando um processo traumático. Nas agrovilas não tem sido possível a manutenção da grande maioria dos ritos e festas aos santos. Os empecilhos para esta manutenção são vários: aglutinação de inúmeros povoados na mesma agrovila, sendo que cada comunidade professa sua fê para santos diferenciados; a distância entre as agrovilas e os babaçuais. (PEREIRA e SOUSA, 2007, p. 40).

Fato comum na cidade de Alcântara quando da chegada da base aérea foi o número de adolescentes grávidas, em especial na faixa etária entre 13 e 17 anos, fruto de relacionamentos fortuitos entre trabalhadores do GICLA e as meninas da cidade, passou-se a denominar “os filhos da base”, apesar de não existirem estatísticas oficiais, é notório o quantitativo de crianças nascidas nesse período (PEREIRA; SOUSA, 2007).

Quadro 1 - Formação das Agrovilas

DENOMINAÇÃO	Nº DE FAMÍLIAS	POVOADOS AGRUPADOS PARA SUA FORMAÇÃO
1 Peru	123	Peru, Titica, Santa Cruz, Camarajó, Sozinho e Cauim, Capijuba, Corre prata, Porto
2 Pepital	46	Pepital
3 Cajueiro	59	Cajueiro
4 Ponta Seca	17	Peru, Titica, Santa Cruz, Camarajó, Sozinho e Cauim
5 Só Assim	14	Caicá, Paraíso, Norcasa e Boa Vista
6 Marudá		Marudá, Santo Antonio, Ponta Alta, Curuçá, Jeripaúba, Ladeira, Caninana, Jabaquara, Fé em Deus, Pirapema, São Raimundo, Águas Belas, Cone Prata, Itamarajó, Jardim, Capijuba, Sozinho e Santa Rosa
7 Espera	13	Espera

Fonte: Almeida (2006b, p. 83)

Quadro 2 - Agrovilas: famílias, habitantes e povoados formadores

AGROVILA	FAMÍLIAS	HABITANTES	POVOADOS DE ORIGEM
Espera	11	74	Espera (7), Barro Alto (4)
Cajueiro	33	171	Cajueiro (33)
Ponta seca	13	53	Ponta Seca (11), Lage (1), Curuçá (1)
Pepital	38	160	Pepital (38)
Só Assim	17	61	Só Assim (10), Boa Vista (3), Norcasa (4)
Marudá	100	349	Jabaquara (10), Pirapema (7), Camarajó (1), Ponte Alta (5), Jenipaúba (8), Jardim (1), Curuçá (1), Santa Cruz (6), Santa Rosa (5), Ladeira (2), Marudá (23), Porto (2), Titica (1), Santo Antonio (1), Águas Belas (4), Corre Prata (6), Baracatiua (1), Capijuba (1), Sozinho (1).
Peru	100	480	Peru (50), Camarajó (10), Santa Cruz (13), Capijuba (3), Cavem (6), Tititca (14), Porto (1), Águas Belas (1), Corre Prata (1), Sozinho (1)

Fonte: Braga (2011, p. 130).

Os atritos eram comuns no início do processo de implantação da base aérea, alguns moradores fazem relatos de entrar em confronto com amigos e parentes, que faziam parte agora da corporação como soldados da base.

Inicialmente o comando da base aérea também tentou limitar o desembarque no porto de Alcântara apenas para as embarcações que traziam militares, inicialmente duas lanchas denominadas 14 Bis e 18 Bis. Após conflitos com a população e com políticos locais, a aeronáutica passou a permitir que outras embarcações atracassem no porto, tanto de transporte de passageiros, quanto de carga. A aeronáutica utiliza atualmente a lancha Fênix, que diariamente transporta soldados entre São Luís e Alcântara.

A agrovila Espera (Figura 21) é uma das menores, não dispõem de posto de saúde nem de escola, os moradores relatam que os filhos precisam caminhar até a agrovila vizinha para ir à escola. As casas foram construídas e entregues aos moradores apenas com o recibo e o nome do morador, sem que nunca fosse entregue um documento de posse. A agrovila Espera recebeu moradores do povoado originalmente chamado Espera e de Barro Alto.

Figura 21 - Agrovila Espera



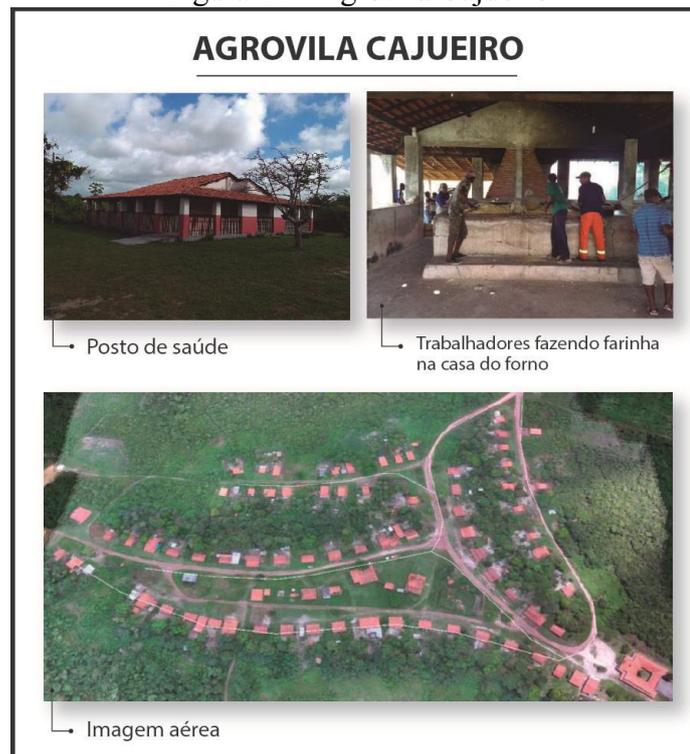
Fonte: Acervo da pesquisa realizada pelo autor

A Agrovila Espera fica há pouco mais de sete quilômetros da praia de Itatinga e tem uma ligação por estrada de piçarra com Cajueiro. É a mais próxima agrovila da sede do município, tendo recebido originalmente 13 famílias em um total de 74 pessoas (ALMEIDA, 2002).

A lavanderia é comunitária e, de acordo com os moradores, a manutenção das bombas é feita pelas próprias famílias que recolhe uma taxa mensal entre dez e vinte reais por domicílio, de acordo com o tamanho da agrovila. Assim como todas as outras agrovilas, existe uma pessoa que exerce a liderança na comunidade e representa o povoado em relação à coleta de dinheiro e sua aplicação nas necessidades básicas da coletividade.

A agrovila Cajueiro (Figura 22) é bem maior que a vizinha Espera, possui uma escola municipal e um posto de saúde. Os moradores se reúnem na casa do forno para fazer farinha que pode ser comercializada ou simplesmente consumida, pois a farinha é a base da alimentação dos moradores da região. As famílias desta agrovila são todas descendentes do povoado de mesmo nome, Cajueiro. Nos relatos de alguns entrevistados, foi dito que houve uma solicitação das lideranças da comunidade para que não houvesse pessoas de outras comunidades junto a eles na agrovila, de maneira que apenas as pessoas originariamente do Cajueiro continuassem a viver nas novas moradias.

Figura 22 - Agrovila Cajueiro



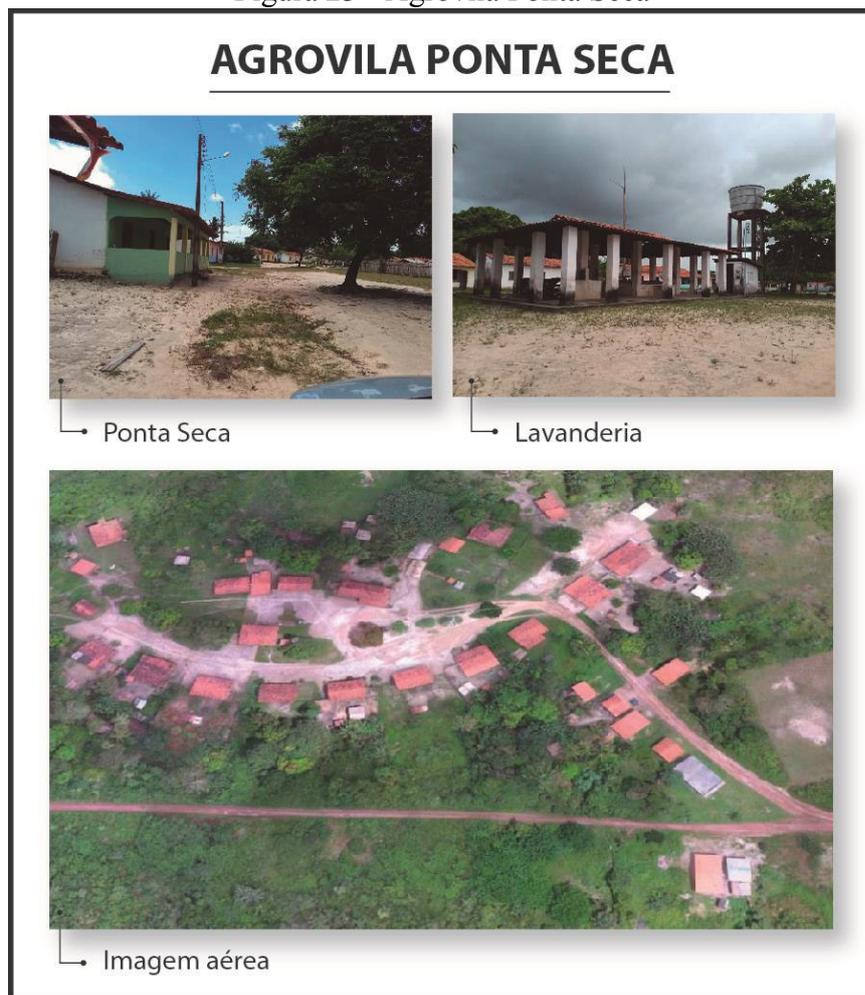
Fonte: Acervo da pesquisa realizada pelo autor

A Agrovila Cajueiro foi constituída por mais de trinta famílias e em torno de cento e setenta pessoas que constituíam a antiga comunidade. Até o presente, é uma comunidade que busca sua unidade, trabalhando juntos no plantio de mandioca e na produção de farinhas, muitos moradores relatam que o trabalho em equipe tem um significado maior que

simplesmente produzir comida ou ganhar dinheiro com sua venda, mas, principalmente, manter sua unidade.

A terceira agrovila do lado esquerdo da MA 106 é Ponta Seca (Figura 23), uma comunidade pequena que não tem escola municipal e nem posto de saúde e é a mais distante das outras. Possui estruturação semelhante às demais, com casa do forno e lavanderia. As famílias alojadas na agrovila Ponta Seca são provenientes dos povoados Ponta Seca, Lajes e Curuçá.

Figura 23 - Agrovila Ponta Seca



Em Ponta Seca quase não é possível se distinguir ruas no terreno arenoso, as crianças do povoado que precisam estudar deslocam-se para agrovilas vizinhas como Cajueiro. Da mesma maneira que, quando existe a necessidade de ir a um posto de saúde, as únicas opções são se deslocar para outras agrovilas ou se deslocar até a sede do município.

Nitidamente não há uma infraestrutura suficiente para gerar fonte de renda, existe um único comércio no povoado e os adultos em idade produtiva procuram trabalho em outras

localidades, para laborar como pedreiros, por exemplo. A produção de mandioca é insuficiente e a distância do litoral muito grande, em torno de 15 quilômetros.

Do lado direito da MA 106, encontram-se as outras agrovilas, sendo a menor delas a comunidade Só Assim (Figura 24), que não dispõem de escola municipal e nem de posto de saúde. As pessoas que lá habitam fazem uso de serviços das agrovilas vizinhas que são maiores e possuem melhor infraestrutura. As famílias que vieram para a agrovila Só Assim foram provenientes dos povoados Só Assim, Boa Vista, Paraíso, Caicá e Norcasa.

Figura 24 - Agrovila Só Assim



Fonte: Acervo da pesquisa realizada pelo autor

A agrovila está a uma distância aproximada de 12 km da praia, traçando-se uma linha reta do local onde se situavam os povoados que a formaram, para onde foi construída, cujo percurso passa pela floresta, e não há estrada em linha reta até o mar.

No povoado também foram feitos relatos da baixa produtividade de alimentos e da carência para fazer comercialização de produtos, existe um único comércio de propriedade da família da liderança local e poucos gêneros alimentícios são comercializados. Alguns moradores trazem produtos de motocicleta para vender no povoado como forma de complementar a renda.

Só Assim tem pouco mais de trinta casas e algumas delas estão desabitadas, de acordo com os relatos de moradores foram famílias que as abandonaram para viver na sede de Alcântara ou em São Luís em busca de melhores condições de vida.

A agrovila Pepital (Figura 25) é um grande aglomerado de pequenas moradias e recebeu o nome original do povoado que ficava às margens do rio Pepital, que abastece a cidade de Alcântara. Possui escola e posto de saúde que estava em reforma quando da nossa visita. Todas as 38 famílias deslocadas para a agrovila de Pepital foram provenientes do povoado de mesmo nome, Pepital.

De acordo com relatos dos moradores a escola municipal da agrovila foi desativada há dois anos e o posto de saúde nunca funcionou. O rio Pepital que dá nome ao povoado passa por um processo de assoreamento em função do desmatamento de suas matas ciliares.

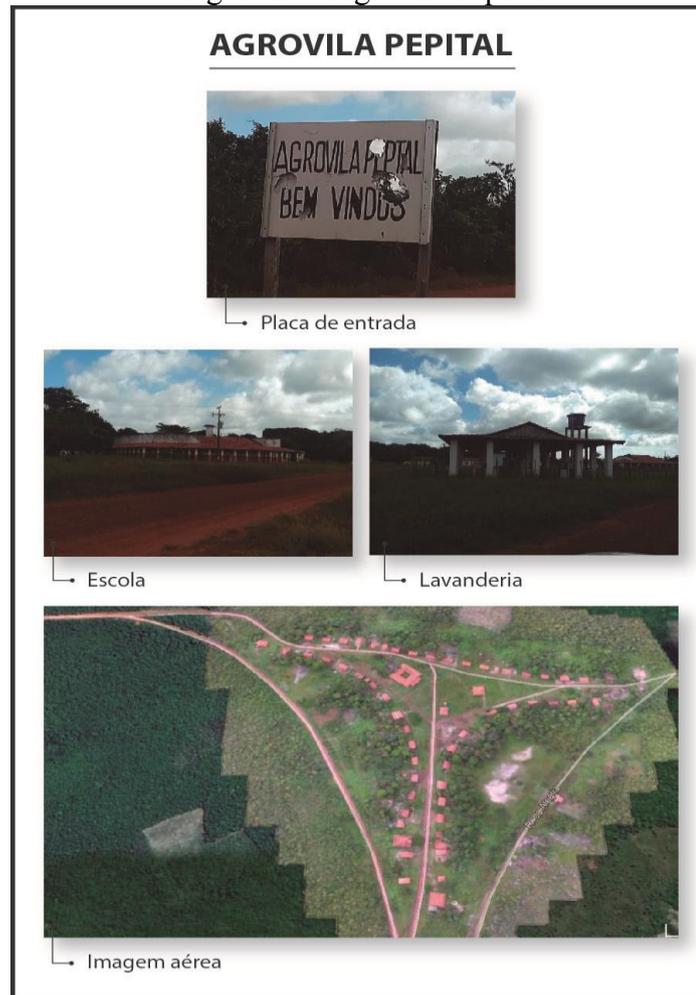
Foi relatado também que alguns moradores venderam suas glebas para pessoas da própria comunidade ou pessoas de outras localidades. Como os moradores que receberam as terras não tem título de posse dos terrenos, elas entregam aos compradores apenas um recibo de compra e venda, gerando insegurança jurídica quanto a garantia de posse dos terrenos a quem pagou por ele.

Os moradores das agrovilas relatam também que a redução do leito do rio dificulta ainda mais a prática da agricultura, pois como não há irrigação na região, as plantações dependem do período chuvoso, que no Maranhão compreende os meses de janeiro a julho, ou seja, no período de estiagem, que vai de agosto a dezembro não há possibilidade de produção agrícola, ficando então as famílias na dependência dos alimentos trazidos de outras localidades para serem comercializados, o que tem dentre outras consequências a elevação dos preços dos gêneros alimentícios.

A agrovila fica a pouco mais de 11 km de distância até o mar, medição realizada pelo sistema métrico do Google Earth, que leva em consideração um ponto marcado no centro do povoado e um ponto marcado em linha reta em direção ao mar.

Após Pepital, localiza-se a agrovila Marudá (figura 26), que junto com a agrovila Peru são as maiores, com pessoas advindas de diversas comunidades, possui casa de forno, lavanderia, escola municipal e uma cozinha comunitária quilombola construída pelo governo do Estado para fins de segurança alimentar. As famílias alojadas em Marudá foram provenientes dos povoados Marudá, Camarajó, Capijuba, Santo Antônio, Ponta Alta, Curuçá, Jeripaúba, Ladeira, Caninana, Jabaquara, Fé em Deus, Pirapema, São Raimundo, Águas Belas, Cone Prata, Itamarajó, Jardim e Santa Rosa.

Figura 25 - Agrovila Pepital



Fonte: Acervo da pesquisa realizada pelo autor

A agrovila Marudá fica entre Pepital e Peru, em torno de um quilômetro e meio de cada uma. Está a uma distância aproximada de 10 km da praia, medição feita de forma semelhante às outras agrovilas, pelo Google Earth em linha reta da agrovila até o mar, passando por área de floresta.

Após Marudá, localiza-se a sétima e mais distante agrovila, Peru (figura 27), que tem dimensões semelhantes à de Marudá, pois igualmente foi construída para receber 100 famílias. É dotada de casa do forno, lavanderia e escola municipal. É a mais distante da MA 106 e possui uma arquitetura que lembra o plano piloto.

A Agrovila Peru é uma das maiores, junto com Marudá e Pepital e fica a uma distância aproximada 16 km do litoral. Existe uma estrada que liga Peru à MA 106 sem precisar voltar pela estrada que passa pelas outras agrovilas, reduzindo o percurso para quem está indo em direção ao Cujupe para viajar pelo *Ferry Boat*.

Figura 26 - Agrovila Marudá



Fonte: Acervo da pesquisa realizada pelo autor

Figura 27 - Agrovila Peru



Fonte: Acervo da pesquisa realizada pelo autor

Quanto às agrovilas, o laudo antropológico (ALMEIDA, 2006b) contém um levantamento das principais problemáticas referidas pela população das comunidades translocadas compulsoriamente para as novas moradias, a partir dos relatos dos habitantes (Quadro 3).

Quadro 3 - Principais problemas apontados pelos moradores das agrovilas, Alcântara MA

1 Peru

- Pesca marítima prejudicada pela longa distância do mar;
- Exigência de crachás para permitir acesso à praia;
- No período de lançamento de foguetes: o CLA avisa na última hora, interdita totalmente a pesca e mantém a interdição por um tempo muito longo (45 a 60 dias), não há reparo ou qualquer indenização pelos dias parados;
- Terreno das glebas (lotes) acha-se esgotado, baixa produção de mandioca obriga-os a comprar farinha para o consumo cotidiano;
- Cocais são insuficientes para a quantidade de famílias assentadas;
- Pesca no igarapé prejudicada (mariscos apanhados antes do tempo, afetando reprodução) pela grande pressão dos assentados e demais famílias sobre o rio de São João (Periaçu);
- Controle excessivo da Aeronáutica, dificultando a construção de casa para os filhos;
- Mais de 33 famílias vivendo na agrovila e sem casas para morar;
- Ameaças constantes de remover as casas que teriam sido construídas na agrovila sem autorização da Aeronáutica;
- A caça tornou-se inviável devido ao desmatamento;
- Não têm documentação das casas e temem pelo futuro.

2. Pepital

- O estado precário das casas de alvenaria;
- Glebas esgotadas e com baixa produção;
- Falta de documentos de propriedade da casa e do lote ("gleba");
- Dificuldade de transporte no inverno;
- A pesca está praticamente inviabilizada;
- Não há babaçuais perto da agrovila;
- No posto médico não há remédios;
- Obrigatoriedade de comunicar à Aeronáutica antes de consertar as casas;
- Nada pode ser feito nas agrovilas sem prévia autorização da Base;
- Ameaças da Base de derrubar casas feitas sem autorização.

3 Cajueiro

- Áreas de plantio ("glebas") muito reduzidas;
- Baixa fertilidade do solo, baixa produção, fome;
- Falta de documentação da casa e da gleba;
- Falta de vazante para plantios curtos;
- Pesca praticamente impedida.

4 Ponta Seca

- Localização longe do mar;
- Pesca tornou-se atividade esporádica e acessória;
- A qualidade do solo das glebas não é boa;
- Baixa produção de mandioca;
- Não tem documentação da casa e da gleba;
- A construção de casa para os filhos deve ter autorização do CLA e, se autorizada, o lugar será aquele determinado pelo CLA;
- Precariedade das casas;
- Acesso à praia só com crachá renovado a cada três meses;
- Dificuldades no abastecimento de água;
- Caminhos de acesso à agrovila são precários.

5 Só Assim

- Não têm conseguido manter os filhos na comunidade devido à proibição de fazer novas casas;
- Falta de documentação das casas e da gleba;
- Derrubada de casas construídas sem autorização do CLA;
- Mudanças frequentes no comando da Base dificultam o cumprimento dos acordos feitos (cada comandante executa a assistência às agrovilas de maneira diferente);
- O estado precário das casas de alvenaria;
- Dificuldades no abastecimento de água;
- Não há escola na agrovila, as crianças têm que ir para Pepital.

6 Marudá

- Indenização insuficiente e não paga no deslocamento;
- Localização longe do mar;
- Impedimento de livre acesso à praia;
- Pesca inviabilizada;
- Falta de documentação comprobatória de propriedade da casa e da gleba;
- Baixa fertilidade da terra;
- Impedimento de acesso ao antigo cemitério;
- Intervenção excessiva da Aeronáutica (construção de novas casas, autorização para conserto das casas);
- Migração intensa para São Luís (capital).

7 Espera

- Localização longe do mar;
- Grande distância até locais de pesca;
- Tempo de proibição de acesso à praia muito longo;
- Migração dos filhos para a cidade;
- Falta de cemitério;
- Esgotamento das terras nas glebas;
- Baixa produção;
- Esgotamento dos igarapés mais próximos.

Fonte: Almeida (2002, p. 82-83)

A vida das pessoas que habitavam as comunidades litorâneas antes da chegada do projeto aeroespacial era baseada na pesca, agricultura e complementada com a coleta de caranguejo nos manguezais, o arrasto de camarão, a caça de animais silvestres e a coleta de coco babaçu.

A escassez de recursos derivada do processo de deslocamento pôde ser observada ao longo dos anos em relação à perda de contato com as áreas de recurso pesqueiro e pelo distanciamento das florestas de mangue, da impossibilidade de uso da terra fértil de outrora,

da ausência de apoio técnico e financeiro, além da drástica redução de investimento no setor com a diminuição do repasse de verbas do orçamento da União nos anos subsequentes à instalação da base aérea (ALMEIDA, 2002; PEREIRA JÚNIOR, 2009; O CÉU, 2011).

Quando se utiliza a expressão “transferência compulsória”, estamos baseados em depoimentos de quilombolas e pautados em outros estudos e documentos oficiais, como o Ministério Público Federal.

O deslocamento foi realizado de forma compulsória e simplista, para áreas distantes do mar e igarapés. A equipe de técnicos apenas levantou o número de famílias de trabalhadores rurais, as benfeitorias a indenizar e documentos de propriedades, os quais a maioria nem tinha a manutenção das condições de continuidade das suas atividades econômicas não foram respeitadas. (MPF, 1999, p. 3; BRAGA, 2011, p. 108).

A possibilidade de deslocamentos de outras comunidades, bem como de algumas das já instituídas, provoca um grande temor nos moradores da região. O projeto inicial da base de cinquenta e dois mil hectares, com o acordo de salvaguardas realizado com os EUA no ano de 2019, revive uma problemática de três décadas.

As propostas de construção de corredores de acesso ao mar são utópicas, uma vez que a distância de acesso ao mar em geral está acima de dez quilômetros em picadas pelo meio do mato (Figura 28), o que torna improvável o acesso às áreas de complementação de alimentos e de renda.

As agrovilas instituídas na primeira etapa de implantação do CLA estão no centro do mapa (figura 28) e foram deslocadas dos oito mil hectares ocupados inicialmente, as áreas de ampliação previstas nas etapas dois, três e quatro devem movimentar diversas outras comunidades para o centro do município.

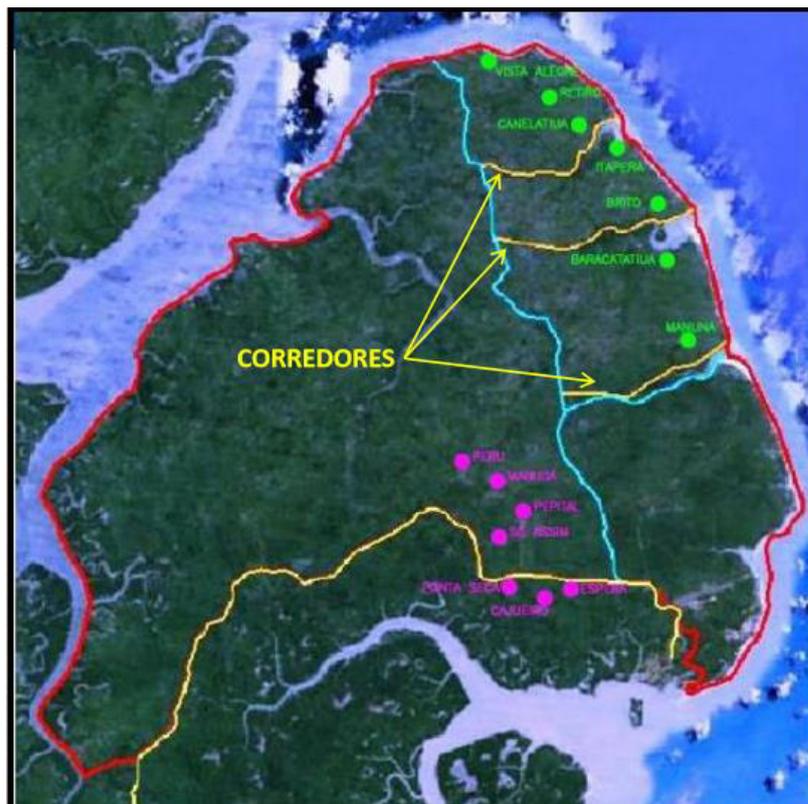
A ideia de criação dos corredores de passagens para moradores (figura 28) que ficam entre dez e vinte quilômetros do mar, caminhando pelo mato, não tem efeito positivo, não apenas pela distância, mas também pelas condições do trajeto, pelo meio do mato, transportando, por exemplo, petrechos de pesca, cofo, facão, dentre outros.

De acordo com o CLA, se houver novos deslocamentos, as comunidades afetadas que ficam no litoral, vão para o centro do município a exemplo do que ocorreu a primeira etapa. Se de fato for concretizada essa ação, serão mais famílias alocadas na região sabidamente infértil e sem leitos de rios nas proximidades. A distância do mar impede o acesso a pesca e opção de alimentos na ausência da agricultura, em especial no período de verão seco.

Assim como há três décadas não há previsão de estudo de impactos ambientais e nem de titularidade dos imóveis aos deslocados. O acordo de salvaguardas aprovado pelo

congresso nacional em 2019 foi realizado sem consulta prévia na região e a ocupação das terras quilombolas só ainda não se concretizou em função do RTDI do Inca de 2006 e decisões judiciais que tramitam no STF há vários anos. Em 2019 o STF não aceitou a solicitação de deputados para bloqueio da tramitação do AST de Alcântara com os EUA, o que permitiu sua aprovação sem consulta prévia.

Figura 28 - Etapas de expansão do CLA e possíveis corredores de acesso ao litoral



Fonte: Brasil (2017)

O processo de desapropriação das comunidades quilombolas em Alcântara permite-nos lembrar de que os aspectos mais relevantes não são somente a perda dos territórios e a retirada das pessoas do seu local de origem, mas também o desrespeito em relação à história construída ao longo de séculos de ocupação pelos seus ancestrais.

As fronteiras sobre as quais devemos concentrar nossa atenção são evidentemente fronteiras sociais, ainda que possam ter contrapartida territorial. Se um grupo mantém sua territorialidade quando seus membros interagem com outros, disso decorre a existência de critérios para a determinação do pertencimento, assim como as maneiras de assinalar esse pertencimento ou exclusão. (BARTH, 2000, p. 33-34).

Analisando a questão das agrovilas por esta óptica, podemos inferir que não houve preocupação com os aspectos ligados ao compadrio e afinidades entre as comunidades originalmente constituídas, tendo sido vários povoados misturados nesse processo (Tabela 7).

A possibilidade de incremento do processo de deslocamento sem os devidos estudos de impactos ambientais, bem como sem avaliação das comunidades a serem deslocadas demanda um temor de agravamento da situação de insegurança na região. As recentes propostas de investimento de verbas nas comunidades pode ser uma esperança no futuro, mas que precisa ser debatida, planejada e organizada com a participação intensa e decisiva dos maiores interessados, os moradores originários da região.

Caso ocorra a expansão que já está aprovada pelo Congresso Nacional no acordo de salvaguardas tecnológicas, poderão ser deslocadas mais de 700 famílias com mais de 2.000 pessoas, que passarão a fazer parte desta problemática que se iniciou na década de 1980.

Tabela 7 - Quilombos que podem ser deslocados pelas etapas III e IV do CLA

Nº	Comunidades Quilombolas	Famílias	Pessoas
01	Águas Belas/Cema	02	05
02	Araú Novo	05	15
03	Baracatatiua	11	19
04	Bom Viver	08	17
05	Brito	45	135
06	Camarajó	02	02
07	Canavieira	05	05
08	Canelatiua	67	123
09	Folhal	30	103
10	Galego	13	26
11	Itapera	18	50
12	Mãe Eugênia	02	05
13	Mamuna	80	248
14	Mamuninha	04	08
15	Mato Grosso	07	17
16	Mocajubal	27	91
17	Pacurí	19	29
18	Periaçu	26	77
19	Ponta d'Areia	80	232
20	Porto do Aru	02	04
21	Retiro	03	06
22	Rio Verde	05	15
23	Santa Maria	138	273
24	São João de Côrtes	151	476
25	Tacaua	05	10
26	Vila Valdeci	05	26
27	Vista Alegre	32	139
Total		792	2.156

Fonte: Associação do Território Quilombola de Alcântara *et al.* (2019)

4.3 Percepção dos moradores do município de Alcântara MA acerca das transformações culturais

A visão cultural que o povo brasileiro aprende em seu sistema educacional e no seu meio familiar é em geral resultado da cultura hegemônica europeia da qual descendemos. Sob esta óptica, os índios e quilombolas são selvagens ou seres primitivos que necessitam ser civilizados. De acordo com Luciano (2006), os povos indígenas brasileiros de hoje são sobreviventes e resistentes da história de colonização europeia.

A introdução de uma cultura civilizadora seria então a possibilidade de resgate desses povos primitivos a um patamar de civilidade que os livraria da inferioridade, permitindo-lhes ter uma vida plena através da adequação a uma nova vida alinhada aos valores hegemônicos da nossa realidade. Segundo Elias (1991), o processo de civilização passa pela capacidade de reprimir tudo o que nos liga a nossa “natureza animal”.

A compreensão da dinâmica da vida e da organização social relacionada aos saberes tradicionais de povos quilombolas vem permitindo outra análise da lógica cultural que foi tão amplamente difundida ao longo dos tempos, contrariando a lógica do primitivismo.

O reconhecimento dos quilombolas a partir do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 permitiu, assim, “um novo movimento identitário dentro do movimento negro, passando os quilombolas a exigirem e articularem sua própria luta por demandas sociais específicas” (COSTA, 2016, p. 31).

O conhecimento tradicional é um grande indicador da evolução cultural do homem com o seu ambiente, que, por meio de processos contínuos e dinâmicos, geram conhecimentos – os quais se perpetuam enquanto permanece a relação entre os humanos e o seu ambiente. Assim, o conhecimento tradicional é uma das facetas da evolução cultural que se manifesta na arte, no esporte, nas atividades e práticas artesanais, na criação de instrumentos de trabalho, nas práticas de cura, nos costumes de vestimenta e, inclusive, nos hábitos alimentares – respondendo pela segurança alimentar e nutricional dos povos e comunidades. (UDRY, 2015, p. 15).

Avaliando o crescimento mundial e brasileiro podemos verificar que no período pós-revolução industrial a população humana aumentou em larga escala. De acordo com Alves (2017), no ano de 1350 o mundo possuía 370 milhões de pessoas, após a revolução industrial chegaríamos a um bilhão, em 1927, dois bilhões, em 1960, três bilhões, em 1974, quatro bilhões, em 1987, cinco bilhões, em 1999, seis bilhões e, em 2011, sete bilhões.

É possível verificar que a cada doze a treze anos acresce um bilhão de pessoas no planeta, sendo que em sua maioria descendente da cultura europeia, em países capitalistas que praticam a lógica do consumo como princípio cultural a ser implementado na busca da realização pessoal de todos. Nesse universo, os saberes tradicionais perdem seu espaço e passam a correr o risco de desaparecimento.

O Brasil acompanhou esse crescimento ao longo do tempo, em 1880 tínhamos 14 milhões de habitantes, um século depois, em 1980, tínhamos 119 milhões e, de acordo com o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), chegamos aos 200 milhões de habitantes. Da mesma maneira que o resto do mundo e, em especial, o bloco capitalista, apresentamos uma cultura baseada no consumo. Segundo Giacomini Filho (2008, p. 118), a associação entre consumo e estilo de vida é uma forte marca da lógica do capitalismo, em especial em sua versão pós-década de 1950.

A ideia de progresso então passa por uma questão de desenvolvimento econômico e tecnológico e ter acesso à tecnologia significa fazer parte do estrato social mais bem-sucedido nessa lógica. O Brasil no século vinte buscou a industrialização e o desenvolvimento econômico como forma de reduzir sua dependência dos países desenvolvidos.

A partir dos anos 1930 ou, ao menos, após os anos 1950 até meados da década de 1970, muitos países latino-americanos, incluindo o Brasil, desenvolveram uma estratégia nacional de desenvolvimento que ficou conhecida como Nacional Desenvolvimentismo. A intenção era reduzir as relações de dependência dos produtos manufaturados provenientes dos países mais desenvolvidos, como também atenuar as fontes de ‘atraso social’ com o predomínio do grande latifúndio, a pobreza e a grande concentração de renda no campo e nas metrópoles. Acreditava-se que o Estado deveria fazer investimentos diretos em infraestrutura e em algumas indústrias. (MOTA, 2015, p. 2).

As estratégias políticas e econômicas adotadas ao longo dos anos culminariam na década de oitenta com o fim da ditadura militar e o vislumbre de um desenvolvimento ligado a uma jovem democracia que apregoava a liberdade e o consumo.

O progresso da Nação estava focado no desenvolvimento de novas tecnologias, nas tecnologias da informação, na abertura de mercados, na globalização de maneira geral e na corrida espacial tão badalada pela disputa da guerra fria. O que não estava nos planejamentos de consumo e avanços tecnológicos eram todos os danos sociais que o desenvolvimento econômico traria, os profundos fossos que iriam separar as pessoas e a manutenção dos estratos sociais que se acentuariam com o tempo.

Nosso progresso, portanto, foi uma questão predominantemente racional e intelectual, e essa visão unilateral atingiu agora um estágio alarmante, uma situação tão paradoxal que beira a insanidade. Podemos controlar os pousos suaves de espaçonaves em planetas distantes, mas somos incapazes de controlar a fumaça poluente expelida pelos nossos automóveis e nossas fábricas. Propomos a instalação de comunidades utópicas em gigantescas colônias espaciais, mas não podemos administrar as nossas cidades [...]. (CAPRA, 1982, p. 39).

Mas o desenvolvimento sempre terá custos diversos, não obstante podemos considerar o crescimento econômico como um dos maiores inimigos do meio ambiente, a necessidade de matéria prima consome madeira, água, destrói a vida selvagem e alcança as pessoas que desde tempos imemoriais viviam em harmonia com a natureza. O progresso iria

alcançar essas pessoas e não iria pedir a opinião delas quanto a sua integração no novo modelo de vida, a adesão seria compulsória.

Não bastassem os impactos socioambientais causados por qualquer grande empreendimento, o Relatório de Gestão da Agência Espacial Brasileira (AEB) descreve um cenário de drástica redução de investimentos no setor (Tabela 7).

[...] abrupta ruptura e descontinuidade dos investimentos verificados desde o início da década de 90 até o início dos anos 2000 ocasionaram grande atraso nos projetos, descontinuidade nas contratações com a indústria, desmobilização de equipes e, principalmente, um grande descompasso entre os programas associados aos centros de lançamento, veículos lançadores e satélites, definidos como eixos estratégicos centrais no processo de domínio do ciclo completo da tecnologia espacial. (SCHMIDT, 2011, p. 60).

Em apresentação acerca da base aérea de Alcântara, o Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, fez referência aos investimentos feitos na Base aérea de Alcântara em três anos frente às necessidades orçamentárias de custeio do CLA, demonstrando a drástica redução orçamentária ocorrida ao longo dos anos em relação ao projeto aeroespacial implantado em Alcântara.

Tabela 7 - Valores de investimento e custeio referente a Base Aérea de Alcântara apresentada pelo Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (SEBRAE, 2017)

ANO	INVESTIMENTO	CUSTEIO
2015	15.619.788,06	20.810.329,37
2016	6.327.170,87	19.683.003,21
2017	4.428.000,00	7.390.094,00

Fonte: Documento do CLA

Por toda essa problemática orçamentária ocorrida após haverem sido realizados todos os deslocamentos de pessoas e investimentos em obras de construção do centro de lançamentos, construção das sete agrovilas e vilas de moradores de milhares na região, ficou evidente a necessidade de se avaliar o quanto são perceptíveis para as pessoas da região os impactos sociais e culturais por elas sofridos ao longo desse processo.

Desta maneira foi elaborado um instrumento de pesquisa na forma de uma entrevista semiestruturada, com oito perguntas abertas, buscando compreender o quanto os moradores da região sentem-se afetados pelo CLA, tanto em aspectos positivos quanto negativos, além de buscar compreender o significado do empreendimento na região, ou seja, o quanto foi impactante para a comunidade, para as famílias e para o indivíduo.

A primeira pergunta buscou compreender a percepção dos entrevistados em relação à presença da base aérea na comunidade. Como as pessoas que responderam eram de comunidades distintas foi possível perceber diferentes percepções, principalmente em relação às pessoas que moram na sede em comparação aos que moram no interior, em especial nas agrovilas.

Em relação à presença do CLA na comunidade, a maioria dos entrevistados (85%) considerou a presença da base importante sob diversos pontos de vista, alguns considerados positivos e outros negativos. Um percentual menor que 10% referiu que o CLA tem importância para a comunidade, mas não sabia dizer exatamente que importância era essa e o menor percentual (5%) referiu que a presença do CLA não tem nenhuma importância para o município (Tabela 8).

Como as pessoas que responderam eram de comunidades distintas foi possível perceber diferentes percepções, principalmente em relação às pessoas que moram na sede em comparação aos que moram no interior, em especial nas agrovilas.

Tabela 8 - Percepção dos entrevistados quanto a presença do CLA em Alcântara MA

PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS	PERCEPÇÃO QUANTO A PRESENÇA DO CLA NA COMUNIDADE
10%	Significativo para a comunidade, mas não sabe referir qual (is) aspecto(s)
5%	Acredita não ter impactos significativos ao município
85%	Considera importante sob diversos pontos de vista, relatando aspectos positivos e negativos
100%	Total

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor

O aspecto satisfação foi colocado como maneira de avaliar se o entrevistado observava mais pontos positivos ou negativos, ou mesmo se não detectava nenhum aspecto relevante, tendo uma relação de neutralidade com a presença da base aérea. Assim como o primeiro questionamento, dependendo do local da moradia e por vezes em relação à faixa etária, as respostas foram bem distintas (tabela 9).

Foi possível verificar que a maioria dos entrevistados (70%) citou mais aspectos negativos que positivos em relação ao critério satisfação, principalmente relacionados aos principalmente em função ao desrespeito ao direito de propriedade e os deslocamentos para as

agrovilas, que não respeitaram aspectos étnicos e culturais das comunidades locais. Esses relatos foram feitos inclusive em relação ao trato pessoal, a maioria dos entrevistados relatou se sentir tratados como inferiores e até ameaçados quanto ao exercício de sua cidadania. Em torno de metade dos entrevistados referiu insatisfação quanto a danos ambientais como desmatamentos e proximidade das construções em relação aos rios, o assoreamento do rio da Mamuna, das florestas de mangue e destruição de roças de mandioca nas comunidades.

Tabela 9 - Percentual dos entrevistados quanto ao critério satisfação após a chegada do CLA em Alcântara MA, 2018

PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS	PERCEPÇÃO QUANTO A SATISFAÇÃO APÓS A IMPLANTAÇÃO DO CLA
10%	Não verificou aspectos positivos nem negativos com a chegada da base aérea no município.
20%	Verificou mais benefícios que prejuízos, citando principalmente o aspecto relacionado a trabalho.
70%	Cita mais aspectos negativos que positivos, principalmente relacionados aos deslocamentos, ao desrespeito ao direito de propriedade e danos ambientais.
100%	Total

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor

Em relação à percepção dos moradores do município acerca de transformações significativas ocorridas em sua comunidade após a chegada do CLA na década de 1980, (Tabela 10), foi possível verificar que a maioria das pessoas entrevistadas (60%) concordou que ocorreram modificações e que estas foram equivalentes, tendo um lado negativo de ter modificado a vida das pessoas sem ter dado o devido suporte a elas, mas veem como positivo os investimentos em infraestrutura (estradas), educação e comércio.

O critério mais relevante aos entrevistados foi em relação à infraestrutura, com a melhoria da qualidade da estrada, MA 106, que dá acesso à sede do município, além dos ramais abertos para dar acesso aos povoados.

Um percentual menor (30%), relatou que acredita que o CLA trouxe modificações ao município, mas não sabe inferir quais seriam essas modificações e conseqüentemente não consegue definir se são boas ou ruins.

O menor percentual (10%) relatou que não consegue verificar modificações significativas na comunidade após a chegada do CLA. Essas pessoas disseram que não conseguem ver mudanças na sociedade e nem no seu cotidiano em função da presença do CLA.

É importante percebermos que as resposta mais incidente na primeira pergunta foi de que as pessoas observaram mais aspectos negativos que positivos com a chegada do CLA, mas no item seguinte a maioria dos entrevistados declarou ser importante a presença do empreendimento na região, o que suscita a ideia de que as pessoas não são, em sua maioria refratárias a presença do CLA, mas sim a maneira como os processos foram conduzidos ao longo do tempo.

Tabela 10 - Percepção dos moradores quanto a importância em relação às transformações que a comunidade sofreu desde a chegada do CLA em Alcântara?

PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS	PERCEPÇÃO QUANTO A IMPORTANCIA DAS TRANSFORMAÇÕES NA REGIÃO APÓS O CLA
10%	Não viu transformações significativas de sua comunidade.
30%	Acredita que a presença da base aérea trouxe modificações, mas não sabe especificá-las.
60%	Acredita que as transformações foram equivalentes, tem um lado negativo de ter modificado a vida das pessoas sem ter dado o devido suporte a elas, mas veem como positivo os investimentos em infraestrutura (estradas), educação e comércio.
100%	Total

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor

Em relação à chegada do CLA ter influenciado de alguma maneira as festas religiosas e outras manifestações culturais do município (Tabela 11), a maioria (60%) referiu não identificar modificações significativas nas manifestações culturais. Em geral foi relatado que em momento algum houve algum tipo de proibição de manifestações de qualquer natureza. Na região de Alcântara é muito comum festas de tambor de crioula, clubes de Reggae, festa do divino espírito santo, além de terreiros de candomblé. Todas essas festas e rituais ainda existem e não sofreram nenhum tipo de cerceamento de acordo com os entrevistados.

Porém chama atenção, as respostas que fizeram referência a algumas modificações (30%), as quais foram dadas por moradores das agrovilas que acreditam que seus festejos

religiosos acabaram em função do deslocamento. Neste caso o problema está no deslocamento, que culminou com o afastamento das “terras de santo” e reduziu a “fartura de comida” relatada pelos entrevistados, que praticavam a pesca, a agricultura e o extrativismo antes da chegada do CLA. Com o deslocamento para as agrovilas, o distanciamento do mar prejudicou a pesca, as glebas de terras pouco fértil prejudicou a agricultura, de acordo com os relatos.

O menor percentual (10%) foi de pessoas que disseram se sentir incomodadas com a chegada de outros hábitos alimentares e religiosos trazidos pelos “forasteiros” como a troca do alimento tradicional, o peixe e o camarão pelo *fast food*, além da proliferação de outras práticas religiosas, como a construção de igrejas evangélicas de distintas naturezas, Assembleia de Deus, Batista, Internacional de Graça de deus e Universal.

Tabela 11 - Percepção acerca de modificações nas manifestações culturais (festas religiosas, música, comidas etc...) da cidade de Alcântara após a chegada do CLA, 2018

PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS	PERCEPÇÃO ACERCA DAS MUDANÇAS NAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS
10%	Observa modificações principalmente de caráter religioso, em especial pela separação das comunidades.
30%	Fez referência à influência da chegada de novas culturas, principalmente em relação às festas tradicionais.
60%	Não vê influência no aspecto cultural das pessoas do município com a chegada da base.
100%	Total

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor

Quanto à ocorrência de impactos na vida das pessoas em relação ao antigo local em que viviam, foram entrevistadas pessoas de todas as agrovilas, e também aquelas de outras comunidades. Assim, buscou-se entender a percepção das pessoas em relação aos moradores que foram deslocados para as sete agrovilas pelo CLA (Tabela 12).

É importante destacar que existe um grande percentual de pessoas que vivem na sede do município, mas têm parentes e amigos nas agrovilas, o que faz com que essas pessoas tenham relação de parentesco e amizade e conseqüentemente de preocupação e solidariedade com os que de alguma forma foram atingidos pela presença do CLA. Os poucos pontos positivos (10%) destacados, referiram-se principalmente à possibilidade de morar em casas de

alvenaria, já que a maioria dos deslocados vivia em casas de palha ou de taipa, o acesso à água encanada, lavanderia e casa do forno, que são de uso coletivo.

Porém, a maioria (90%) percebe que houve mais prejuízo que benefícios para os cidadãos deslocados. Tendo sido referido a falta de título de posse das suas casas e glebas, a impossibilidade de aumentar o imóvel, o distanciamento do litoral e a infertilidade do solo na região hora habitada. Existiram muitos relatos de pessoas que referiram se sentir traídas, pois a maioria das promessas do Governo não foram cumpridas.

O acordo inicial previa suporte técnico e financeiro para a agricultura, apoio na manutenção das bombas d'água, construção de escolas, cemitério, campo de futebol, salão de festas, igreja e postos de saúde em todas as agrovilas, indenização das benfeitorias do local de origem, apoio financeiro até a primeira produção agrícola nas agrovilas. Essas propostas pactuadas pelo CLA nunca foram cumpridas total ou parcialmente.

Tabela 12 - Percepção das pessoas que vivem nas Agrovilas acerca da ocorrência de impactos em suas vidas em relação ao antigo local em que viviam?

PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS	PERCEPÇÃO DAS MUDANÇAS APÓS O DESLOCAMENTO DAS COMUNIDADES
10%	Acredita que houve mudança para melhor em relação à vida das pessoas que viviam no litoral e foram transferidas para as agrovilas.
90%	Relatou que houve mais prejuízo que benefícios para as pessoas transferidas para as agrovilas, em especial, pelo fato de até o presente momento nunca terem recebido título de posse de seus imóveis e por terem sido colocados em local de solo impróprio para a agricultura.
100%	Total

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor

Sobre o CLA ter influenciado no dia a dia das pessoas do município, os moradores da sede fizeram referências a melhorias da estrada de acesso e principalmente pela possibilidade do uso do porto construído pelo CLA, já que uma grande parcela de pessoas da cidade vem de barco a São Luís semanalmente resolver problemas pessoais e de trabalho (Tabela 13).

Mas a maioria (85%) referiu não ter tido modificações significativas em seu dia a dia após a chegada do CLA, pois seu estilo de vida não sofreu alterações. Importante destacar que a fonte de renda da maioria das pessoas que vivem na sede é a prefeitura ou o turismo, desta

maneira o CLA tem pouca influência econômica na vida dessas pessoas, a não ser em relação a hospedagens.

Um percentual menor (15%) referiu em algum momento já ter trabalhado no CLA e por isso durante um tempo tiveram sua rotina alterada, além do ganho financeiro. Os donos de imóveis de aluguel referiram também ter tido um significativo ganho financeiro e fizeram investimentos no setor hoteleiro principalmente à época do projeto Cyclone Space IV com a Ucrânia.

Tabela 13 - Percepção dos moradores do município de Alcântara - MA, acerca de interferências nos hábitos de vida (dia-a-dia) das pessoas após a chegada da base aérea.

PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS	PERCEPÇÃO QUANTO AS INTERFERENCIAS NOS HÁBITOS DE VIDA APÓS O CLA
15%	Vê melhorias principalmente na qualidade do deslocamento em estradas e pelo uso do porto construído pelo CLA.
85%	Acreditam haver muito pouca influência no seu dia-a-dia, apenas as pessoas deslocadas teriam sofrido modificações significativas em seus hábitos de vida, as pessoas da sede e de povoados que não foram deslocados não veem modificação significativa em sua rotina diária.
100%	Total

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor

Quanto aos aspectos considerados mais ou menos relevantes em função das possíveis transformações sofridas pela comunidade após a chegada do CLA (Tabela 14), a minoria (10%) não viu transformações significativas, os relatos são de que o CLA é algo distante que não tem relação com o cotidiano do entrevistado.

A maioria (55%) entende que houve transformações positivas, fazendo referência à oferta direta de trabalho no CLA, como secretárias e serviços gerais, muitos jovens que servem ao CLA, como soldados, apesar de ser limitado esse período, além de fontes de renda indiretas, como as casas alugadas para trabalhadores que vêm de fora e venda de alimentos.

Porém, cerca de um terço dos moradores (35%) relatou que a transformação mais importante e negativa foi o processo de retiradas das pessoas de suas comunidades, o que culminou com a implementação da pobreza e violência na região. Alguns moradores fizeram relatos de sentir seu território invadido e seus direitos negados pelo estado, além de referir sobre o comportamento autoritário e agressivo dos funcionários que vieram de cidades em especial do sudeste do País.

Não houve relatos de agressões físicas entre funcionários do CLA e moradores, mas houve relatos de discursões e ameaças verbais de ambas as partes, em grande parte, devido ao fato dos moradores se sentirem tratados como inferiores, tendo sido chamados em algumas situações, de pobres e analfabetos.

As abordagens na zona rural também tiveram relatos de tensão, principalmente pelo fato de que o primeiro contato foi amistoso e com promessas de melhoria da qualidade de vida, sendo que posteriormente quem ia ao encontro das comunidades eram soldados armados e a postura era de delegar ordens e com discursos de ameaça, como lembrar que o descumprimento das ordens poderia acarretar em prisão ou perdas dos direitos previamente pactuados.

As pessoas que vivem na sede não tiveram uma percepção relevante da presença do CLA, pois não perderam patrimônio, fazem uso do hospital da cidade, bem como da escola municipal com educação infantil e fundamental e a escola estadual de nível médio. O transporte mais utilizado para o município são as embarcações que fazem viagens diárias para a capital São Luís, já as pessoas da zona rural dependem de veículos de transporte.

Dessa maneira, os moradores das agrovilas tiveram todas essas percepções de mudanças em suas comunidades, pois ficaram distantes da escola e do hospital, além de não terem acesso a veículos para transportar crianças para a escola ou os adultos para a sede do município.

A outra forma de transporte é através do ferry boat que fica há mais de quarenta quilômetros das agrovilas, também de acesso muito difícil aos moradores da zona rural em razão do valor das passagens e falta de veículos que passem pelas agrovilas.

Muitas pessoas que vivem no município de Alcântara tem a necessidade de periodicamente vir a capital, São Luís, ou para estudar, ou para fazer compras ou em função de realização de tratamento de saúde. Independentemente do motivo, todas deverão custear suas passagens e passar pelas dificuldades dos traslados que são realizados em embarcações que como regra não são adaptadas para pessoas com deficiência, ou com mobilidade reduzida em função de algum problema de saúde.

Tabela 14 - Percepção dos moradores do município de Alcântara - MA, quanto a percepção dos aspectos mais relevantes (positivos e negativos) em relação às transformações ocorridas na comunidade desde a chegada da base aérea

PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS	PERCEPÇÃO QUANTO A RELEVÂNCIA NAS TRANSFORMAÇÕES NA COMUNIDADE APÓS O CLA
10%	Não viu nenhuma modificação, nem positiva, nem negativa.
55%	Viu mais transformações positivas; o aspecto mais citado neste item foi emprego. Vê melhorias principalmente na perspectiva de vida, em relação à possibilidade de qualificação profissional e oferta de trabalho, muitos jovens trabalham como soldados e em relação à possibilidade de fonte de renda, com aluguéis de imóveis e venda de alimentos.
35%	Acredita que os aspectos foram mais negativos, principalmente citando o “abandono” das agrovilas, fazendo referência à falta de assistência técnica e infraestrutura, que foram prometidas quando da implantação do empreendimento.
100%	Total

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor

Sobre existir algum fator que impactasse em algum aspecto íntimo e individual, sem relação com a comunidade ou com a família, apenas com o indivíduo entrevistado (Tabela 15), o maior percentual (40%) respondeu não ter percebido transformações significativas em sua vida pessoal nas últimas décadas em função da chegada do CLA, disseram-se apenas decepcionadas com a esperança de transformações de realidades que de fato nunca se concretizaram.

Um percentual menor (25%) alegou ter tido modificações positivas com a chegada do CLA, principalmente as que lá trabalharam ou de alguma forma puderam ter auferido algum tipo de ganho pecuniário após sua chegada, em especial, quem investiu em quartos de aluguel, pousadas e restaurantes.

Um percentual intermediário (35%) relatou ter suas vidas marcadas pelas relações interpessoais durante o contado das pessoas de outras regiões no CLA, a reafirmação da pobreza e a sensação de estar sendo “humilhadas” as fez ter outra percepção dessas pessoas.

Alguns relatos exemplificam bem esse cenário. Como o caso de moradores que disseram ouvir afirmações do tipo “esse povo gosta de ser pobre”, “são burros, só servem pra trabalho braçal”, “faça apenas o que lhe mandam e seja invisível aqui dentro”, são relatos de

abordagens que levaram esses indivíduos a não serem simpáticos ou terem esperança de que aquele empreendimento buscava de alguma forma trazer-lhes benefícios.

A Sra. M.S.P., relatou que trabalhou como servente no CLA e no seu primeiro dia de trabalho ouviu a seguinte recomendação, “aqui a senhora é surda, muda e cega, não fale nada, não ouça nada e não veja nada, faça somente o que lhe mandarem e não diga nada do que acontece aqui lá fora”. Em seu relato ela disse se sentir humilhada, mas necessitava do dinheiro e trabalhou no CLA por dois anos, sempre ouvindo relatos de inferioridade do povo da região, quanto à falta de escolaridade e qualificação profissional.

O Sr. J.P.B. fez um relato de que se sentiu como caindo em uma armadilha, pois de acordo com seu depoimento o Governo usou vários mecanismos de convencimento para o povo de Alcântara, trouxe inclusive assistentes sociais negras para conversar com as pessoas. Falava-se em melhorias de qualidade de vida e de um futuro promissor aos descendentes.

Por outro lado, havia também ameaças, discursos como o de que aquela população pequena e simples não teria como se contrapor aos militares. No dia da transferência os caminhões do CLA chegaram aos povoados e levaram as pessoas e seus poucos pertences para as agrovilas. As casas antigas foram destruídas e os moradores proibidos de voltar lá.

Tabela 15 - Percepção dos moradores do município de Alcântara - MA sobre a ocorrência de modificação na vida pessoal com a chegada do CLA, 2018

PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS	PERCEPÇÃO QUANTO AOS IMPACTOS NA VIDA PESSOAL
40%	Não percebeu transformações significativas em relação à chegada do CLA, apenas acreditavam que haveria melhorias que de fato não se concretizaram.
25%	Percebeu mudanças positivas, pois puderam trabalhar na base e a renda permitiu transformações em sua vida.
35%	Acredita que houve modificações em suas vidas relativas à forma como as pessoas que vieram de fora as enxergam e a maneira como são tratadas por elas, sentindo-se desrespeitadas e, em alguns casos, “humilhadas”; sua vida pessoal se modificou, pois passaram a vivenciar relações interpessoais sob outra óptica.
100%	Total

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor

Alguns relatos de moradores que disseram ouvir afirmações do tipo “esse povo gosta de ser pobre”, “são burros, só servem pra trabalho braçal”, “faça apenas o que lhe mandam e seja invisível aqui dentro”, são relatos de abordagens que levaram esses indivíduos a não serem simpáticos ou terem esperança de que aquele empreendimento buscava de alguma forma trazer-lhes benefícios.

A entrevistada M.S.P., relatou que trabalhou como servente no CLA e no seu primeiro dia de trabalho ouviu a seguinte recomendação, “aqui a senhora é surda, muda e cega, não fale nada, não ouça nada e não veja nada, faça somente o que lhe mandarem e não diga nada do que acontece aqui lá fora”.

Em seu relato ela disse se sentir humilhada, mas necessitava do dinheiro e trabalhou no CLA por dois anos, sempre ouvindo relatos de inferioridade do povo da região, quanto a falta de escolaridade e qualificação profissional.

O Sr. J.P.B. fez um relato de que se sentiu como caindo em uma armadilha, pois de acordo com seu depoimento o Governo usou vários mecanismos de convencimento para o povo de Alcântara, trouxe assistentes sociais negras para conversar com as pessoas e até religiosos. Falava-se em melhorias de qualidade de vida e de um futuro promissor aos descendentes.

Por outro lado, havia também ameaças, discursos como o de que aquela população pequena e simples não teria como se contrapor aos militares e que poderia haver punição aos que se negassem a sair de suas terras.

De acordo com a Sra. E.M.V., as “visitas” do CLA as comunidades se faziam inicialmente com pessoas simpáticas e educadas que faziam promessas de melhorias diversas para os moradores, posteriormente as visitas eram feitas sempre com soldados armados e um oficial que destacava a urgência da saída das pessoas de suas comunidades pois o projeto precisava iniciar imediatamente.

No dia da transferência os caminhões do CLA chegaram aos povoados e levaram as pessoas e seus poucos pertences para as agrovilas. As casas antigas foram destruídas e os moradores proibidos de voltar lá.

Não podemos esquecer que o passado escravista de Alcântara, apesar de já ter mais de um século, ainda pode ser considerado recente se levarmos em consideração as gerações e os processos políticos e socioeconômicos ocorridos ao longo dos séculos, em especial do século XVIII e XXI.

A presença do pelourinho na praça da matriz em frente às ruínas da igreja de São Matias (figura 29), da qual resta somente a fachada principal e vestígios do campanário e das

paredes laterais em alvenaria de pedra e cal, remete-nos a um tempo em que o pelourinho era não apenas o símbolo do castigo físico aos escravos que ousavam desafiar o poder constituído ou simplesmente tentar fugir da escravidão, mas também representava a independência administrativa da província, uma vez que onde tinha pelourinho também havia uma câmara e administradores.

O pelourinho possui em sua extremidade superior a coroa portuguesa, como forma de representação da autoridade do império na província. Somente a coroa portuguesa podia autorizar a implantação do pelourinho na província e sua presença referendava o “foral de vila”, ou seja, a província passava a ter autonomia administrativa e judiciária (PEREIRA, 2001).

Figura 29 - Praça do Pelourinho e Igreja São Matias, em Alcântara, MA



Fonte: Acervo da pesquisa realizada pelo autor

Até o século XIX, era comum ler-se nos jornais anúncios de vendas de seres humanos como se fossem animais ou objetos que tinham um proprietário, ou a tentativa de reaver escravos fugidos das propriedades (SILVA, 2017). Então, pensar que pouco mais de um século depois, os descendentes dos escravos comercializados em jornais teriam seus direitos respeitados pelos descendentes das mesmas pessoas que detinham a propriedade dos escravos é ainda um pensamento temerário.

Vende-se hum lindo escravo sem ponta de barba, robusto, fiel, e inteligente, aplicável a qualquer serviço, ou officio; sabendo bem servir no domestico, e particularmente à pessoa solteira de bom tratamento. Na loja de J. B. S. Çadet. no largo do Carmo n.º 14. Maranhão 10 de Janeiro 1843. João Bernardino Gaspar Giffinig. (VENDAS, 1843, p. 4).

No dia 17, do corrente mês de março, (ano de 1842) fugiu ao Cirurgião Mor desta Província, José Maria Barreto, um escravo de nome Ignácio; bem alto, terá 58 anos, anda como derriado; ele é aleijado da mão esquerda cujos dedos não pode bem estende; leva calças e camisas do algodão e um ferro ao pescoço, e numa braga na perna esquerda, pois é acostumado a frequentes fugas, e sempre para o mato; e ultimamente foi encontrado em Balaio: quem dele tiver: noticia entregar a seu senhor, receberá as alviças. (REPARTIÇÃO..., 1844, p. 3).

Entretanto, as conquistas resultantes de muitas lutas sociais, como a abolição da escravatura, a criminalização do racismo, o direito à educação pública e gratuita, um meio ambiente saudável e o reconhecimento dos territórios quilombolas pela Constituição Federal de 1988 fazem-nos ter esperança de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Nas entrevistas com os moradores da região, podemos perceber que os habitantes das agrovilas têm uma visão e uma postura diferentes em relação às pessoas que há muitos anos habitam a sede do município, afinal, os deslocados foram os maiores prejudicados no processo de deslocamento.

Algumas pessoas que vivem na sede veem muitos aspectos positivos na presença da base e até temem uma possível retirada das instalações da região. Muita gente construiu quartos de aluguel e restaurantes, além de adquirir veículos de transportes, como vans e ônibus. Alguns proprietários de pousadas relataram ter prosperado muito alugando aos funcionários vindos à época do acordo Cyclone Space IV entre Brasil e Ucrânia.

A reforma da MA 106 também trouxe maiores facilidades de deslocamento até o município e a abertura de ramais para as agrovilas e povoados, de acordo com moradores da zona rural, permitiu o transporte de veículos como motos, carros, ônibus e caminhões até o local do povoado, facilitando o transporte de cargas e pessoas.

Muitas dessas obras foram realizadas inicialmente com a chegada do CLA e posteriormente com a parceria com a Ucrânia. A modernização do porto do Cujupe, povoado de Alcântara que recebe os Ferry Boat oriundos do porto do Itaqui, em São Luís, por onde ocorre um grande fluxo de pessoas, automóveis e cargas.

Desta maneira, podemos compreender que os investimentos em infraestrutura são de grande importância para a região, mas o desrespeito às peculiaridades locais e as decisões de implantação de grandes empreendimentos e transformações sem consulta prévia podem trazer resultados nem sempre positivos.

Então, pela percepção dos moradores de toda a região, é possível avaliar que a presença do CLA pode trazer benefícios variados, destacando que a maneira de gerir o

processo deverá passar preferencialmente por decisões coletivas e pactuadas, garantindo atender ao interesse da maioria e haver responsabilização coletiva dos resultados.

Ficou perceptível que a maioria absoluta dos entrevistados não são refratários a implantação do CLA na região. A chegada de um grande projeto trás consigo diversos aspectos que podem ser favoráveis, tais como a melhoria da infraestrutura e incremento do turismo.

Antes do CLA a cidade de Alcantara não possuía hotéis e restaurantes, o que reduzia substancialmente a possibilidade da visitação de turistas. Em sua maioria, os visitantes vinham e voltavam no mesmo dia pela falta de infraestrutura na cidade.

A pavimentação da MA 106 estimulou a compra de Vans de transporte alternativo na região, o que por sua vez permite o deslocamento de pessoas via Ferry boat, a implantação do IFMA permitiu a chegada de professores que se hospedam nas pousadas, a grande demanda de pessoas de outros Estados e até outros países no período do projeto Cyclone Space IV, favoreceu a construção de hotéis, quarto de aluguel e pousadas.

Todo esse processo demonstra que existem diversas possibilidades de crescimento econômico e desenvolvimento na região. Muitos entrevistados relataram a preocupação com a possibilidade de o CLA ser deslocado para outra região do país, de forma que fica clara a necessidade de garantir-se o direito das propriedades dos quilombolas e se desenvolver políticas públicas sustentáveis que a chance de aceitação das pessoas se torna bem maior.

Nas entrevistas, ficou claro que as pessoas que não foram afetadas diretamente pelo CLA não manifestam rejeição pelo projeto e até as que sofreram danos materiais e pessoais, em alguns casos ainda esperam ter algum tipo de ganho em qualidade de vida com as possibilidades futuras de funcionamento do CLA.

As várias associações e comissões de pessoas que representam variadas categorias de atores sociais no município, como o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município, STTR, o Movimento dos Atingidos pela Base Aérea, MABE, o Movimento das Trabalhadoras Rurais de Alcântara, MONTRA, podem e devem ter participação ativa nos processos decisórios acerca do futuro das ações na região, sendo que desta maneira teremos uma chance maior de tomar decisões que poderão ser avaliadas e reavaliadas ao longo do tempo para que sejam corrigidas e adequadas para o bem de todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo de formação das agrovilas trouxe muitas informações esclarecedoras a nossa pesquisa, além dos aspectos técnicos conhecidos e já discutidos em outros trabalhos. Foi possível fazer levantamentos em relação ao quantitativo de pessoas que permanecem morando no local, além de identificar o ponto de vista delas em relação às transformações que ocorreram em suas vidas.

A formação das agrovilas ocorreu na década de 1980 e inicialmente os moradores que viviam nos povoados a serem deslocados foram visitados por assistentes sociais e outros profissionais contratados pelo ministério da aeronáutica como forma de convencimento de que essas pessoas teriam melhorias em sua qualidade de vida, pois receberiam casa de alvenaria e água encanada em substituição às casas de taipa sem fornecimento de água.

As famílias atingidas viviam próximas ao litoral e subsistiam basicamente da pesca e da plantação de mandioca que é utilizada como matéria prima para a produção de farinha (ANDRADE, 2006). Os núcleos familiares eram constituídos em sua maioria por famílias de quatro a seis pessoas que habitavam casas de taipa.

Os povoados em geral eram de casas de taipa, não possuíam água encanada e alguns não tinham luz elétrica, esgotamento sanitário e nem coleta de lixo, assim como escola ou posto de saúde. Quando as pessoas foram transferidas para as agrovilas passaram a ter água encanada, casas de alvenaria e algumas tem posto de saúde e escola municipal. A distância do litoral e a região em que foram assentadas impediu o acesso à pesca e a produção de farinha na mesma quantidade que anteriormente.

Esses fatores são considerados negativos pelos moradores, pois elas têm que comprar peixe e carne nos comércios ou de vendedores ambulantes que transportam em motocicletas alimentos para vender nas agrovilas e não conseguem viver da agricultura em função da baixa fertilidade do solo. Os moradores mais jovens referenciam que as casas de alvenaria, a água encanada, o acesso a educação e proximidade dos postos de saúde, além da possibilidade de trabalho são aspectos positivos que surgiram a partir da implantação do CLA.

O fato de as pessoas não terem recebido os títulos de posse das casas e das glebas onde iriam plantar constitui-se na maior sensação de insegurança de acordo com os relatos dos moradores das agrovilas. A preocupação de ser novamente de suas próprias terras sempre preocupa os moradores que relatam sentir-se injustiçados pela falta do título de propriedade de suas moradias.

No ano de 2019 foi aprovado o Acordo de Salvaguarda Tecnológico (AST) com os EUA, dando concessão uso da base de Alcântara, o que a princípio poderá ter consequências

como aumento da área hoje ocupada, já que a região prevista inicialmente para implantação da base é de 58 mil hectares e até o ano de 2019 apenas 8 mil hectares está ocupado.

O processo de implantação das etapas seguintes do centro de lançamento incluiria a formação de novas agrovilas para abrigar comunidades de novos povoados e a possibilidade de deslocamento de agrovilas que foram construídas na primeira etapa, ou seja, não bastasse o primeiro deslocamento, existe a possibilidade de uma nova mudança, sendo que as pessoas não têm título de posse da casa e nem das terras, logo não têm como se defender da decisão de sua retirada.

Inicialmente essas pessoas receberam a promessa de apoio técnico e equipamentos para agricultura, bem como suporte para educação dos filhos com um ônibus escolar e a possibilidade do uso do hospital da base. Todas essas promessas se dissiparam ao longo do tempo, principalmente sob a alegação de redução de verbas ao longo dos anos.

Atividades como o plantio de mandioca é feita sem nenhum tipo de apoio técnico, a manutenção das bombas d'água fica a cargo da comunidade, e a saúde e a educação são ofertadas pela prefeitura ou pelos próprios moradores, os quais relatam que quando necessitam de atendimento médico são sempre obrigados a levar os doentes até a sede do município. Durante as visitas realizadas às agrovilas, algumas tinham escolas municipais que não estavam funcionando e postos de saúde em construção.

Por todo o exposto, é possível inferir que, de acordo com os relatos, a maioria absoluta das pessoas que habita as agrovilas se sente profundamente prejudicada pelas transformações que suas vidas sofreram ao longo dos últimos trinta anos. Os sentimentos de abandono e de traição são os mais comumente descritos.

Algumas lideranças das comunidades fazem relatos inclusive de projetos, como a construção de poços artesianos, que nunca foram concretizados, apesar das comunidades terem sido visitadas por profissionais que chegaram a fazer levantamentos topográficos e promessas de obras que nunca foram efetivadas.

A ausência de suporte técnico, que foi prometido inicialmente, como ferramentas de trabalho, irrigação com água de poços artesianos e consultoria técnica de plantio, teve como consequência a baixa produtividade agrícola para as agrovilas, além do que não há cooperativa de produtores na região e o transporte da produção fica a cargo de cada morador.

Desta maneira, é possível verificar-se consequências diretas nos indicadores socioeconômicos, como aumento da pobreza, baixa renda per capita e elevada mortalidade infantil, aspectos já tratados em capítulos anteriores e que tem relação direta ou indireta com a falta de infraestrutura a que foram submetidas as comunidades deslocadas para as agrovilas.

A distância da sede e conseqüentemente a dificuldade de transporte é outra queixa comum, comprar alimentos depende de vendedores ambulantes que passam nos povoados de motocicletas ou paga-se um taxi para ir à sede comprar carne, verduras e roupas. Praticamente inexistem comércios nas agrovilas, a maioria das pessoas não tem condições de abrir mercados, pois o custo benefício não compensa, em alguns existem locais de venda de bebidas e de víveres enlatados.

A distância das agrovilas às áreas de pesca inviabiliza sua prática regular e pois são, em média dez quilômetros de caminhada. Por isso, é pouco praticada e a maioria vive à custa da venda da farinha produzida coletivamente nas casas de forno, além dos benefícios assistenciais do governo, como Bolsa Família e o BPC. Desta maneira, a renda per capita é muito baixa, o índice de analfabetismo é alto, pessoas que necessitam de assistência de saúde frequente, portadores de doenças crônicas, gestantes e idosos em geral se transferem para outras localidades como forma de ter acesso a serviços especializados de saúde e educação.

O desenvolvimento sustentável parte do princípio do uso racional dos recursos naturais sem exauri-los. O crescimento econômico é característica do mundo moderno pós-revolução industrial, em especial relativo às mega construções, como hidrelétricas, ferrovias, rodovias e bases aéreas como em Alcântara.

Os projetos desenvolvimentistas deveriam, pois, oferecer um mínimo de estrutura e benefícios para as comunidades atingidas por suas obras. Investimentos em educação, saúde e infraestrutura poderiam ser compensatórios para as pessoas atingidas pelas obras que buscam trazer o desenvolvimento do país.

Importante ressaltar que as pessoas atingidas pela implantação do CLA, não são contrárias à sua construção, elas apenas querem seus direitos garantidos e um mínimo de benefícios para que possam viver com dignidade tendo sua cultura e valores respeitados. Os resultados dos indicadores socioeconômicos demonstram que, ao longo das últimas três décadas, apesar das evidências de melhorias de alguns indicadores sociais, em sua maioria os dados demonstram que apesar das políticas públicas adotadas, a situação do município é uma das piores do país.

Em relação ao IDH, o município está nos últimos lugares do país e do Estado, demonstrando que aspectos como renda per capita, expectativa de vida e educação são fatores muito negligenciados pelo poder público na região.

Sempre que se fala em implantar grandes empreendimentos em uma região, um dos argumentos em destaque é o da oferta de empregos diretos e indiretos, com a possibilidade de fomento ao comércio local e prestação de serviço às empresas que vão trabalhar na região. A

queixa mais comum é que normalmente os empregos para as pessoas da região são geralmente subempregos, com salário mínimo, ficando os postos de trabalho de maiores salários para pessoas com maior qualificação e vindas de outros lugares.

A solução para essa problemática tem sido enfrentada com a oferta de qualificação para os moradores da região, sendo, no caso de Alcântara, oferecido pelo IFMA, com vários cursos técnicos e um curso superior e consultorias o SEBRAE, que tem parcerias com a prefeitura para melhorias nos serviços de saúde por exemplo. A educação básica no município é oferecida pela prefeitura, sendo que existem escolas na sede e em alguns poucos povoados, como Oitiua e Peru. As comunidades mais distantes não têm acesso à educação básica, pois não existe transporte escolar para todas elas. Essa carência da educação básica tem reflexo na educação técnica e na superior que apresentam déficit de alunos, sendo considerado pouco efetivo se levarmos em consideração a formação de mão de obra local.

A renda per capita é muito baixa, menor que um salário mínimo, reflexo da falta de investimentos na região nas últimas décadas, mesmo com a instalação do centro de lançamentos. No período anterior ao CLA, as pessoas do município viviam basicamente dos empregos públicos, da pesca e da agricultura.

Ao longo dos anos, os investimentos na base aérea foram cada vez menores, como foi divulgado pelo próprio comando do CLA, o que levou não apenas à estagnação do projeto como do comércio e dos empregos na região.

Uma vez que existe uma nova negociação com outros países, é fundamental que se estabeleça repasse de verbas ou de benfeitorias em prol das pessoas da região como forma de compensação da ocupação do seu território, garantindo assim uma vida saudável e digna, com renda, saneamento básico e dignidade a todos.

Em relação aos impactos ambientais, a ocupação dos espaços sem uma política de uso e ocupação do solo são motivos de preocupação. O lixão a céu aberto próximo ao povoado Pavão e a formação de uma comunidade de catadores de lixo em um município com pouco mais de vinte mil habitantes é muito preocupante.

A formação de um povoado com catadores de lixo deve ser motivo de preocupação, mas também necessita ser visto como um processo em que ainda há tempo de serem feitas intervenções que busquem a resolução dessa problemática. O maior lixão da América Latina, o lixão da estrutural, em Brasília, capital federal, chegou a abrigar mais de duas mil pessoas como catadores de lixo, que hoje estão em grande parte trabalhando em empresas de reciclagem em um processo de manejo dos resíduos sólidos.

Além de todos os impactos conhecidos pelo descarte inadequado de resíduos sólidos, como a produção de chorume e contaminação do lençol freático, no lixão do povoado Pavão foram encontrados lixo hospitalar, como seringas e medicamentos lacrados fora da validade, que foram parcialmente queimados.

Essas práticas demonstram descumprimento das leis ambientais e um grande risco à saúde das pessoas e do meio ambiente. Em audiência pública realizada em São Luís, o governo do Estado manifestou o projeto de construção de um aterro sanitário para o município de Alcântara, mas por enquanto ainda não há definição de local nem início das obras.

A ocupação desordenada do entorno da sede do município, assim como de áreas de outros povoados próximos a rios, como o Pepital que abastece a cidade, faz com que o leito do rio fique cada vez menor e já começa a comprometer o abastecimento de água da cidade, cada vez maior com o passar dos anos.

A falta de políticas como saneamento básico, não há esgoto canalizado na região, a água não recebe nenhum tipo de tratamento e o lixo é dispensado em lixão a céu aberto, faz com que o meio ambiente esteja sempre muito ameaçado, sendo conseqüentemente a saúde das pessoas igualmente ameaçada.

Experiências de grandes projetos em outras regiões do país demonstram que é possível que os investimentos em saneamento básico possam ser parte dos acordos de uso da base aérea. A construção de um aterro sanitário e o desenvolvimento de uma estação de tratamento de água são urgentes na região.

O papel do poder público municipal, com a elaboração de uma política de uso e ocupação do solo, também se faz urgente, bem como verificar as responsabilidades quanto à dispensação de lixo hospitalar com lixo comum em meio à área florestal. É de responsabilidade do município também desenvolver políticas que estimulem a valorização da região e sua preservação, instituída aos seus moradores e visitantes, uma vez que a cidade histórica tem vocação para o turismo, sendo amplamente visitada todos os dias.

Em relação aos aspectos culturais, as pessoas que vivem nas agrovilas fazem relatos da perda de seus saberes tradicionais, apesar de não entenderem como cultura. Quando habitavam nos povoados em região litorânea e viviam basicamente da pesca e da plantação de mandioca, tinham suas festas religiosas e festividades de trocas de alimentos. Com o deslocamento perderam suas práticas culturais pela proibição do acesso ao mar e pela distância. Após muitas negociações, foi permitida a passagem das pessoas da comunidade, a partir de uma autorização específica, até o mar.

Os depoimentos de que muitos dos descendentes foram morar em São Luís e em outros Estados são muitos. Dessa maneira, os ensinamentos se perdem, as relações de compadrio foram diluídas nas diversas agrovilas ou no êxodo que se seguiria ao processo de deslocamento.

A chegada de pessoas de fora também é relatada como um fator de modificação da cultura local. Muita gente que veio trabalhar em Alcântara não foi mais embora, mesmo com a redução nos investimentos na região ao longo dos anos. Pousadas, pizzarias, sorveterias, restaurantes, igrejas evangélicas são empreendimentos que trouxeram uma nova cultura ao município, em relação aos alimentos, músicas e credos.

Para muitos entrevistados, as mudanças de traços culturais não se traduzem em aspectos negativos, apenas quando descaracterizam as comunidades e as pessoas que outrora trabalhavam em cooperação e hoje sentem a necessidade de se submeter a uma autonomia que ignora as necessidades dos vizinhos. Trabalhar e se divertir em grupo sempre foi um traço de comunidades tradicionais, uma forma de reafirmação dos saberes e da cooperação entre comunidades, como a socialização de áreas de pesca, locais de caça, árvores frutíferas, além da possibilidade de casamentos entre pessoas de comunidades vizinhas.

Quando cada indivíduo passa a viver por si e a ter a obrigação de buscar seu sustento, o modelo cultural agora adotado pode ser exequível para alguns e inatingível para os menos adaptados. Essa problemática culmina em enfrentamentos como o desemprego, o alcoolismo, o uso de drogas ilícitas, a gravidez na adolescência, a prostituição infantil e outros pequenos delitos que passaram a fazer parte da comunidade.

Políticas de estímulo à qualificação e de valorização da cultura local pelo reconhecimento de sua origem e história, bem como a possibilidade de adequação à nova realidade, permite a construção de uma sociedade igualitária e harmônica. Causa preocupação quando o congresso nacional brasileiro aprova um acordo de salvaguardas com outro país e nega aos quilombolas o direito de consulta prévia quanto aos termos do acordo, como ressalta Danilo Serejo em entrevista:

O sentimento que nós temos aqui em Alcântara é de perpetuação das ilegalidades que vêm ocorrendo desde a década de 1980. Assim como nessa época, quando foi instalada a base, observamos novamente o desrespeito e a inobservância dos direitos das comunidades no processo de tramitação do acordo na Câmara. Embora nós tenhamos insistido muito para que Câmara instalasse procedimento de consulta prévia junto às comunidades, não fomos atendidos. (SEREJO, 2019, n p).

Da mesma maneira, a falta de diálogo em relação ao licenciamento das propriedades parado há mais de uma década é motivo de insegurança e impossibilidade de uma negociação

confiável junto ao governo federal no que concerne a possibilidade de novas desapropriações e deslocamentos.

O processo parou em 2008 quando teve um relatório técnico de identificação publicado no Diário Oficial da União. Parou nisso porque a Advocacia-Geral da União instaurou na época procedimento de conciliação e arbitragem para tentar conciliar os interesses de autarquias da administração federal nessa situação. Na época não se chegou a um consenso, e a decisão foi para Casa Civil. A última movimentação que nós temos conhecimento é de uma nota técnica da Casa Civil do então governo Temer assinada pelo Eliseu Padilha, firmando posicionamento pela titulação do território, exceto o litoral do município de Alcântara, onde estão as mais de 700 famílias que estão dentro da área de interesse da Agência Espacial, que corresponde a mais de 12 mil hectares. (SEREJO, 2019, n p).

As famílias retiradas na década de 1980 vivenciam até hoje as dificuldades financeiras, ambientais e de saneamento básico ao longo do processo de instalação e funcionamento do CLA, como foi demonstrado nos capítulos específicos da pesquisa utilizando os indicadores socioeconômicos oficiais.

A proposta de incremento dessa área com a ocupação do restante do território previsto no projeto original de mais de cinquenta mil hectares deslocaria milhares de pessoas e o problema poderá ser multiplicado. As atuais negociações relativas a repasses de verba não falam em participação do município em royalties ou melhorias de infraestrutura. Alguns políticos falam em investimento na comunidade, mas é importante ressaltar que não existe nada de oficial nos termos da AST.

Essas famílias que foram remanejadas na década de 80 não dispõem de boas condições de vida porque elas foram tiradas do litoral e foram assentadas em terras que não são apropriadas nem suficientes para agricultura familiar como comprovou um estudo da época. Essas famílias receberam apenas 15 hectares de terra para roça, e foram colocadas a 20 km do mar, sendo proibidas de acessar o mar pelo centro de lançamento de Alcântara. (SEREJO, 2019, n p).

Como foi demonstrado nos indicadores sociais da pesquisa, a maioria da população do município sobrevive financeiramente como dependente de programas sociais do governo, a exemplo do Bolsa Família e Bolsa Escola, além do benefício de prestação continuada ou pela prestação de serviços à prefeitura.

Não há no município uma estrutura de fomento e apoio a produção agrícola, as iniciativas de construção de hortas em quintais são pontuais e não tem efeito global na região, de maneira que a maioria das hortaliças e frutas nos mercados são provenientes de outras regiões, nenhuma cooperativa agrícola e nenhum meio de escoamento de produção pelo poder público, ou seja, toda a produção de farinha é transportada pelos próprios produtores para vender na sede do município e não há apoio técnico ao plantio de frutas e hortaliças em uma região que já se destacou no cenário nacional pela sua produção de algodão e açúcar.

A posição geográfica de Alcântara próxima a capital do Estado, São Luís, com mais de um milhão de habitantes, poderia ser um fator positivo no sentido de ter um comércio ativo pela circulação de pessoas, mas a necessidade de transporte aquático acaba por ser um fator dificultador, já que os custos dos transportes se elevam significativamente em função da necessidade de se pagar fretes elevados e a participação de estivadores no embarque e desembarque das cargas.

Dessa maneira, a carência de alimentos é notória, quase tudo vem de outros municípios e a alimentação tem um custo elevado, muitas famílias sofrem privações alimentares o que acarreta na depreciação de indicadores sociais.

Essas famílias hoje sobrevivem basicamente de programas sociais de transferência de renda, como as aposentadorias e programas como Bolsa Família. Em termos de alimentação, elas compram peixes que são pescados nas comunidades que ainda não foram transferidas. Ou seja, são essas comunidades que ainda permanecem no litoral que mantém as agrovilas hoje, porque não há, por parte do governo federal, nunca houve aliás, nenhuma medida de compensação. Aliás, a maioria dessas famílias que sofreram desapropriação na década de 1980 não recebeu até hoje indenização. A maioria dessas ações corre ainda na Justiça. (SEREJO, 2019, n p).

A grande preocupação quanto à possibilidade de expansão da área do CLA é a repetição das promessas inócuas que estão de volta. Tudo o que se fala em relação ao crescimento e desenvolvimento já foi dito e frustrado, independentemente de ideologia de governo, em nenhum momento houve avanços em relação às garantias e dos direitos fundamentais das populações quilombolas que vivem na região por razões diversas.

Vai ocorrer uma tragédia social muito séria ali em Alcântara e é importante que os governos estejam preparados para assumir o ônus disso, porque nós não vamos abrir mão. O território é nosso e nós jamais abriremos mão dele. A nossa exigência central é que o Estado brasileiro cumpra a constituição brasileira e título o território das comunidades quilombolas de Alcântara. (SEREJO, 2019, não paginado).

Os resultados desta pesquisa trazem consigo mais indicadores negativos que positivos, em relação a aspetos econômicos, sociais, ambientais e de preservação da cultura. Mas a perseverança de um povo que passou pela escravidão, que assistiu a seres humanos serem vendidos em anúncios de jornais como animais (PEREIRA, 2001) e sobreviveram a toda sorte de castigos físicos e psicológicos traz consigo a grande esperança de resistência na construção de um futuro melhor.

Uma das queixas das pessoas nas entrevistas foi a falta de qualificação profissional dos mais jovens, o que limita por exemplo a possibilidade de evolução como oficial dentro do serviço militar. A implantação de escolas municipais nas comunidades mais distantes da sede, bem como de anexos da escola estadual de ensino médio nos povoados mais populosos,

permite aos jovens o acesso a educação e a possibilidade de seu desenvolvimento profissional, reduzindo as taxas de analfabetismo que ainda são elevadas em relação a outras regiões do Brasil. A possibilidade de implantação do curso de engenharia pelo ITA em parceria com a UFMA trás a possibilidade de suporte na qualificação dos jovens que desejarem ingressar e fazer carreira na aeronáutica.

É inegável também que muitos indicadores evoluíram ao longo dessas últimas três décadas, redução de mortalidade, de analfabetismo e elevação da expectativa de vida são parte de políticas públicas que surtiram efeitos favoráveis. Em grande parte, a evolução dos indicadores sociais acompanha uma tendência nacional, fruto de políticas de distribuição de renda em programas como bolsa família e BPC, além do apoio do governo federal em áreas como educação e saúde. A junção dessa evolução com a resistência humana permite-nos sonhar que dias melhores virão.

A pesquisa que realizamos em Alcântara é parte integrante da história das nossas vidas. Na década de 1980, quando o projeto da base aérea de Alcântara chegou ao nosso conhecimento, fomos de bicicleta até a pista de pouso onde um avião cargueiro russo, Antonov An-225 pousava com os primeiros equipamentos do então Grupo de Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (GICLA).

Tudo era uma grande novidade, as notícias de que a era espacial havia chegado e muitas benfeitorias transformariam a vida das pessoas trazia um sentimento de grande esperança de desenvolvimento, mas ao longo dos anos foi ficando claro que os custos eram maiores que os benefícios, os cortes orçamentários foram aos poucos arrefecendo as possibilidades de crescimento e as frustrações suplantaram as esperanças.

Na sede do município não houve impactos de grande relevância, mas nos povoados deslocados as mudanças foram profundas e marcantes. A história de vida daquele grupo de pessoas seria marcada de forma profunda e definitiva. É importante ressaltar que as pessoas não aceitaram passivamente as injustiças que por ventura ocorreram e também que os injustiçados não estavam sozinhos em seu clamor de reparação dos danos sofridos.

Em relação ao apoio dado às comunidades, destaca-se o papel das universidades tais como UFMA, IFMA e UEMA, e seus pesquisadores, que vêm se mobilizando e desenvolvendo trabalhos de pesquisa acerca das problemáticas de Alcântara, sendo relativas a aspectos de variados âmbitos onde foram produzidos trabalhos científicos. (ALMEIDA, 2006b; BRAGA, 2011; PEREIRA JÚNIOR, 2012; LOPES, 2016; VIEGAS, 2016).

Alguns filhos de famílias de povoados de Alcântara emigraram em busca de qualificação, como Danilo Serejo, advogado, tem graduação e mestrado acerca das questões

territoriais dos quilombolas e Davi Pereira Junior que está fazendo doutorado no Texas e tem graduação e mestrado referenciados na problemática de sua comunidade, Itamatatua. Muitos professores realizaram pesquisa como forma de apoiar as comunidades atingidas, a exemplo da professora da UFMA, Eliana Café, que produziu o documentário “O céu sem eternidade” e o professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Alfredo Vagner, que produziu o laudo antropológico de dois volumes, a pedido do Ministério Público da União (MPU).

Da mesma maneira que muitos estudantes e pesquisadores buscaram compreender a problemática de Alcântara, nós também buscamos entender os meandros desse imbricado processo ao longo das últimas três décadas, não apenas com o objetivo de apontar as falhas do processo, mas fundamentalmente com o objetivo de entender todos os eventos e seus impactos ao longo do tempo.

É importante destacar que buscamos identificar os impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais sempre a partir de indicadores oficiais, de fontes do próprio governo em todas as suas esferas e de órgãos que prestam serviço ao governo. Muitos dos impactos identificados são resultantes de processos naturais de crescimento dos aglomerados urbanos e que têm relação com má distribuição de riquezas e políticas públicas mal elaboradas.

Verificar que um município com pouco mais de vinte mil habitantes já apresenta uma comunidade com pessoas que vivem exclusivamente como catadores de lixo, expõe não apenas um elevado índice de pobreza, mas também denuncia a ausência do poder público que negligencia a construção de um aterro sanitário e ignora a pauperização da população local.

As problemáticas do município relacionadas com a implantação da base aérea são definidas nesta pesquisa, com foco principalmente nas pessoas transferidas para as agrovilas sem poder de escolha quanto ao seu futuro. Procurou-se relacionar os fatos ocorridos ao longo do lapso temporal escolhido para a realização da pesquisa com os eventos políticos e econômicos ocorridos no país e no mundo. As crises econômicas, os diferentes governos e suas ideologias políticas, os trâmites legais, o descumprimento às leis ambientais e territoriais, em especial em relação às terras quilombolas previstas na Constituição Federal de 1988.

Pensamos ser relevante destacar que em nenhum momento nossa pesquisa buscou usar dados como forma de fazer discurso político ou de caráter pessoal a autoridades ou gestores, almejamos identificar dados por indicadores oficiais ou pela percepção de moradores, inclusive tentamos contatar o comando do CLA, mas não fomos atendidos quanto ao pedido de entrevista com um porta voz ou outra autoridade do referido órgão.

Nas revisões bibliográficas e nas entrevistas, ficou claro que muita gente acredita que o empreendimento aeroespacial no município de Alcântara trouxe-lhes benefícios, ou porque

deu a elas próprias um trabalho, ou aos seus filhos, ou em função da escola da base. Relevante também destacar que pessoas que fazem parte da aeronáutica desenvolveram trabalhos de pesquisa e também criticaram a forma como o processo foi realizado e desenvolvido no município (BRAGA, 2011).

A busca por informações, em especial através dos relatos das pessoas que fizeram parte desse processo ao longo das últimas três décadas, permite-nos perceber melhor o acontecimento dos fatos. Fazer inferências sem nunca ter ido à região e ver de perto a realidade das pessoas, em geral, oferece o risco de não se ter domínio claro da realidade.

Acompanhar os indicadores socioeconômicos que serão produzidos em 2020 contribuirá com tudo que foi levantado nas últimas três décadas e possibilita o enriquecimento das discussões em relação às tomadas. O acordo de salvaguarda tecnológico já concretizado pelo governo brasileiro e a possibilidade de expansão da área hoje ocupada pelo CLA pode resultar no deslocamento de mais de duas mil pessoas ainda situadas na área litorânea.

O processo de deslocamento compulsório, a ausência de consulta prévia, o descumprimento de leis ambientais, a ausência de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA, a falta de titularização dos imóveis dos deslocados, a pauperização do povo e o crescimento desordenado do entorno da cidade são todos processos que trazem dúvidas quanto ao futuro e à qualidade de vida das pessoas na região.

Então, buscar saídas pactuadas, debater-se quanto ao modelo de gestão, desenvolver políticas públicas de distribuição de renda, fomentar políticas que propiciem uma ocupação organizada do ambiente natural, utilizar a educação como forma de desenvolver uma cultura preservacionista e conservacionista do patrimônio do município, são mecanismos que podem permitir a redução de desigualdades.

O crescimento baseado no respeito às etnias e a busca incessante por soluções pactuadas entre os vários atores sociais, garantindo o poder decisório das comunidades sobre as novas propostas. As decisões impostas produzem sentimento de não pertencimento das pessoas frente ao pretensão crescimento econômico, gerando insatisfação e rivalidade.

Em face do exposto, enalteçemos o fato de que somos todos brasileiros: negros, brancos, índios, quilombolas que, independentemente da cor da pele, religião ou etnias, buscamos um convívio no qual possamos nos respeitar, ter justiça social e qualidade de vida, de forma a deixarmos de ser apenas um país grande, mas nos tornarmos uma grande nação, respeitável por seu povo e que se faça respeitar por todos os outros povos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. de. **Identificação das comunidades remanescentes de quilombos de Alcântara (MA)**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2002.
- ALMEIDA, A. W. B. de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**: laudo antropológico. Brasília, DF: MMA, 2006a. v. 1.
- ALMEIDA, A. W. B. de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**: laudo antropológico. Brasília, DF: MMA, 2006b. v. 2.
- ALVES, E. de J. P.; MENDONÇA, B. R.; SANT'ANA JÚNIOR, H. A. de. Projetos de desenvolvimento, impactos socioambientais e a reserva extrativista do Taim. **Ciências Humanas em Revista**, São Luís, v. 5, p. 29-40, 2007. Número especial.
- ALVES, J. E. D. O impressionante crescimento da população humana através da história. **EcoDebate**, Rio de Janeiro, 5 abr. 2017. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2017/04/05/o-impresionante-crescimento-da-populacao-humana-atraves-da-historia-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 10 set. 2019.
- AMARAL, E. F. de L. **Elaboração de indicadores sociais**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. Disponível em: <http://www.ernestoamaral.com/docs/IndSoc/Aula1slides20091.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.
- ANDRADE, I. de O. et al. **O centro de lançamento de Alcântara**: abertura para o mercado internacional de satélites e salvaguardas para a soberania nacional. Brasília, DF: Ipea, 2018. (Texto para discussão, 2423).
- ANDRADE, P. M. de; SOUZA FILHO, B. (orgs.). **Fome de Farinha**: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara. São Luís: EDUFMA, 2006.
- ANGOTTI, J. A. P.; AUTH, M. A. Ciência e tecnologia: implicações sociais e o papel da educação. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 7, n. 1, p. 15-27, 2001.
- ANTUNES, P. de B. **Áreas protegidas e propriedade constitucional**. São Paulo: Atlas, 2011.
- ASSOCIAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE ALCÂNTARA *et al.* [**Carta de Alcântara**]. Destinatário: Congresso Nacional. Alcântara, 28 de junho de 2019. 1 carta. Disponível em: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Carta-ao-Congresso-Nacional_AST_Quilombolas-de-Alcantara.Junho2019.v2.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.
- BARTH, F. **O Guru**: o Iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Livraria Contra Capa, 2000.
- BRAGA, Y. M. R. de O. **Território étnico**: conflitos territoriais em Alcântara, Maranhão. 2011. 155 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Dados. *In*: BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família**. Brasília, DF, 2 jul. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/dados>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Chefia de Assuntos Estratégicos. **Centro de Lançamento de Alcântara**: titulação de território quilombola. Dados. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/audiencias-publicas/2017-arquivos/07-06-debater-a-importancia-e-a-potencialidade-do-centro-de-lancamento-de-alcantara/emcfa-brigadeiro-do-ar-verissimo>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Consolidação do Centro Espacial de Alcântara – CEA**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2018b.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundeb: apresentação. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. **Blog do Ministério da Educação**. Brasília, DF, 2018a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/31908-fundeb?start=20>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRAZILIAN SPACE. Centro de Lançamento Barreira do Inferno. *In*: FALCÃO, Duda. **Blogpost Brazilian Space**. [S. l.], 2009. Disponível em: <https://brazilianspace.blogspot.com/2009/05/clbi-centro-de-lancamento-da-barreira.html>. Acesso em: 10 set. 2009.

BUENO, E. **Brasil, uma história**: cinco séculos de um país em construção. São Paulo: Leya, 2012.

CANEPA, C. **Cidades sustentáveis**: o município como locus da sustentabilidade. São Paulo: Editora RCS, 2007.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1982.

CHOAIRY, A. C. C. **Alcântara vai para o espaço**: a dinâmica da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara. São Luís: Edições UFMA/PROIN (CS), 2000.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2548-2549, 23 jan. 1986.

CORTÉS, H. **Cartas de relación**. Madrid: Dastin, 2000.

COSTA, I. E. da. **A ressignificação da identidade quilombola na comunidade de Paratibe**: uma análise a partir dos processos de resistência. 2016. 176 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

D'ABBEVILLE, Claude. História da Missão dos Padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e regiões circunvizinhas. São Paulo: EDUSP, 1975.

DEEPASK. Taxa de homicídios: veja número de assassinatos por cidade do Brasil: Alcântara, MA. *In*: DEEPASK. **Blog**. [S. l.], 2015. Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=alcantara/MA-Confira-a-taxa-de-homicidios-no-seu-municipio>. Acesso em: 20 maio 2018.

DICTORO, V. P.; HANAI, F. Y. Percepção de impactos socioambientais: estudo de caso com moradores do rio São Francisco em Pirapora-MG. **Raega: O Espaço Geográfico em**

- Análise**, Curitiba, v. 40, p. 195-210, ago. 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/46307/32975>>. Acesso em: 19 maio 2019.
- DUMMER, T. J. B.; DICKINSON, H. O.; PARKER, L. Adverse pregnant outcomes near landfill sites in Cumbria, Northwest, England, 1950-93. **Archives of Environmental Health**, [S. l.], v. 58, p. 692-698, 2003.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. **A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, p. 160, 2004.
- EL-FADEL, M.; FINDIKAKIS, A.; LECKIE, JO. Modelling leachate generation and transport in solid waste landfills. **Environmental Technology**, Ottawa, v. 187, n. 7, p. 669-686, 1997.
- ELIAS, N. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- ELLIOT, P. *et al.* Geographic density of landfill sites and risk of congenital anomalies in England. **Occupational and Environmental Medicine**, London, v. 66, n. 2, p. 81-89, 2009.
- ELLIOT, P. *et al.* Risk of adverse birth outcomes in populations living near landfill sites. **BMJ**, London, v. 323, n. 7309, p. 363-368, 2001.
- FADUL, L. *et al.* Lixão, um problema de todos nós: o aterro da estrutural, o segundo maior do mundo, expõe, há 60 anos, mazelas sociais e ambientais. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 10 maio 2017. Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/lixao-um-problema-de-todos-nos>. Acesso em: 10 set. 2019.
- FEITOSA, A. C. Cultura e sustentabilidade em foco: a cultura da sustentabilidade ambiental. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, São Luís, v. 2, n. 2, p. 33-61, 2017.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008. v. 2.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.
- GASTEYER, S.; FLORA, B. C. **Social indicators**: an annotated bibliography on trends, sources and developments. [S. l.]: US Environmental Protection Agency, 1999.
- GIACOMINI FILHO, G. **Meio ambiente e consumismo**. São Paulo: SENAC, 2008.
- GOLDBERG, M. S. *et al.* Incidence of cancer among persons living near a municipal solid waste landfill site in Montreal, Quebec. **Archives of Environmental Health**, Chicago, v. 50, n. 6, p. 416-424, 1995.
- GOMES, Cristiane Mesquita. **Turismo, cultura e a Festa do Divino em Alcântara (MA): meu canto não pode parar**. Fortaleza: EdUECE, 2017.
- GUATTARI, F. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.
- GUIMARÃES, J. R.; JANNUZZI, P. M. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ABEP, 2004.

IACOMINNI, V. Biopirataria de material genético humano uma discussão oportuna. **Revista Jurídica Consulex**, Brasília, DF, v. 15, n. 3337, p. 38-40, fev. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo: amostra: domicílios. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**: Brasil: Maranhão. Rio de Janeiro, 2017c. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/pesquisa/23/47427?detalhes=true>. Acesso em: 10 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de cartografia. **Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistemático do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Perfil dos municípios brasileiros: saneamento Básico: aspectos gerais da gestão pública de saneamento básico: 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita 2017. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 28 fev. 2018a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20154-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-2017>. Acesso em: 10 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores Sociais Municipais 2010: incidência de pobreza é maior nos municípios de porte médio. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Notícias-censo**. Rio de Janeiro, 2011b. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2019&t=indicadores-sociais-municipais-2010-incidencia-pobreza-maior-municipios&view=noticia>. Acesso em: 20 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores Sociais Mínimos - ISM**. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Condições de vida, desigualdade e pobreza**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17374-indicadores-sociais-minimos.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: 15 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**: Brasil: Maranhão: Alcântara. Rio de Janeiro, 2017a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/alcantara/panorama>. Acesso em: 10 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**: Brasil: panorama. Rio de Janeiro, 2017b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 10 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: PNAD contínua. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Condições de vida, desigualdade e pobreza**. Rio de Janeiro, 2011b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 15 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse do censo demográfico 2010: Brasil. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>. Acesso em: 20 maio 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2013. **Estudos e Pesquisas**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 1-226, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (orgs.). **Atlas da violência 2019**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Alcântara lança Plano Diretor com ajuda do Monumenta. *In*: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Notícias**: detalhes. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1669>. Acesso em: 1 dez. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. História: Alcântara - MA. *In*: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Conjuntos urbanos tombados**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1437/>. Acesso em: 1 dez. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Regularização das Terras da Comunidade Remanescente de Quilombo de Alcântara. **Diário Oficial da União**: seção 3, Brasília, DF, p. 125-127, 5 nov. 2008. Disponível em: <http://goo.gl/jWFPkQ>. Acesso em: 10 set. 2019.

KRETER, A. C.; DEL-VECCHIO, R.; STADUTO, J. A. R. Condições habitacionais como um indicador de pobreza nas áreas rurais do nordeste brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, n. 1, p. 77-96, jan./mar. 2015.

LIPAI, E. M.; LAYRARGUES, P. P.; PEDRO, V. V. Educação Ambiental na Escola: tá na lei... *In*: MELLO, S. S. de; TRAJBER, R. (coords.). **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília, DF: EC/Unesco, 2007. p. 23-32.

LIRA, W. S.; CÂNDIDO, G. A. (orgs.). **Gestão sustentável dos recursos naturais**: uma abordagem participativa. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

LOPES, D. da C. S. **As territorialidades específicas como categoria de análise na construção do direito de propriedade das Comunidades Quilombolas de Alcântara**. 2016. 94 f. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 31-64, 2006.

LUCIANO, G. dos S. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: Unesco, 2006. (Coleção Educação para Todos. Série Via dos Saberes).

MARANHÃO. Governo do Estado. Secretaria de Estado das Cidades. **Oficinas de leituras comunitárias para elaboração do diagnóstico PDDI**. São Luís: SECID, 2018. Apresentação em Power Point.

MEIRELLES, S. **Alcântara na era espacial**. São Luís: Caritas Brasileiras, 1983.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. de S. et al. (orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 9-30.

MONTEIRO NETO, C. N. de C.; BRANDÃO, C. A. **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

MONTELLO, J. **A noite sobre Alcântara**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1978.

MORADORES de Alcântara fazem protesto após morte de jovem grávida. **G1 MA**, São Luís, 31 jul. 2018. Disponível em:

<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/07/moradores-de-alcantara-fazem-protesto-apos-morte-de-jovem-gravida.html>. Acesso em: 10 set. 2019.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Parede: Publicações Europa-América, 1994.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MORIN, J. Quilombolas de Alcântara/MA. *In*: FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO.

Pesquisa escolar. Recife, 2019. Disponível em:

http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=1030%3Aquilombolas-de-alcantarama&catid=51%3Aletra-q&Itemid=1. Acesso em: 10 set. 2019.

MOTA, L. de A. e. O novo desenvolvimentismo e a questão social na atualidade.

Polêm!Ca, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 1-12, jul. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/17836/13247>. Acesso em: 19 maio 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. A ONU e o meio ambiente. *In*: NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Blog das Nações Unidas**. [S. l.], 2017. Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em: 10 set. 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Banco Mundial: quase metade da população global vive abaixo da linha da pobreza. *In*: NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Blog das Nações Unidas**.

[S. l.], 17 out. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/banco-mundial-quase-metade-da-populacao-global-vive-abaixo-da-linha-da-pobreza/>. Acesso em: 10 set. 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Pobreza permanece concentrada no Norte e no Nordeste do Brasil, diz estudo de centro da ONU. *In*: NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Blog das Nações Unidas**.

[S. l.], 3 maio 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pobreza-permanece-concentrada-no-norte-e-no-nordeste-do-brasil-diz-estudo-centro-onu/>. Acesso em: 10 set. 2019.

NATIONAL AERONAUTICS AND SPACE ADMINISTRATION. Kennedy Space Center. *In*: HEINEY, A. (ed.). **Blog da Nasa**. Cabo Canaveral, 2019. Disponível em:

<https://www.nasa.gov/centers/kennedy/home/index.html>. Acesso em: 1 dez. 2019.

O CÉU sem eternidade. Direção e Produção: Eliane Caffé. Local: Alcântara MA, Produtora: Oficina Audiovisual de Alcântara. [S. l.], 2011.

PALMER, S. R. *et al.* Risk of congenital anomalies after the opening of landfill sites.

Environmental Health Perspectives, Research Triangle Park, v. 113, n. 10, p. 1362-1365, 2005.

PEREIRA JÚNIOR, D. **Quilombos de Alcântara**: território e conflito: Intrusão do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional, Alcântara Cyclone Space. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

PEREIRA JÚNIOR, D. **Territorialidades e identidades coletivas**: uma etnografia de terra de santa na Baixada Maranhense. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

PEREIRA, A. F. G.; SOUSA, L. H. S. de. **As vozes não ouvidas**: estudo de caso do Jornal O Estado do Maranhão sobre o remanejamento das comunidades quilombolas no processo de implantação do Centro de Lançamento de Alcântara. 2007. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, São Luís, 2007.

PEREIRA, J. de J. **Na fronteira do cárcere e do paraíso**: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil: Alcântara-MA. In: ATLAS BRASIL. **Perfil**. Brasília, DF: Atlas Brasil, 2013. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/alcantara_ma. Acesso em: 10 set. 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Ranking IDH Global 2014. In: UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Rankings**. Brasília, DF: Atlas Brasil, 2015. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>. Acesso em: 10 set. 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Ranking IDHM Municípios 2010. In: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **IDHM municípios 2010**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em: 10 set. 2019.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **Quilombolas atingidos pela Base Espacial de Alcântara**. São Luís: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2007. (Fascículo, 10).

PROJETO TAMAR. Interna. In: PROJETO TAMAR. **Blog do Projeto Tamar**. [S.l.], 2011. Disponível em: <https://tamar.org.br/interna.php?cod=245https://www.ibama.gov.br/busca?searchword=projeto%20tamar&searchphrase=all>. Acesso em: 5 set. 2019.

PUKKALA, E.; PÖNKÄ, A. Increased incidence of cancer and asthma in houses built on a former dump area. **Environmental Health Perspectives**, Research Triangle Park, v. 109, n. 111, p. 1121-1125, 2001.

RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e emergência de “modernidades” alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 149-162, 2011.

RANIERI, N. B. S.; ALVES, A. L. A. **Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar**. São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação/Universidade de São Paulo, 2018.

REPARTIÇÃO da Polícia. **Publicador Maranhense**, São Luís, 6 jan. 1844. p. 3.

- REPÓRTER Mirante faz alerta sobre a situação dos rios que abastecem Alcântara, MA. **G1 MA**, São Luís, 6 dez. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/videos/t/todos-os-videos/v/reporter-mirante-faz-alerta-sobre-a-situacao-dos-rios-que-abastecem-alcantara-ma/3813855/>. Acesso em: 5 set. 2019.
- ROMEIRO, P. S.; FROTA, H. B. (orgs.). **Megaprojetos de impacto urbano e ambiental**: violação de direitos, resistência e possibilidades de defesa das comunidades impactadas. São Paulo: IBDU, 2015.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LÚCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- SANT'ANA JUNIOR, H. A.; TEISSERENC, M. J. da S. A.; BRUSTOLIN, C. (orgs.). **Desenvolvimento em questão**: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais. São Luís: EDUFMA, 2018.
- SANTOS FILHO, E. *et al.* Grau de exposição a praguicidas organoclorados em moradores de aterro a céu aberto. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 515-522, 2003.
- SANTOS JÚNIOR, W. R. dos. **Geografia II**: geografia econômica. São Paulo: Saraiva, 2016.
- SANTOS, R. L. **O projeto Grande Carajás e suas consequências para as populações extrativistas do Maranhão**. Imperatriz: Ética, 2011.
- SAULE JÚNIOR, N. (org.). **A situação dos direitos humanos das comunidades negras e tradicionais de Alcântara**: o direito à terra e à moradia dos remanescentes de quilombos de Alcântara, MA – Brasil: relatório da missão da Relatoria Nacional do Direito à Moradia Adequada e à Terra Urbana. São Paulo: Instituto Pólis, 2003. Disponível em: <https://www.polis.org.br/uploads/908/908.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.
- SCHMIDT, F. de H. Desafios e oportunidades para uma indústria espacial emergente: o caso do Brasil. **Texto para Discussão**, Brasília, DF, n. 1667, p. 1-72, 2011.
- SEREJO, D. Acordo com EUA em Alcântara pode causar “tragédia sem precedente”, diz quilombola. [Entrevista cedida a] Rafael Oliveira. **Publica: Agência de Jornalismo Investigativo**, São Paulo, 24 out. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/10/acordo-com-eua-em-alcantara-pode-causar-tragedia-sem-precedentediz-advogado-quilombola/>. Acesso em: 29 out. 2019.
- SILVA JÚNIOR, L. H. da. Pobreza na população rural nordestina: uma análise de suas características durante os anos noventa. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 275-290, dez. 2006. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/co nhecimento/revista/rev2613.pdf. Acesso em: 1 nov. 2019.
- SILVA, I. S. da. Como os trabalhadores negros do Maranhão apareciam no Jornal Publicador Maranhense nos anos de 1840? In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA NACIONAL, 29., Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: UNB, 2017.
- SISSINO, C. L. S.; MOREIRA, J. C. Avaliação da contaminação e poluição ambiental na área de influência do aterro controlado do Morro do Céu, Niterói, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 513-523, 1996.
- SYMPLA INTERNET SOLUÇÕES. Seminário: base de Alcântara: próximos passos. In: SYMPLA INTERNET SOLUÇÕES. **Evento**. [S. l.], 2019. Disponível em:

https://www.sympla.com.br/seminario---base-de-alcantara-proximos-passos__484475#info. Acesso em: 10 set. 2019.

TRIBUZI, J. P. G. **Formação econômica do Maranhão**: uma proposta de desenvolvimento. São Luís: FIPES, 1981.

UDRY, C.; EIDT, J. S. **Conhecimento tradicional conceitos e marco legal**. Brasília, DF: Embrapa, 2015.

VENDAS. **Publicador Maranhense**, São Luís, n. 49, 11 jan. 1843. p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/720089/per720089_1843_00049.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

VIACAVA, F. *et al.* SUS: oferta, acesso e utilização de serviços de saúde nos últimos 30 anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1751-1762, 2018.

VIEGAS, A. M. Mapeamento e determinação da biomassa de manguezais através de imagens de satélite e dados dendométricos no Município de Alcântara-MA. In: Seminário Norte e Nordeste Saúde e Ambiente. *In*: SEMINÁRIO NORTE E NORDESTE SAÚDE E AMBIENTE, 1., 2016, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: Ufma, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE PESQUISA: QUESTIONÁRIO**Entrevista semiestruturada****IDENTIFICAÇÃO**

Nome

Sexo: M () F ()

Idade ()

Nasceu onde? _____

Qual sua ocupação na cidade de Alcântara?

1. O que o Sr/Sra acha da presença da base aérea na sua comunidade?
2. O que o Sr/Sra acha que lhe trouxe maior ou menor satisfação após a chegada da base aérea?
3. O que o Sr/Sra acha mais importante em relação às transformações que sua comunidade sofreu desde a chegada da base aérea em Alcântara?
4. O Sr/Sra acha que houve alguma modificação nas manifestações culturais (festas religiosas, música, comidas etc...) da cidade de Alcântara após a chegada da base aérea?
5. Em relação às pessoas que vivem em agrovilas, na sua percepção houve algum impacto em suas vidas em relação ao antigo local em que viviam?
6. Em sua opinião, houve alguma interferência nos hábitos de vida (dia-a-dia) das pessoas após a chegada da base aérea?
7. Quais aspectos o Sr/Sra pensa ser mais relevantes (positivos e negativos) em relação às transformações que sua comunidade sofreu desde a chegada da base aérea em Alcântara?
8. De alguma forma a chegada da base aérea mudou a sua vida?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro (a) Senhor (a),

Estou realizando uma pesquisa de mestrado intitulada “IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA CIDADE DE ALCÂNTARA-MA NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS, DE 1988 A 2018”, cujo objetivo geral é “Analisar os impactos socioambientais causados pelo remanejamento das comunidades do município de Alcântara MA para as agrovilas no município”.

A pesquisa conta com a orientação do Prof. Dr. Antonio Cordeiro Feitosa da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Venho convidá-lo a participar voluntariamente da pesquisa. Sua participação nesta pesquisa é uma opção. Você pode não aceitar participar ou desistir em qualquer fase dela a qualquer momento, sob qualquer condição, sem nenhuma penalização ou prejuízo em sua relação com o pesquisador, com a UFMA ou qualquer outra instituição envolvida.

Vale ressaltar que não há compensação financeira relacionada à sua participação, pois esta pesquisa será desenvolvida sem nenhum orçamento lucrativo. O risco relacionado à sua participação na pesquisa poderá ser no âmbito psicológico, como desconforto frente à presença do pesquisador durante a entrevista ou algum tipo de ansiedade causada por pressupor algum tipo de retaliação institucional em função das colocações. Contudo, o desenvolvimento deste estudo ocorrerá de forma adequada, visando minimizar a ocorrência de tal desconforto, contando com a formação teórico-prática do pesquisador na área.

Quanto aos riscos físicos, também não haverá possibilidades de ocorrer, visto que a coleta de dados ocorrerá em espaços seguros, preferencialmente na residência do entrevistado ou no escritório da instituição de ensino participante da pesquisa. Você terá como benefícios orientações e/ou esclarecimentos a respeito de todo o processo de aplicação dos instrumentos, bem como terá conhecimento das leis que amparam juridicamente as pessoas acerca dos seus direitos de propriedade e do direito de ir e vir no seu território de origem.

Caso aceite gostaria que soubesse que será realizada a coleta de dados por meio de entrevista semiestruturada e observação não participante. Os resultados serão utilizados

exclusivamente para fins científicos, como a divulgação em revistas e em congressos da área em que sua identidade será preservada.

Você receberá uma via deste termo assinada por ambas as partes, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Agradeço sua participação e me coloco à disposição para maiores esclarecimentos através do e-mail viagasalex@yahoo.com.br ou (98) 999714013, Alexsandro Mendonça Viegas - mestrando PGCult-UFMA.

O comitê de ética em pesquisa envolvendo seres humanos CEP/UFMA, poderá ser contatado para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa pelo e-mail cepufma@ufma.br, telefone 3272-8708, endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho, Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética, São Luís /MA CEP 65.080-040

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar voluntariamente.

Alcântara, / /

Identificação

Nome

Data de nascimento / /

Data da resposta à entrevista / /

Sexo ()Masculino ()Feminino

Estado Civil

Escolaridade

Ocupação

Cargo

Tempo de Serviço

Assinatura _____

ANEXO

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UFMA - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO MARANHÃO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA CIDADE DE ALCÂNTARA-MA NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS, DE 1988 A 2018

Pesquisador: ALEXSANDRO MENDONCA VIEGAS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 02447118.9.0000.5087

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHAO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.212.708

Apresentação do Projeto:

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo analisar em um lapso temporal de três décadas os impactos socioambientais ocorridos na cidade de Alcântara MA, especificamente entre 1988 e 2018, em especial o deslocamento de pessoas das agrovilas criadas pelo Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA) para a sede do Município. A metodologia utilizada foi pesquisa de campo para avaliar aspectos socioambientais da cidade, análise quantitativa e qualitativa da população da cidade deslocadas das agrovilas. A pesquisa se justifica pela relevância desse lapso temporal, relacionado ao tempo de implantação do CLA e da implantação de políticas públicas de variadas esferas da administração, as características dos indicadores sociais na cidade e pela inovação de contabilizar o quantitativo de pessoas oriundas das agrovilas e que agora ocupam áreas no entorno da cidade, além de avaliar os impactos sociais, culturais e ambientais decorrentes desse processo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar os impactos socioambientais causados pelo remanejamento das comunidades do município de Alcântara MA para as agrovilas no município.

Objetivo Secundário:

Identificar as áreas de expansão na zona urbana na sede do município de Alcântara MA através de

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho

Bairro: Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética **CEP:** 65.080-040

UF: MA **Município:** SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

Fax: (98)3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br

UFMA - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO MARANHÃO



Continuação do Parecer: 3.212.708

sensoriamento remoto e visitas de campo.

Avaliar os impactos socioambientais causados no município de Alcântara MA a partir da análise dos índices socioeconômicos e ambientais referenciados por órgãos governamentais.

Descrever os principais impactos culturais causadas às comunidades quilombolas a partir da implantação do centro de lançamento de Alcântara MA.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os principais riscos a que estão submetidos os participantes é o de desenvolver algum tipo de expectativa de resolução a curto prazo das problemáticas do município, fato este inexistente, uma vez que a pesquisa de natureza acadêmica não tem poder resolutivo para os problemas locais, bem como haverá o risco das pessoas desenvolverem o temor de sofrer algum tipo de dano moral ou psicológico por terem algum tipo de ligação com o Centro de Lançamento de Alcântara, uma vez que muitas pessoas da comunidade tem relação direta ou indireta com a base aérea.

Benefícios:

Os principais benefícios para os entrevistados serão a possibilidade de se expressar em relação às problemáticas da sua comunidade, bem como ter acesso aos resultados da pesquisa e passar a ter um conhecimento mais profundo da realidade que os cerca, bem como entender os efeitos das problemáticas ao qual estão inseridos, de acordo com a resolução 510/2016, capítulo IV, Art. 18.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa esta bem elaborada e com todos os elementos necessários ao seu pleno desenvolvimento.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatórios foram entregues e estão de acordo com a resolução 466/12 do CNS.

Recomendações:

Não existem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências foram acatadas e corrigidas pelo pesquisador e estão de acordo com a resolução 466/12 do CNS.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho
Bairro: Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética **CEP:** 65.080-040
UF: MA **Município:** SAO LUIS
Telefone: (98)3272-8708 **Fax:** (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br

Continuação do Parecer: 3.212.708

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1230714.pdf	07/02/2019 17:27:39		Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	RECURSO.pdf	07/02/2019 17:27:20	ALEXSANDRO MENDONCA	Aceito
Outros	ANUENCIA.pdf	26/10/2018 09:42:45	ALEXSANDRO MENDONCA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	26/10/2018 09:42:06	ALEXSANDRO MENDONCA VIEGAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	26/10/2018 09:41:58	ALEXSANDRO MENDONCA VIEGAS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_PGCULT.pdf	26/10/2018 09:41:49	ALEXSANDRO MENDONCA VIEGAS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_PGCULT.docx	26/10/2018 09:41:36	ALEXSANDRO MENDONCA VIEGAS	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	26/10/2018 09:41:12	ALEXSANDRO MENDONCA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO LUIS, 21 de Março de 2019

Assinado por:
Flávia Castello Branco Vidal Cabral
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho
Bairro: Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética **CEP:** 65.080-040
UF: MA **Município:** SAO LUIS
Telefone: (98)3272-8708 **Fax:** (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br